

Temporalis

7

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 15 - Sala 342
Partenon - Porto Alegre / RS - 90619-900
Fone: (51) 3320.3539 / Fax: (51) 3320.3606
E-mail: abepss@abepss.com.br
Home-page: www.abepss.ufsc.br

ISBN 85-89252-05-1



TEMPORALIS 7 - ANO IV N.º 7 - JANEIRO A JUNHO DE 2003

Temporalis

7

**Revista da Associação
Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS**



**Articulação Latino-Americana
e Formação Profissional**

Ano IV, nº 7 - janeiro a junho de 2003

7

ABEPSS

ISBN: 85-89252-05-1

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ENSINO E PESQUISA EM
SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

*Esther Luiz Lima Klein
Fpolis / abril/2004*

ANO IV, Nº 7 - JANEIRO A JUNHO DE 2003

Revista Temporalis é uma publicação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social que objetiva divulgar o debate sobre a formação profissional e a produção do conhecimento em Serviço Social e nas suas interfaces com outras áreas de conhecimento. Os artigos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

© Copyright 2004 by ABEPSS

Projeto gráfico e editorial
ABEPSS

Editoração eletrônica
Gráfica Odisséia Ltda.

Revisão
Antônio Suliani / ABEPSS

TEMPORALIS
Do latim, significa marcar o tempo

Periódico semestral da ABEPSS

Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

Ano 4, nº 7 (janeiro / junho de 2004) - Porto Alegre: ABEPSS, 2004
183p.

Articulação Latino-Americana e Formação Profissional

ISBN: 85-89252-05-1

Apresentação.....	04
Las "reformas del Estado" en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática - Atilio Alberto Borón.....	06
Historia de las organizacones político-academicas en América Latina - Margarita Rozas Pagaza.....	40
História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: uma visão panorâmica Seno Antônio Cornely	50
História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: significado e perspectivas da ALAETS e do CELATS para a organização dos profissionais no Brasil - Josefa Batista Lopes	63
História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: o Brasil na Junta Diretiva da ALAETS - Marieta dos Santos Koike	70
História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: a visão da ABEPSS Gestão 1998-2000 - Ivanete Salete Boschetti Ferreira.....	78
História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: a visão da ABEPSS Gestão 2001-2002 - Maria Rosângela Batistoni.....	84
As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: a perspectiva da ABEPSS Jussara Maria Rosa Mendes.....	88
As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: a perspectiva do CFESS Léa Lúcia Cecílio Braga	90
As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: o Brasil na FITS Joaquina Barata Teixeira	93
As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana: a perspectiva da FITS Juan Manuel Latorre	98
Serviço Social brasileiro e a articulação latino-americana - Marilda Vilella Iamamoto.....	102
Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social - Potyara Amazoneida Pereira.....	112
O planejamento da pesquisa social - Jane Cruz Prates.....	123
Balanco crítico Gestão 2001-2002 - Maria Aparecida Tardin Cassab.....	144

Apresentação

É com especial satisfação que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS traz a público o sétimo volume da revista Temporalis. Esta revista é reconhecida pela categoria como importante veículo para a socialização dos debates e produções dos pesquisadores, professores e assistentes sociais e tem se constituído em um dos pilares essenciais para a sustentação do projeto ético-político da profissão, das diretrizes curriculares e da produção do conhecimento na área.

Considerando o cenário atual de profundas transformações e as exigências que este contexto impõe aos trabalhadores em geral, e em especial aos assistentes sociais, este instrumento se faz necessário no sentido de oportunizar a ampliação e sedimentação do debate sobre uma formação profissional qualificada, que contemple as diretrizes encaminhadas pelas entidades nacionais.

Este número, em especial, contempla o processo de construção da memória da articulação político-acadêmica do Serviço Social na América Latina, por meio de depoimentos e análises dos sujeitos que fizeram esta história. Isso foi possível no contexto do Seminário Latino-Americano, organizado pela recém-eleita Diretoria da ABEPSS, em resposta ao compromisso assumido em Juiz de Fora, na Assembléia Geral do VIII ENPESS (dezembro de 2002), em promover uma ampla discussão sobre a articulação e a inserção da Associação na ALAETS.

A ABEPSS, compreendendo seu papel institucional e os desafios postos para a realidade da América Latina no campo de formação profissional e após amplo processo de discussão, iniciado no VIII ENPESS em Juiz de Fora, Minas Gerais, e realizado através de seus Vice-Presidentes Regionais, reafirmou seu compromisso político-acadêmico de lutar contra o neoliberalismo, contra o desmonte das políticas sociais públicas e da política educacional do Ensino Superior. Nesse sentido, reiterou sua contribuição na construção de um projeto que atenda os princípios presentes no Código de Ética; propondo-se, portanto, a assumir a responsabilidade institucional das articulações acadêmico-política no âmbito do Cone-Sul e América Latina. Como pontos a serem ressaltados das deliberações deste fórum podemos destacar a realização de:

- uma pesquisa latino-americana sobre formação profissional;
- um fórum para discussão programática, partindo da realidade do Cone Sul e da América Latina.

Este Seminário foi realizado concomitante à Oficina Nacional da ABEPSS, o que possibilitou, além da reconstrução da referida memória, uma reflexão sobre o estado da arte da formação profissional na América Latina, implementar a articulação graduação-pós-graduação (lato-sensu; strito-sensu) e a realização de minicursos voltados a atender exigências da formação profissional na contemporaneidade. As

entidades representativas do Serviço Social CFESS, ENESSO e FITS foram partícipes e parceiros neste processo.

Com relação à Oficina Nacional, a significativa participação dos profissionais, professores, supervisores e alunos vindos das mais diferentes regiões da América Latina (594 participantes inscritos), em muito contribuiu para a qualidade dos debates, para os encaminhamentos e os resultados da Assembléia.

A grande procura pelos minicursos (231 participantes) também reflete a busca por um aperfeiçoamento constante entre os Assistentes Sociais.

Destaca-se a importância das parcerias e o envolvimento dos Vice-Presidentes Regionais, das Comissões Organizadora, Científica, Técnica e o apoio dos Consultores como fundamentais para alcançarmos esses resultados, bem como o apoio contingente do CNPq e da CAPES que têm possibilitado a realização desses eventos científicos, contribuindo para os avanços e a disseminação do conhecimento.

Esta publicação foi organizada no sentido de contemplar, da forma mais fiel possível, o conteúdo da ampla discussão que ocorreu em Porto Alegre em julho de 2003. Esperamos com isso brindar a todos que ajudaram a construir este momento e àqueles que têm a tarefa de continuá-la.

Executiva Nacional da ABEPSS
Gestão 2003-2004- "Quem é de luta... avança!"

LAS "REFORMAS DEL ESTADO" EN AMÉRICA LATINA: SUS NEGATIVAS CONSECUENCIAS SOBRE LA INCLUSIÓN SOCIAL Y LA PARTICIPACIÓN DEMOCRÁTICA

Atilio Alberto Borón
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*

Introducción

En un sugestivo debate acerca del avance de las llamadas "reformas económicas orientadas hacia el mercado" y en el cual se abogaba empecinadamente en la necesidad de "achicar" el estado Richard Feinberg, quien fuera Jefe del Policy Planning Staff del Departamento de Estado del gobierno norteamericano, planteó con fina ironía una instructiva metáfora automovilística: "¿Pero, que estado queremos? ¿Queremos que el producto final de la reforma sea un Jaguar, estilizado y de alta performance, o un Yugo minimalista?"

Más allá del debate suscitado por su intervención parece claro que en los despachos oficiales de América Latina la respuesta implícita a la pregunta de qué estado queremos ha sido un pequeño, débil e ineficiente Yugo antes que un potente Jaguar. De hecho, si algo puede servir como caracterización de los procesos de "reforma del estado" puestos en marcha en América Latina en las dos últimas décadas es el fervor con que distintos gobiernos se han abocado a la tarea de dismantelar y destruir al estado, en la creencia ¿ingenua, desinteresada, negligente? de que de ése modo lo estaban reformando. No hay que descartar, por supuesto, que el entusiasmo oficial en estas políticas no haya sido también estimulado por la alta dosis de corrupción que rodeó al proceso reformista.

Al referirse a los procesos de reforma que tienen lugar en Brasil, Francisco de Oliveira anotaba que en realidad el nombre de "reforma del estado" era un título pomposo. Al igual que ocurre en otros países de la región, bajo ese nombre se oculta una política mucho más pedestre: recorte brutal del presupuesto público, despido masivo de funcionarios del estado y dramático

* Ponencia presentada al Taller organizado por Sehas, Polis y Desco, en Córdoba, Argentina, 21 y 22 de noviembre de 2002. Versión preliminar.

La frase está contenida en la contribución de Feinberg al libro de John Williamson (1990, p. 22). El Yugo, como se recordará, era un auto muy rudimentario, que gozó de una cierta popularidad en los países de la órbita soviética en la década de los sesentas y setentas. Sobre el paradigma de las "reformas orientadas al mercado" y su codificación en el llamado Consenso de Washington ver el citado texto de Williamson.

recorte de los derechos laborales de los sobrevivientes. Vista en perspectiva histórica a ésto se ha reducido la tan mentada "racionalización" del sector público promovida por los gobiernos del G-7, el FMI, el Banco Mundial y el BID por los gobiernos de la región.

Tal como se decía más arriba, las observaciones de Oliveira son pertinentes también al resto de América Latina, en donde la necesaria e impostergable reforma del estado fue acometida por gobiernos dominados por un fundamentalismo neoliberal que los condujo primero a la satanización del estado y luego a su lisa y llana destrucción.

Las consecuencias de estos procesos, promovidos y financiados por las así llamadas "instituciones económicas multilaterales" eufemismo para designar al Fondo Monetario Internacional, al Banco Mundial, al Banco Interamericano de Desarrollo y la Organización del Comercio Mundial, entre las más relevantes fue un dramático aumento de la exclusión social en la totalidad de los países de la región y un preocupante debilitamiento del impulso democrático que tantas esperanzas había suscitado en nuestros países desde la década de los ochentas.

En el caso argentino, objeto preferencial de atención en las páginas que siguen debido a los perfiles caricaturescos que entre nosotros adquirió el experimento neoliberal, ésto se ha cumplido al pie de la letra. El dismantelamiento del estado ha llegado tan lejos que si se incendian los bosques naturales de la cordillera como ocurriera, por negligencia criminal, a comienzos de 1996 ya no se disponen de aviones hidrantes para apagar el fuego ni de equipos adecuados para enfrentar esta catástrofe. Tan lejos ha llegado la impericia oficial que a los efectos de poder contar con algunos elementos para combatir los nuevos incendios el gobierno nacional decidió... ¡descargar del presupuesto universitario unos cinco millones de dólares para destinarlos a la preservación del bosque patagónico! Otro ejemplo tan absurdo como el anterior lo proporciona el hecho de tener a buena parte de la provincia de Buenos Aires inundada a causa de la falta de mantenimiento de las vías de desagüe de los ríos y lagunas pampeanas y la indefinida postergación de nuevas obras. De este modo, los "ahorros" obtenidos ante la inacción oficial originan pérdidas muchísimas mayores en la producción, pero esto es un detalle menor que no perturba el sueño de los gobernantes, empeñados como están en lograr un ajustado "cierre de cuentas fiscales" que apacigue las iras de las misiones del FMI y facilite la obtención de nuevos préstamos. Todo ésto no sería tan grave si, al mismo tiempo, los voceros del neoliberalismo no se desvivieran asegurando que es necesario reducir aún más el gasto público y, para "atraer" las inversiones, reducir

Um governo de (contra-)reformas. In: Sader, 1996, p. 94-95.

o simplemente suprimir impuestos.

Fiel a esta creencia, en su momento el gobierno argentino hizo suya la propuesta del por entonces Ministro de Economía Domingo Felipe Cavallo de eliminar los "impuestos discriminatorios" que injustamente gravaban a las bebidas cola, el champagne y las alfombras de lujo. Como ésto suponía una merma de unos 300 millones de dólares anuales en ingresos tributarios el gobierno propuso, a cambio, aumentar en dos años la edad mínima de jubilación de las mujeres, de 60 a 62 años, y de ese modo aprovechar las excelentes condiciones de salud y atención médica de que se dispone en la Argentina para compensar los ingresos perdidos por la supresión de aquellos impopulares impuestos. Ejemplos tragicómicos como éstos podrían multiplicarse ad infinitum, especialmente si se recuerda que el caso argentino si bien fue el más radical estuvo lejos de haber sido el único en la región. La verdadera "cruzada" que los gobernantes de nuestros países han emprendido en contra de una institución como el estado, completamente satanizada por la ideología dominante, es un monumento a la irracionalidad, no sólo en términos sociales pues resulta en una verdadera "eutanasia de los pobres," como se aprecia con singular nitidez en el caso argentino sino también en función de la propia lógica del desarrollo capitalista (Boron, 1995). En las páginas que siguen trataremos de explorar algunos de estos asuntos.

Una tipología de los avances "reformistas"

La década de los ochentas dió inicio a una verdadera oleada reformista en nuestra región. Antes de presentar sus contornos más sobresalientes conviene, empero, detenerse brevemente para despejar una cuestión semántica nada intrascendente.

Resulta que se ha convertido en un lugar común hablar de "reformas" para referirse a lo que, en la tradición del pensamiento político occidental responde mejor a la expresión "contra-reforma". Hemos explorado este tema en otro lugar, razón por la cual no nos extenderemos ahora en esa consideración. Bástenos con decir que, en realidad, las políticas llevadas a cabo en nuestra región lejos de haber introducido "reformas" esto es, cambios graduales en una dirección tendiente hacia una mayor igualdad, bienestar social, y libertad para el conjunto de la población lo que hicieron fue potenciar una serie de transformaciones que recortaron antiguos derechos ciudadanos, redujeron dramáticamente las prestaciones sociales del estado y consolidaron una sociedad mucho más injusta y desigual que la que existía al comienzo de la etapa "reformista". Lo que ocurre es que la victoria ideológica del neoliberalismo se

expresa, entre otras cosas, por un singular deslizamiento semántico que hace que las palabras pierdan su antiguo significado y adopten otro nuevo. En ese sentido, las "reformas" padecidas por nuestras sociedades en las últimas décadas son, en realidad, acentuados procesos de involución social.

Uno de los más militantes ideólogos de esta peculiar forma de "reformismo", Sebastián Edwards, ex-economista-jefe del Banco Mundial, brindaba una versión extraordinariamente optimista de lo acontecido desde los años ochenta:

A mediados de 1993, los analistas y medios económicos internacionales recibían las reformas hacia una política de mercado como un éxito y proclamaban que varios países latinoamericanos iban camino de convertirse en una nueva generación de 'tigres'. Los inversiones extranjeros se aproximaron rápidamente a la región y los consultores y estudiosos se apresuraron a analizar las experiencias de Chile, México y Argentina con el fin de aprender de primera mano cómo unos países que, sólo unos años antes, habían parecido no tener esperanza, se habían vuelto tan atractivos para el dinero internacional. (Edwards, p. 17).

En función de esta peculiar apreciación, Edwards procede a dividir a los países de la región en cuatro categorías, como puede verse a continuación. Pioneros, o primeros reformadores - (reformas iniciadas a finales de los años setenta y comienzo de los ochentas)

Bolivia
Chile
México

Reformistas de la segunda oleada - (reformas iniciadas a finales de los ochentas)

Costa Rica
Ecuador
Jamaica
Trinidad y Tobago
Uruguay

Reformadores tardíos, o reformistas de la tercera oleada
(reformas iniciadas los años noventa)

Argentina
Brasil
Colombia
El Salvador
Guatemala
Guyana
Honduras

Nicaragua
Panamá
Paraguay
Perú
Venezuela

No reformistas
Haití
República Dominicana

Resultados

El tiempo transcurrido desde la iniciación de estas "reformas" permite evaluar de forma más completa los méritos de los distintos "reformadores". Ya no se trata de algún que otro dato circunstancial sino de un análisis mucho más profundo, que permite identificar las tendencias de largo plazo que se han desarrollado al calor de las nuevas políticas implementadas desde el auge de las ideas neoliberales en los años ochentas y noventas.

En este sentido, el veredicto de la historia es inapelable: estas reformas fracasaron. Y esta frustración se puede determinar en tres aspectos fundamentales: (a) no lograron promover un crecimiento económico estable; (b) no lograron aliviar la situación de pobreza y exclusión social que prevalecía en nuestra región como producto del desplome del modelo de industrialización sustitutiva de importaciones y la crisis de la deuda; (c) lejos de fortalecer las instituciones democráticas y su legitimidad popular, este modelo tuvo como consecuencia debilitarlas y desprestigiarlas hasta un nivel sin precedentes en la historia latinoamericana.

a) el desempeño en relación al crecimiento económico

En relación al crecimiento de la economía, el primero de los items considerado más arriba, la performance de las economías latinoamericanas a partir de 1980 difícilmente podría haber sido más decepcionante. El producto bruto interno creció a un ritmo anual medio de 1,7% en la década de los ochentas, y a 3,4% en la siguiente. Dado que en la primera de las décadas el crecimiento de la población se situaba en el 2,0% anual esto significó una caída en el PBI por habitante de alrededor 0,3% por año a lo largo de toda la década, con justa razón denominada la "década perdida". En la siguiente, con la tasa de crecimiento poblacional un tanto más disminuída apenas si se revirtió la tendencia, quedando el crecimiento del PIB per cápita en una cifra cercana a un modesto 1,7% anual. Siendo positiva esta magnitud equivale a menos de la

mitad de las tasas de crecimiento del PIB per cápita que prevalecían en la región en las tres décadas comprendidas entre los años de la posguerra y la crisis de mediados y finales de la década de los setentas, cuando según los diagnósticos del FMI y el BM, las políticas económicas en vigencia adolecían de incurables defectos (Banco Mundial, p. 279, 295).

Edwards sostiene que los pioneros en el reformismo de mercado avanzaron muy rápidamente en el terreno de las transformaciones estructurales. Por cierto, esta afirmación se realiza sin abrir una discusión, más que necesaria, sobre el signo de tales transformaciones. Es decir, sin examinar quiénes fueron sus beneficiarios y quiénes sus víctimas, para no hablar de una valoración más abarcativa que nos indique si, finalmente, estas "reformas" colaboraron en la construcción de una sociedad mejor o si, por el contrario, dejaron como legado, una sociedad más injusta y desigual que la que le precediera.

Nuestro autor exalta el caso chileno, "porque comenzó las reformas en 1975, casi diez años antes que todos los demás" (p. 20). Es por eso que en dicho país las reformas están muy avanzadas y han marcado casi todas las facetas de la vida económica, política y social, si bien no constituye un dato menor, o anecdótico, el hecho de que tales reformas hubieran sido iniciadas en el contexto de la más sangrienta dictadura jamás conocida por Chile, tema "político" sobre el cual el economista no se explaya. Además, Edwards pasa completamente por alto el hecho de que la aplicación de estas políticas que según nuestro autor comienzan inmediatamente después del golpe de estado de Pinochet, en 1973 desembocó en el fenomenal crash financiero de 1982, y que recién luego de 1985 la economía chilena retomó un sendero de crecimiento pero adoptando una política que se apartaba en algunos aspectos fundamentales de las recomendaciones del Consenso de Washington, tema sobre el cual volveremos hacia el final de este trabajo. Por otra parte, el caso de México, que en una primera versión de este libro fuera también señalado como habiendo llegado a la madurez y hallarse en vías de consolidación, aparece en la versión definitiva bajo luces mucho menos brillantes.

Haciendo gala de la tradicional retórica supuestamente técnica y valorativamente neutra del saber económico convencional, Edwards apunta que "los acontecimientos sociales [sic!] de Chiapas a principios de 1994 y el asesinato del candidato presidencial Luis Donaldo Colosio han introducido ciertas dudas respecto a la dirección exacta en la que van a avanzar las reformas mexicanas durante los próximos años" (p. 20). Como si lo anterior no fuera suficiente, ¿cómo soslayar el papel jugado por esa verdadera "anexión económica" que el país del norte experimentó con el ingreso al NAFTA y que reforzó extraordinariamente la vulnerabilidad externa de la economía mexicana? Y, en

todo caso, ¿no sería prudente tomar en cuenta la elocuente coincidencia de este proceso con la aparición de la guerrilla zapatista, no tan sólo un mero "acontecimiento social" sino síntoma de la lacerante "deuda social" que aún hoy prevalece en México y que sus empeños "reformistas" no lograron extirpar?

En todo caso, y prosiguiendo con el hilo de nuestra argumentación, los gobiernos reformistas habrían logrado, de acuerdo con la visión ahora "oficiosa" del Banco Mundial, despejar del camino hacia el crecimiento autosostenido los graves obstáculos que habían frustrado las expectativas latinoamericanas en las décadas precedentes. Sin embargo, una lectura más atenta y menos voluntarista de las cifras que el propio Edwards proporciona en su libro permite extraer otras conclusiones. En efecto, si bien en los años inmediatamente posteriores a la crisis de la deuda (1982-1986) la totalidad de los países de la región experimentó una dramática caída en las tasas de crecimiento del PIB per cápita, el período posterior muestra variaciones muy significativas en el ritmo de la recuperación económica. Sin duda que Chile logra, a partir de 1985, salir de la fenomenal crisis en que había caído cuando adoptó con la fé de los conversos las nefastas enseñanzas de la Escuela de Chicago. Pero la acentuada recuperación económica de aquellos años no era sino la contrapartida del descenso a los abismos producido en 1982. En todo caso, ya en los años posteriores esta tendencia se reafirmó para reflejar un nuevo dinamismo nacido de las renovadas condiciones en que se desenvolvía la economía chilena.

El caso de Bolivia, en cambio, otro "pionero", es bien diferente. Este país fue durante un cierto tiempo monitoreado y gestionado casi personalmente por uno de los máximos gurús del neoliberalismo contemporáneo, el economista de Harvard Jeffrey Sachs. Fiel a su convicción de que cualquier actividad que emprenda el estado en la vida económica es contraproducente, deficitaria en términos de costos y una permanente tentación para la corrupción, Sachs no ahorró consejos para lograr que el gobierno pusiera en marcha un programa económico que respondiera puntualmente a cada uno de los mandamientos del catecismo neoliberal. No obstante ello la tasa de crecimiento del PIB per cápita en el país andino fue de apenas el 0,7 por ciento anual para el período 1987-1992 (Edwards, 1997, p. 18), al paso que datos más recientes de la CEPAL y que abarcan el decenio 1991-2000 reflejan que dicha tasa para todo este período fue del 1,3 por ciento por año, muy inferior a la registrada por uno de los países que Edwards califica como "no reformador", la República Dominicana, cuya tasa de crecimiento del PIB per cápita para la década fue del 4,0 anual (CEPAL, Anuario Estadístico 2002, Cuadro A-8).

Comentario similar podría hacerse en relación a México, uno de los primeros reformadores y, en cierto sentido, uno de los ejemplos que

permanentemente exhiben los economistas vinculados al Banco Mundial y al Fondo Monetario Internacional. El país azteca sale de la gran crisis de la deuda de 1982, gatillada precisamente por el default mexicano de agosto de ese año, con una tasa de crecimiento del PIB per cápita para el período 1987-1992 del 1,0 por ciento anual.

Pese a las optimistas expectativas de Edwards, durante el resto del decenio el comportamiento de la economía mexicana hizo bien poco para avalar la presunta sensatez de las recetas neoliberales. Si en el período 1987-1992 el crecimiento mexicano fue sensiblemente inferior al experimentado por dos países hasta entonces refractarios al reformismo, como Colombia y Venezuela (con tasas del 2,0 y 1,6 por ciento por año), las cifras del período 1991-2000 ilustran de forma aún más contundente las dimensiones de esta decepción. En efecto, el desempeño de la economía mexicana alcanza apenas a una tasa del 1,8 por ciento por año, que contrasta desfavorablemente con la de otros países mucho más refractarios a las prédicas del pensamiento único, como la República Dominicana, que crece en ese mismo período a una tasa del 4,0 por ciento; Panamá, con el 2,7 por ciento, y Uruguay, en donde un plebiscito popular puso coto a las políticas de privatizaciones, con una tasa del 2,2 por ciento.

b) el holocausto social provocado por las políticas neoliberales

En relación a este tema, la evidencia histórica ofrece un veredicto no menos contundente. Lejos de ser portadoras del progreso social, las políticas neoliberales precipitaron un holocausto social sin precedentes en la historia de la América Latina contemporánea. Esto se tradujo en un aumento dramático de la exclusión social, la pobreza y la vulnerabilidad de amplios sectores de las sociedades latinoamericanas. Veamos lo que resulta de un breve examen de la experiencia en algunos de los países de la región.

(I) Chile

Cabe recordar en este sentido que durante un tiempo tanto el Banco Mundial como el Fondo Monetario Internacional se habían empeñado en señalar que México y Chile eran los países "modelo", cuyas políticas debían ser imitadas por quienes aspirasen a recoger los mismos éxitos que aquellos. La irrupción de la guerrilla en Chiapas, el asesinato de Colosio, la crisis del Tequila y la irrupción del zapatismo hicieron que las imágenes sonrientes y confiadas del presidente Salinas de Gortari y su Secretario de Hacienda Pedro Aspe desaparecieran abruptamente de las tapas de los principales diarios y revistas de la "comunidad financiera internacional". Con mayor discreción, las publicaciones del Banco Mundial y del FMI sacaron furtivamente de la vitrina al caso mexicano,

convertido de la noche a la mañana en una experiencia impresentable al paso que redoblaban sus alabanzas al ejemplo chileno. Éste, liberado ya de la incómoda presencia del dictador Pinochet, fue explícitamente consagrado como el "modelo" a imitar.

Pero retomemos el hilo de nuestra argumentación: en el caso particular de Chile las tendencias hacia una concentración regresiva del ingreso y, consecuentemente, hacia la exclusión social, han sido sumamente acentuadas. No es por casualidad que la expresión "deuda social" haya sido puesta en circulación en ese país, precisamente con el advenimiento del régimen democrático en 1990. Esta frase ponía de relieve los enormes costos sociales incurridos por la aplicación de las políticas "orientadas hacia el mercado" que tantos elogios despertara en las instituciones monetarias internacionales. Es que en la ideología neoliberal el tema social y por ende, el carácter excluyente de los procesos de acumulación constituyen apenas "factores endógenos" o, para utilizar una terminología bélica que, sin embargo, parece bien apropiada, meros "daños colaterales" de un proceso que dogmáticamente se presenta como la segura ruta hacia la prosperidad general.

Para formarse una idea clara de lo acontecido en Chile bastaría con recordar que en 1988, es decir, quince años después de haberse iniciado la restructuración económica de la mano del régimen de Pinochet, el ingreso per cápita y los salarios reales eran apenas levemente superiores a los de 1973, a pesar de los altos niveles de desocupación padecidos por los trabajadores 15% como promedio entre 1975 y 1985, con un pico de 30% en 1983 supuestamente como el necesario trago amargo para el posterior disfrute de los beneficios del progreso económico. Al comienzo del reciente boom de la economía chilena, en el bienio 1985-86, la participación de los asalariados en el ingreso nacional era del 34,8%.

Sin embargo, cuando el auge maduró, en 1992-1993, momento que Edwards celebra como la consolidación definitiva del reformismo neoliberal, dicha participación no sólo no aumentó sino que declinó levemente, al 33,4% (Bermúdez, 1996, p. 2). Otras mediciones arrojan resultados similares: entre 1970 y 1987 la proporción de hogares con ingresos por debajo de la línea de pobreza creció del 17 al 38%, y en 1990 el consumo per cápita de los chilenos era todavía inferior al que habían accedido en 1980 (Meller, 1992). Informes oficiales indican que en el primer turno del gobierno democrático la pobreza descendió al 27%, cifra que se presenta como indicativa de los logros oficiales en materia de políticas sociales. No obstante, aún siendo así no puede ignorarse que ese guarismo representa casi el doble del que existía en los comienzos del gobierno de Salvador Allende en 1970.

Una investigación independiente de la anterior, comentada en un excelente libro del sociólogo chileno Tomás Moulián, demuestra que dentro de una muestra de 62 países ordenados por un indicador de equidad a comienzos de los años 90 el Chile del "milagro" ocupa el lugar 54. Tan sólo Sudáfrica, Lesotho, Honduras, Tanzania, Guinea Ecuatorial, Panamá, Guatemala y Brasil presentan una distribución del ingreso más injusta que la chilena. Moulián también observó que pese al aumento del gasto social efectuado por los gobiernos de la Concertación la tendencia de la distribución de ingresos per cápita continuó su marcha polarizante, llegando a una diferencia de casi 40 veces entre el primer y el último decil (Moulián, 1997, p. 93-96). Un estudio del propio Banco Mundial demuestra que en la década de los ochentas, cuando se afianza el "milagro chileno", la desigualdad económica medida a partir del coeficiente de Gini se incrementó en Chile desde un valor de 0,52 a 0,57, sólo superado por Brasil (que registró un índice igual a 0,63) y Guatemala y Honduras, cuyos índices fueron de 0,59, mientras que los restantes 14 países latinoamericanos incluidos en el estudio exhibieron índices de desigualdad económica menores que los de Chile (World Bank, 1993, p. 16 y 23).

Seguramente habrá sido a causa de este penoso desempeño en materia social que pocos años atrás un documento de la CEPAL haya expresado su beneplácito ante las "importantes mejoras" experimentadas por los salarios mínimos urbanos en Chile entre 1990 y 1992, al haber recuperado en este último año el poder de compra que habían alcanzado ... ¡en 1980! (CEPAL, 1994, p. 10).

En pocas palabras: después de más de un cuarto de siglo de políticas neoliberales la experiencia chilena comprueba la impotencia de éstas para resolver el problema de la pobreza y para lograr algún avance, por mínimo que sea, en el terreno de la equidad. Haciendo un análisis de esta evolución en el largo plazo, entre 1969 y 1999, el economista de la CEPAL Ricardo Ffrench Davis concluye, en consonancia con lo que decíamos más arriba, que en todo caso, cualquier informe incluso el más favorable dice que estamos peor que entre el 69 y el 70. Treinta años después no estamos mejor, y lo normal en un mundo que se moderniza es que la equidad aumente, que la distribución sea más igualitaria (Ffrench Davis, p. 20).

Recapitulando: puede ser que, como lo pregonan los partidarios del ajuste neoliberal, en el Chile actual los pobres sean menos pobres que antes. Pero ante esto pueden formularse tres objeciones fundamentales. Primero, que siendo la pobreza un fenómeno relativo a su necesaria contraparte dialéctica, la riqueza, el hecho de que las clases populares tengan acceso a bienes que antes les estaban vedados no necesariamente significa que sean "menos pobres" que

antes. Marx decía que sólo una vez que el señor feudal edificaba su chateaux junto a la modesta vivienda del campesino ésta se convertía, ante los ojos de sus moradores, en una choza miserable.

Los pobres del neoliberalismo chileno son tales no por relación a un parámetro absoluto y supra histórico; ni por comparación con los indigentes de Calcuta. Lo son por su relación con la ostentosa riqueza de la nueva oligarquía chilena. Segundo, que aún cuando los pobres pudieran ser "menos pobres" que antes lo cierto es que su proporción en relación al conjunto de la población es más del doble de la que se registraba a finales de 1971, al cabo de un año de gobierno de Salvador Allende, situación ésta tanto más inadmisible en cuanto se verifica dentro de un acentuado proceso de crecimiento económico que, además, contó con el beneplácito y el apoyo de las clases y grupos más poderosos del capitalismo internacional. Por último, la tercera objeción se refiere al hecho de que la inequidad distributiva, esto es, la desigualdad entre ricos y pobres, se agigantó hasta niveles sin precedentes en la historia chilena. De ser uno de los países más igualitarios de América Latina Chile se ha convertido en uno de los más desiguales.

En un país cuyas clases dominantes y sus perros guardianes no le otorgaron a Salvador Allende ni siquiera un año para superar la pesada herencia que dejaba, en palabras de Aníbal Pinto, "un caso de desarrollo frustrado" como el de Chile, las casi tres décadas de políticas neoliberales parecen ser un período más que suficiente como para suponer que la situación de pobreza, exclusión y desigualdad sociales unánimemente percibida deberían haber sido considerablemente atenuadas. Sin embargo, nada de esto ha ocurrido, pese a la rapidez experimentada por el crecimiento económico desde mediados de los ochentas. Peor aún: lo que la experiencia enseña una y otra vez es que las políticas neoliberales no sólo son incapaces de combatir la pobreza sino que, antes bien, son uno de los factores más dinámicos en su creación y en el aumento de la inequidad y la exclusión social. Lo anterior vale no sólo en la periferia del capitalismo sino que también, como lo ha demostrado contundentemente Paul Krugman, en el corazón mismo del sistema, en los Estados Unidos y el Reino Unido (Krugman, 1994).

(II) Argentina

En el caso argentino las cosas distan de ser más edificantes o promisorias que del otro lado de la cordillera. Según Edwards, la Argentina era junto con Chile y México uno de los tres casos más exitosos de reformismo neoliberal (Edwards, p. 21). ¿Por qué era la Argentina tan atractiva? Muy simple. De los tres campeones de la reforma neoliberal, la Argentina era en esos momentos,

mediados de los años noventas, la única que podía exhibir impecables credenciales democráticas. El "modelo chileno", tan exaltado en la obra de Edwards, originario él mismo de una de las más tradicionales familias de la oligarquía de ese país, cargaba con un "pecado original" difícil de ocultar y más difícil todavía de expiar: era obra del más abominable régimen político de la historia chilena. Por lo tanto, era un modelo que exigía moderación en los discursos que lo postulaban como un ejemplo a imitar, porque contenía muchas cosas que eran inimitables y otras que no debían ser imitadas.

México, a su vez, tampoco reunía los requisitos de "ejemplaridad" que necesitaban los teóricos del Banco Mundial y a los intelectuales orgánicos del capital financiero. Si bien no se presentaba al mundo chorreando sangre de la cabeza a los pies, como Pinochet, los gobiernos del PRI distaban mucho de ser reconocidos mundialmente por la honestidad de su gestión o por la pulcritud de sus procedimientos democráticos. Mario Vargas Llosa calificó al estado mexicano como "la dictadura perfecta", aludiendo precisamente a esta peculiar combinación de libertad aparente y despotismo real.

A mediados de la década de los noventas la Argentina, en cambio, si bien estaba lejos ella misma de constituir un modelo, tenía ciertas ventajas sobre los otros países. A diferencia de Chile y México tenía un gobierno acerca de cuya legitimidad de origen no cabía duda alguna puesto que había surgido de un impecable proceso electoral. Por otra parte, y como si lo anterior no fuera suficiente, el menemismo aparecía ante los ojos de Edwards y sus colegas con un bonus adicional: su ratificación plebiscitaria en las elecciones de 1991 y 1993 y por el logro de su objetivo político de máxima: la re-elección en las elecciones presidenciales de 1995. En otras latitudes el "ajuste estructural" había sido realizado por una dictadura militar como la de Pinochet en Chile, o por gobiernos liberales como los del PRI en su fase de final descomposición.

En cambio, la Argentina de Menem sobresalía por ser el único caso de un país que "hizo todos los deberes" tal cual lo manda la ortodoxia del Consenso de Washington privatizando casi todo lo que podía privatizarse; desregulando y liberalizando hasta llegar a constituir "mercados salvajes"; destruyendo al estado; achicando el gasto público; abriendo irresponsablemente la economía; facilitando la especulación financiera; favoreciendo la concentración del ingreso, etc. y además todo esto lo hizo en democracia. Esta combinación entre un desorbitado celo neoliberal e instituciones democráticas que lamentablemente avalaron con su voto un ensayo de este tipo es lo que se encuentra en la base de los incesantes elogios que el experimento menemista recibe de los voceros del FMI, el BM y la prensa y grupos de interés asociados a la "comunidad financiera internacional".

Fue a causa de ello que en la asamblea conjunta del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional celebrada en Washington en Septiembre de 1998 Michel Camdessus, Director Gerente del FMI, eligiera a "dos grandes estadistas de las Américas", según sus propias palabras, para pronunciar los discursos principales ante tan magna asamblea. Por un lado, Bill Clinton; por el otro, Carlos S. Menem. Este fue presentado por Camdessus como el gran estadista que supo poner fin a medio siglo de extravíos populistas y socializantes, y el hombre de cuya firme mano la Argentina había entrado por el sendero del progreso indefinido que garantizaba la libertad de los mercados.

Dejando de lado estas notas introductorias vayamos al grano: las gravísimas limitaciones del Plan de Convertibilidad de Menem/Cavallo y su carácter ilusorio y suicida se tornaron más que evidentes hacia finales del menemismo y estallaron por completo durante la increíblemente inepta gestión de la Alianza. Es cierto que durante gran parte del período 1991-2001 la inflación había sido abatida y las cuentas públicas registraban un cierto equilibrio, pero ello no obedecía a factores genuinos sino a, parafraseando a Alan Greenspan, la "exhuberancia irracional de los mercados financieros" que durante todos esos años continuaron ingresando a la Argentina atraídos por las posibilidades de realizar fenomenales ganancias en operaciones especulativas y de muy corto plazo, toda ellas teñidas por fuertes sospechas de corrupción.

El resultado fue la total enajenación del patrimonio público y el alucinante aumento de la deuda externa, pese a que cuando el país firmó el ingreso al Plan Brady tanto el Ministro Domingo Cavallo como el Presidente Carlos S. Menem aseguraron urbi et orbi que el problema ya estaba controlado. En esos momentos la Argentina debía a sus acreedores externos 62.000 millones de dólares. A pesar de haber cumplido puntualmente con todos los compromisos acordados hasta el año 2001 el monto de la deuda asciendo, según estimaciones varias, a unos 130.000 millones de dólares.

Por otra parte, la recesión que afecta a la Argentina a partir de 1998, la más profunda y prolongada de su historia, le permitió mantener la paridad cambiaria hasta el estrepitoso colapso de la convertibilidad, a finales del 2001. Pese a que los índices macroeconómicos demostraban que a comienzos de los noventas se había recuperado el sendero de un vigoroso crecimiento, los frutos del mismo se concentraron cada vez con mayor intensidad en el bloque dominante hegemonizado por el capital financiero internacional y sus socios locales. Mientras tanto, había indicios inequívocos que hablaban del dramático empeoramiento de la situación económica y social: la desocupación, cuyas tasas actuales ... ¡son diez veces superiores al promedio histórico de la Argentina!; el incontenible aumento de la pobreza y la exclusión social, llegando a afectar en la

actualidad a más de la mitad de la población; y la pauperización de las clases medias, evidentes no sólo entre los desocupados sino aún entre quienes tienen empleo pero cuyos salarios son insuficientes para sobrevivir.

El estrepitoso y sangriento colapso del gobierno de Fernando de la Rúa no hizo otra cosa que rubricar con una especie de "final wagneriano" la corrupta huída hacia el abismo iniciada por Menem/Cavallo y concluida por de la Rúa/Cavallo en diciembre del 2001, generando un hecho político de colosales dimensiones: una verdadera epopeya popular que amalgamó en las principales plazas de la república al heteróclito universo popular desocupados, trabajadores "precarizados", informales, jubilados, jóvenes impedidos siquiera de ingresar al mercado de trabajo condenados a una silenciosa eutanasia por las políticas neoliberales con los sectores medios cuyos ahorros fueron confiscados sin miramiento alguno. Los acontecimientos del 19 y 20 de diciembre del 2001 marcan por eso mismo un hito en la democracia argentina, porque al menos por un momento se superó la trampa mortal de la así llamada "democracia representativa" que, en un orden político carcomido por el cáncer del neoliberalismo ya no es democracia ni representa a nadie, y el pueblo, en cuyo nombre existe el régimen democrático, se hizo por una vez dueño de su propio destino.

Un análisis centrado en las transformaciones de mediano plazo ocurridas en este ámbito demuestra de manera irrefutable la gravedad de los procesos de constitución de un verdadero apartheid social en donde la exclusión de grandes sectores se constituyó en el rasgo más distintivo de la época. Así observamos que, en el Gran Buenos Aires, entre 1974 y 2002 la participación del 10% más pobre de la población sobre el total de los ingresos de la región disminuyó desde un ya negligible 2,3 por ciento al 1,1 por ciento. Es decir, que los más pobres del país perdieron gracias a las virtudes de las políticas neoliberales aproximadamente el 52 por ciento de sus ingresos, mientras que el decil superior que en 1974 se apropiaba del 28,2 por ciento del ingreso a finales del ciclo neoliberal se adueñaba del 37,6 por ciento, con lo cual su participación en el festín distributivo se acrecentó en un 33,3 por ciento, y todo esto en un prolongado período histórico en el cual sólo por excepción y en algunos años la economía argentina dio muestras de algún crecimiento. Se entienden las razones por las cuales el establishment puso a disposición de Menem y sus cómplices parte de sus inmensos recursos e influencias para ayudarlo a cumplir tan magna labor; y las que tuvo esa misma clase social para dominar a su antojo al inepto gobierno aliancista, cuyo servilismo y genuflexión ante los grupos dominantes superó inclusive al propio menemismo.

Es interesante anotar en este respecto que la disminución más acusada en la participación de los sectores de menores ingresos se produce durante el gobierno de la Alianza. No sorprende por eso mismo comprobar que la ratio entre los más ricos y los más pobres se haya agrandado en la corta experiencia aliancista y su catastrófico desenlace, saltando de una razón de 24 a 1 en 1999 a casi 34 a 1 en el 2002.

Una perspectiva también de más largo aliento permite apreciar la radicalidad de las transformaciones regresivas operadas en la sociedad argentina como ominoso telón de fondo de nuestra recuperación democrática. Pese a lo que diga en contrario la retórica neoliberal, los sectores populares no perciben beneficios, intereses o rentas sino salarios, y la evolución de éstos o, mejor dicho, su dramática involución para los que aún están empleados, y su ausencia en el caso del vasto ejército de desocupados muestra signos claros de una escandalosa regresividad.

Por otra parte, la crisis fiscal del estado producida como consecuencia de esas políticas y de su indignante tolerancia ante el "veto contributivo" que imponen unas clases dominantes que desde tiempos de la Colonia nunca tuvieron que molestarse en pagar impuestos precipitó un impresionante desplome en la calidad y cantidad de las prestaciones sociales efectuadas por el estado. El resultado de esta trágica aberración que es el neoliberalismo queda sintetizado en dos informaciones.

Una, producto de una investigación realizada a mediados del 2002 y que comprueba que en los distritos más pobres del Gran Buenos Aires la edad promedio de las mujeres fallecidas en clínicas disminuyó entre 1992 y 2001 de 75,2 años a 71,3 al paso que las que lo hicieron en sus hogares, seguramente humildes y con escasa o nula atención médica, descendió de 74,1 a 68,8 años; entre los hombres, aquellos que murieron en sus casas descendieron la edad promedio de 66,5 a 62,7 años en el mismo lapso (Bär, 2002, p. 12).

Otra, y última: un informe oficial del Ministerio de Economía publicado en los momentos de auge del proyecto neoliberal, en la primera mitad de los noventa, estimaba que unos 15.000 niños morían cada año a consecuencia de enfermedades curables que no podían ser efectivamente controladas debido a los recortes presupuestarios aplicados al sector salud. Una buena medida del carácter letal del neoliberalismo lo da la siguiente comparación: ¡sólo en dos años dichas políticas "desaparecen", en la población infantil, al mismo número de víctimas que el "terrorismo de Estado" exterminó en siete! (Secretaría de Programación Económica, p. 18). La exclusión social resultante de la aplicación de las políticas del Consenso de Washington aparece en toda su desnudez. Una exclusión que significa menos ingresos, más hambre, menos atención médica, menos salud, menos información y, en el fondo, menos libertad. Los excluidos viven sumidos en un mundo de necesidades insatisfechas que les impide acceder a los beneficios de la libertad. La contundencia de estos datos nos exime de mayores comentarios.

(III) México

Es un hecho que luego de Chiapas, el asesinato de Colosio, las escandalosas revelaciones sobre los alcances de la corrupción en el gobierno, el desplome del peso mexicano y la crisis del "tequila" los famosos "éxitos" de la reestructuración ortodoxa en

México se desvanecieron como por arte de magia (Moffet, 1996, p. 18).

La involución económica y social experimentada luego de casi veinte años de ajustes ortodoxos es inocultable. La distinguida economista mexicana Ifigenia Martínez Hernández, abre un documento relativo a la coyuntura económica de finales de los noventa con estas palabras: "(A)l iniciarse 1996 el producto por habitante en México tenía un valor real equivalente al de 1976 y un rezago de 15% con respecto al máximo histórico logrado en 1981" (Martínez Hernández, 1996, p. 5). Pese a la profusa retórica reformista utilizada por distintos gobiernos del PRI para "vender" su conversión al neoliberalismo, los datos oficiales son incapaces de abonar conclusiones diferentes: mediciones alternativas muestran que entre 1980 y 1990 el ingreso per capita de los mexicanos declinó en un 12,4% (Altimir, 1992).

En esos años la pobreza aumentó significativamente mientras que los salarios reales cayeron en un 40%. Al igual que en el caso argentino dicha caída estuvo bien lejos de ser un traspie pasajero sino que, en realidad, se trató de una modificación estructural en la distribución del ingreso cuyas consecuencias perduran, agravadas por el "efecto tequila", hasta nuestros días. Ya en 1990 el consumo per cápita se ubicaba en un 7% por debajo de 1990 (Bresser Pereira, 1993).

Según anota Jorge Castañeda, actual Secretario de Relaciones Exteriores del gobierno del Presidente Vicente Fox, cuando en 1992 el gobierno mexicano se decidió a publicar los primeros registros estadísticos sobre la distribución del ingreso en los quince años precedentes los datos fueron espeluznantes: "en 1984 ... el 40% más pobre de la población recibía el 14,4% del ingreso total. Para 1989, el mismo 40% sólo recibía el 12,8%. Pero el 10% de los más ricos disfrutaron de un salto en su participación de 32,4% a 37,9%" (Castañeda, p. 283-284).

Sin embargo, el optimismo oficial no fue perturbado por tales hallazgos. Fue necesaria la insurrección de Chiapas y el colapso del peso mexicano, en diciembre de 1994, para que las elites locales, su corte de asesores, expertos y "técnicos" y sus mentores internacionales el FMI, el Banco Mundial y varias agencias del gobierno de los Estados Unidos despertaran ante la amarga constatación de que la situación estaba fuera de control. Si el terremoto de 1985 había puesto al desnudo la corrupción generalizada del estado priísta y su imperdonable deserción de sus responsabilidades esenciales, la crisis del 1994 fue la gota que rebalsó el vaso.

Los sucesivos programas de ajuste lanzados por el gobierno de Ernesto Zedillo y continuados después por el gobierno del PAN no hicieron sino confirmar las más sombrías predicciones acerca del curso de los acontecimientos. Ya desde el inicio algunos funcionarios del área económica del gobierno de Zedillo hicieron saber a la población que sería necesario adoptar "duras medidas" de austeridad y restricción del consumo ¡como si lo ocurrido hasta entonces hubiese sido una orgía consumista en donde los sectores populares daban rienda suelta a sus ambiciones más extravagantes! que seguramente

reducirían aún más el poder adquisitivo de los salarios, ocasionando renovadas deprivaciones y padecimientos a la gran mayoría de las clases y capas populares de México (DePalma, 1995, A 1/10).

Un dato, producido por una reciente investigación sintetiza la miseria del neoliberalismo en el ocaso de la gestión priista: un estudio médico-social a nivel nacional efectuado sobre los adolescentes mexicanos comprueba que la estatura promedio de los mismos disminuyó en 1,7 centímetros entre 1982, año de comienzo del "ajuste neoliberal" y 1997. Tal como lo observa Asa Cristina Laurell para que una involución de este tipo sea posible en apenas quince años se requiere someter a la población a penurias económicas y privaciones nutricionales extraordinarias y persistentes, demostrativas del verdadero significado de las políticas "amistosas hacia el mercado" y sus perniciosas consecuencias en términos de exclusión social (Laurell, 1998, p. 7).

En España, Japón y Corea, para mencionar sino sólo algunos casos, la altura promedio de los adolescentes no ha dejado de aumentar. El reverso de este fenomenal castigo a los pobres ha sido, como bien lo ha notado Carlos Fuentes, la creación de un puñado de multimillonarios mexicanos, que compiten con alemanes, japoneses y norteamericanos en la lista de las más grandes fortunas del planeta.

Esta irritante inequidad es también demostrada por Julio Boltvinik, desde otra perspectiva, cuando concluye que "la proporción de mortalidad rural promedio es ... más del triple que la de la clase alta urbana. ... Estos datos significan que dos terceras partes de las muertes rurales muertes de pobres, básicamente son evitables" (Boltvinik, 1999, p. 23). Conviene recordar que, según surge de los datos recogidos por el Censo de 1990, en los municipios rurales con predominio de población indígena el 43% de la población percibe ingresos inferiores a un salario mínimo (es decir, unos U\$S 4. por día), la tasa de analfabetismo asciende al 43%, más de la mitad de los hogares carecen de agua y electricidad y un 82% tampoco tienen drenajes cloacales (Ramírez Magaña, 1999, p. 17).

El contraste entre los sucesivos "paquetes" que el gobierno mexicano instrumentó para asegurar el salvataje de los bancos insolventes y el presupuesto de su principal programa de "combate a la pobreza", el Progres, es escandaloso: mientras que los primeros contemplaban una asignación inicial de 65,000 millones de dólares el segundo apenas ascendía, en 1997, a los 187 millones de la misma moneda.

Según estima Laurell, los recursos canalizados a través del Progres equivalían a unos tres dólares por persona pobre o siete dólares por cada uno viviendo en condición de indigencia, una cifra ridícula por sí sola e indignante si se la compara con el esfuerzo realizado para preservar la rentabilidad del capital financiero (Laurell, 1998, p. 12).

La cifra destinada al salvataje de los bancos equivale, conviene anotar, al presupuesto de la UNAM durante 70 años, precisamente en el momento en que el gobierno de Zedillo está tratando de introducir el arancelamiento universitario. Lamentablemente, el curso de los acontecimientos no ha variado en México con el

advenimiento del "recambio democrático". En realidad las bases esenciales sobre las cuales se asentaba el estado mexicano: la alianza de la dirigencia política con lo que el Subcomandante Marcos llama "los señores del dinero" permanece incólume. Sólo se produjeron modificaciones en la ornamentación externa del estado, sustituyendo el rostro de los herederos de la vieja "familia revolucionaria" por el de los resplandecientes gerentes de la iniciativa privada. Las rebuscadas ficciones hayekianas kosmos, "orden espontáneo" de la sociedad, constructivismo, etc. se disuelven sin dejar rastros en medio de la barbarie capitalista en América Latina.

(IV) Tendencias latinoamericanas

No es necesario ser un crítico empecinado de los capitalismo latinoamericanos para comprobar que la misión de las políticas neoliberales aplicadas a rajatabla en esta parte del planeta parece haber sido la de potenciar las exorbitantes ganancias de las minorías adineradas de América Latina a cualquier precio. Este incluía, como necesaria contrapartida, la escandalosa exclusión de crecientes sectores de la población de los beneficios del progreso económico. Por eso es que nuestra región sigue siendo la de peor distribución de ingresos del mundo. Hay multitudes más pobres que las nuestras en el Sur de Asia y en el África Sub-sahariana, pero nadie tiene tantos super millonarios como nosotros en el Tercer Mundo. De ahí que la brecha que separe a unos y otros en esta parte del mundo no tiene parangón en el plano internacional.

La aberrante polarización y exclusión social que prevalece en América Latina en su conjunto se grafica nítidamente cuando se observa, por ejemplo, que el ingreso medio de los ejecutivos de las grandes empresas después del pago de impuestos es en Brasil 93 veces superior al ingreso per cápita de su país, 49 veces en Venezuela, 45 veces en México y 39 veces en la Argentina. Por contraposición, en los capitalismo avanzados, con sociedades inclusivas en vez de excluyentes, este diferencial es muchísimo menos pronunciado: en Canadá, Francia, Alemania y Holanda es de 7 veces, en Bélgica y Japón 5 y en Suecia 4 (Vilas, 1998, p. 124).

Una medición complementaria de la anterior, como la relación entre el ingreso de los gerentes generales y el salario medio del trabajador del sector industrial, confirma los rasgos extravagantes del capitalismo latinoamericano: en Venezuela los CEOs (chief executives officers) obtienen ingresos 84 veces superiores a los de sus empleados, en Brasil 48, en México 43 y 30 en la Argentina, mientras que en Canadá es de 13 veces, 11 en Alemania y Suecia, 10 en Japón y 8 en Corea del Sur (Jackson, 1998, p. 7). Jackson extrae dos conclusiones principales de estos datos: primero, que la tendencia en los últimos años ha sido hacia una profundización de la grieta que separa los ingresos de los ejecutivos de los de sus empleados. En el caso de la British Petroleum, por ejemplo, esta relación saltó de 16 veces en 1985 a 53 en 1990 y a 60 en 1997, pese a la crisis de la industria del petróleo, la caída en la rentabilidad media del sector y el desplome del precio del crudo en los mercados internacionales.

Es cierto que se trata de una empresa perteneciente al Reino Unido, un país que gracias a las políticas neoliberales de Margaret Thatcher y John Major se ha "latinoamericanizado" notablemente, a punto tal que hoy ostenta el triste título de contar con la estructura de distribución de ingresos más inequitativa y desigual de la Unión Europea. Pero lo ocurrido en British Petroleum se ha reiterado en las empresas norteamericanas y, de modo mucho más acentuado, en los países latinoamericanos. La segunda conclusión es que las exorbitantes diferencias de remuneraciones que se observan en América Latina se corresponden íntimamente con los extraordinarios niveles de pobreza y exclusión social que prevalecen en esta región, mientras que la relativa igualdad existente en el otro extremo de la escala "se asocia con la riqueza pero también con un alto nivel de involucramiento del estado en la economía," una observación que adquiere renovado relieve al ser publicada por un medio tan ideológicamente comprometido con el neoliberalismo como el Financial Times (Jackson, 1998, p. 7).

Otros indicadores se mueven en la misma dirección. Una medida que examina las disparidades existentes entre los extremos de la distribución de ingresos de la región demuestra conclusivamente el sostenido avance de la polarización social en América Latina y la enorme magnitud del hiato que separa a los más pobres de los más ricos en esta parte del mundo.

Polarización del Ingreso en América Latina, 1980-1995

	1980	1985	1990	1995
A) 1% más pobre	\$ 184	\$ 193	\$ 180	\$ 159
B) 1% más rico	\$ 43.685	\$ 54.929	\$ 64.948	\$ 66.363
Ratio B/A	237	285	361	417

Fuente: Londoño, Juan Luis y Miguel Szekely, "Sorpresas distributivas después de una década de reformas", en Pensamiento Iberoamericano. Revista de Economía Política, Número Especial, 1998.

En conclusión: en el marco de las "reformas amistosas del mercado" el 1% más pobre de las sociedades latinoamericanas perdió casi el 14% de sus miserables ingresos mientras que los super-ricos acrecentaron los suyos en un 52%, aumentando extraordinariamente la distancia que los separa de los primeros. El famoso "efecto derrame" (trickle down) tan propagandizado por los ideólogos y publicistas del neoliberalismo demostró ser apenas un dispositivo retórico que la experiencia histórica refuta impiadosamente y destinado a alimentar la resignación y el conformismo de las víctimas del capitalismo.

La inmoralidad de las cifras precedentes se torna aún más escandalosa si se recuerda que los ochentas han sido considerados como la "década perdida" y que la siguiente no corrió mucha mejor suerte. Es decir, que el desorbitado crecimiento de la riqueza del segmento más rico de nuestros países se produjo en un contexto tipo "suma cero" en donde, tal cual demuestran las cifras, el enriquecimiento de unos pocos ha significado la pauperización de muchos y la exclusión social de grandes masas de nuestras poblaciones.

La torta se ha achicado pero la plutocracia se las ingenió para acrecentar en más de la mitad el tamaño de su ración, contanto para ello con el apoyo del coro de economistas ortodoxos que apelan a toda clase de sofismas y pseudo-demostraciones estadísticas para justificar el saqueo de los pobres. Esta fractura entre ricos y pobres reaparece, va de suyo, en otros índices y los datos recientemente producidos por la Organización Panamericana de la Salud no son más reconfortantes que los ya examinados: la esperanza de vida del 10% más rico de la sociedad venezolana es de 72 años, mientras que la que le aguarda a quienes tienen el infortunio de nacer en el 40% más pobre es de apenas 58 años. Y en Chile, país considerado el paradigma de una exitosa reforma económica, la tasa de mortalidad infantil en las comunas más pobres triplica a la que se observa en las comunas más ricas: 26,9 por mil contra 7,5 por mil nacidos vivos. Nacer en una comuna pobre es una operación tres veces más riesgosa que hacerlo en Providencia o Las Condes (Vilas, 1998, p. 124).

c) el ataque a la democracia

El tercer y último aspecto que quisiéramos examinar en estas páginas es el relativo al debilitamiento sufrido por nuestros países a causa del efecto corrosivo de las políticas del Consenso de Washington. Estas, lejos de haber consolidado nuestras nacientes democracias operó en un sentido exactamente inverso, y las consecuencias las estamos pagando hoy. Es por eso que luego de un período de casi dos décadas los logros de los capitalismos democráticos latinoamericanos no lucen como demasiado excitantes ni atractivos.

La sociedad actual es más desigual e injusta que la que le precediera. Si entre 1945 y 1980 los países latinoamericanos experimentaron un módico progreso en dirección de una cierta mayor igualdad social; si en ese mismo período experiencias de distinto tipo, desde variantes del populismo hasta algunas modalidades del desarrollismo, se las ingeniaron para sentar las bases de una política que, en algunos países, fue agresivamente "inclusionista" y tendiente a "ciudadanizar" a grandes sectores de nuestras sociedades, el período que se inicia a partir de la crisis de la deuda tiene un signo manifiestamente contrario.

En él viejos derechos se convirtieron en inalcanzables mercancías; las precarias redes de solidaridad social fueron demolidas al compás de la fragmentación social ocasionada por las políticas económicas ortodoxas y el individualismo promovido por los

nuevos valores dominantes; los actores y las fuerzas sociales que en el pasado canalizaron las aspiraciones y las demandas de las clases y capas populares los sindicatos, los partidos populistas y de izquierda, las asociaciones populares, etc. se debilitaron o simplemente fueron barridos de la escena.

De este modo los ciudadanos de nuestras democracias se vieron atrapados por una situación paradójica: mientras que en el "cielo" ideológico del nuevo capitalismo democrático se los exhaltaba como soberanos y depositarios últimos de un amplio repertorio de derechos y habilitaciones, en la prosaica "tierra" del mercado y la sociedad civil eran despojados prolijamente de esos derechos por medio de crueles y acelerados procesos de "desciudadanización" que los marginaban y excluían de los beneficios del progreso económico y la democracia.

No debiera sorprendernos, en consecuencia, encontrar que los resultados de las encuestas de opinión pública en América Latina demuestran altos niveles de insatisfacción con el desempeño de nuestros regímenes democráticos. Mediciones recientes hechas por Latinobarómetro han arrojado resultados sumamente preocupantes: sólo el 32 por ciento de la población de la región se declara satisfecho con la democracia. Este guarismo es más elevado en Costa Rica, donde quienes así piensan ascienden a un 75 por ciento. Pero en Chile sólo un 27 por ciento expresa el mismo sentimiento, 21 por ciento en Brasil, 18 por ciento en México, 8 por ciento en Argentina y 7 por ciento en Paraguay (Ventura, 202, p. 7).

En el caso de Chile los datos sobre el ausentismo electoral son contundentes: 3 millones de jóvenes rehusaron inscribirse en los registros electorales que los facultaban para votar en las elecciones parlamentarias de 1997, mientras que un 41% de los ciudadanos no acudió a las urnas (Relea, 1998, p. 23). Si estas son las cifras en el país considerado el "modelo exitoso" de las reformas neoliberales cabría preguntarse qué queda para los otros.

En términos más generales podría decirse que lo que ocurre es que, en el nuevo contexto ideológico signado por el primado del neoliberalismo, la participación ciudadana en la cosa pública fue sistemática y sutilmente desalentada. En primer lugar por la satanización experimentada por el estado y, junto a él, todo lo que sea concebido como una esfera pública. Este proceso contrastó con la simétrica exaltación de las virtudes del mercado y, posteriormente, de la "sociedad civil", concebida ésta sin ninguna de las diferenciaciones clasistas, sexistas y racistas que la marcan indeleblemente en los capitalismo contemporáneos.

En segundo término, porque las estrategias colectivistas de intervención política cayeron igualmente en desgracia, en favor del acérrimo individualismo que prevalece en los mercados. En tercer lugar, porque la banalización de la política y de las instancias participativas de la ciudadanía ejemplificadas en la dictadura de los mercados y en el hecho de que éstos, como lo recordaba George Soros, "votan todos los días" ahuyentó a

los ciudadanos y promovió la "privatización" de sus actividades. Si todos los partidos elaboran un mismo discurso, si todos pretenden captar un supuesto "centro" político e ideológico, si nadie quiere diferenciarse, ergo, ¿para qué molestarse en buscar información, registrarse e ir a votar?

En suma: difícilmente podría sostenerse que un "paraíso neoliberal" de las características que conocemos en nuestra región sea demasiado propenso al desarrollo de una sociedad integrada y sin exclusiones, o al sostenimiento de la democracia política y la participación ciudadana en la vida pública. Más bien parecería ser el escenario propicio para el resurgimiento de nuevas formas de despotismo político. En consecuencia, las "farsescas" democracias de América Latina están sufriendo los embates no ya de las "reformas orientadas al mercado", como eufemísticamente se las llama, sino de una auténtica contrarreforma social dispuestas a llegar a cualquier extremo con tal de preservar y reproducir las estructuras de la desigualdad social y económica en nuestra región.

Esta contrarreforma tiene por objetivo declarado hacer que los rigores del mercado actúen como incentivos para motivar conductas más racionales de los agentes económicos. Esta es la línea fundamental de los razonamientos de F. von Hayek, y su intransigente prédica en contra del igualitarismo y el colectivismo. Por eso no cabe la menor duda de que, tal como lo ha observado Gosta Esping-Andersen en repetidas ocasiones, un buen indicador de la mayor o menor justicia social existente en un país está dado por el grado de "desmercantilización" de la oferta de bienes y servicios básicos requeridos para satisfacer las necesidades de los hombres y mujeres concretos que constituyen una comunidad.

La "desmercantilización" significa que una persona puede sobrevivir sin depender de los caprichosos movimientos del mercado. "Fortalece al trabajador y debilita la autoridad absoluta de los empleadores. Esta es, exactamente, la razón por la cual los empleadores siempre se opusieron a ella" (Esping-Andersen, 1990, p. 22). Allí donde la provisión de la educación, la salud, la vivienda, la recreación y la seguridad social para citar las instancias más corrientes se encuentre liberada de los sesgos clasistas y excluyentes introducidos por el mercado será posible contemplar los contornos de una sociedad más justa.

La otra cara de la mercantilización es la exclusión, porque ella significa que sólo quienes tienen dinero suficiente podrán adquirir bienes y servicios que, en otras sociedades, son inherentes a la condición ciudadana. Por el contrario, allí donde aquellos dependan del desigual acceso de sus habitantes en función de sus recursos económicos es decir, ya no más concebidos como derechos ciudadanos de universal adjudicación tropezaremos con la injusticia y todo el repertorio de sus aberrantes manifestaciones: indigencia y pobreza, desintegración social y anomia, ignorancia, enfermedad, las múltiples formas de la opresión y sus deplorables secuelas.

Los países escandinavos y América Latina muestran los contrastantes alcances de esta dicotomía: por una parte, una ciudadanía política efectiva que se asienta sobre la universalidad del acceso a bienes y servicios básicos concebidos como una suerte de innegociable "salario del ciudadano" ya incorporado al "contrato social" de los países nórdicos y, de manera un tanto más diluida, al de las formaciones sociales europeas en general. El "salario del ciudadano" significa, en buenas cuentas, un certificado en contra de la exclusión social porque garantiza por la vía política e institucional el disfrute de ciertos bienes y servicios que, ante la ausencia de tal instituto, deben adquirirlo en el mercado aquellos sectores cuyos ingresos los facultan a ello (Bowles y Gintis, 1982, p. 70-78).

Por el contrario, las "nuevas democracias latinoamericanas", con su mezcla farsesca de inconsecuentes procesos de ciudadanización política cabalgando sobre una creciente "desciudadanización económica y social", todo lo cual culmina en una ciudadanía formal y fetichizada, vaciada de contenido sustantivo y segura fuente de futuros despotismos. De ahí que, al cabo de tantos años de transiciones democráticas tengamos democracias sin ciudadanos, o democracias de libre mercado, cuyo objetivo supremo es la ganancia de las clases dominantes y no el bienestar de la ciudadanía.

La "cruzada antiestatista"

El cambio en el clima intelectual y político de Occidente en los años ochentas puede sintetizarse en un doble movimiento. Por una parte, la exaltación y el endiosamiento del mercado, cerrando los ojos a los resultados catastróficos que su incontrolado funcionamiento había producido en el pasado hasta desembocar, por ejemplo, en la Gran Depresión de 1929 y su más tenebrosa secuela: la Segunda Guerra Mundial. Por la otra, una recíproca "satanización" del estado, señalado como el culpable de los principales problemas que afectan a las sociedades contemporáneas. Bajo estas circunstancias, el auge de los planteamientos conocidos como el Consenso de Washington ha convertido al estado en la *bete noire* a combatir.

Una de las consecuencias derivadas de la crisis del keynesianismo y de la fenomenal mutación sufrida por las ideas económicas dominantes fue la profundización del debilitamiento del estado. En el caso argentino, la crisis estructural que padecía era inocultable: su raquitismo presupuestario, la irracionalidad e ineficiencia del gasto público, el bajo nivel de calificación profesional de su funcionariado, su regresividad tributaria, la sangría de la deuda externa, y su exasperante burocratismo lo habían carcomido hasta sus entrañas.

Este proceso era visible para casi todos, salvo los populistas y la izquierda dogmática que se empeñaron de manera suicida en desconocerlo, con lo cual la posibilidad de orquestar una defensa adecuada y realista del estado como un espacio

público apto para defender los intereses populares y los derechos ciudadanos se evaporó irremisiblemente.

A esta deplorable realidad se le superpuso el discurso ideológico autoincriminatorio del neoliberalismo, que iguala todo lo estatal con la ineficiencia, la corrupción y el despilfarro, mientras que la "iniciativa privada" es sublimada como la esfera de la eficiencia, la probidad y la austeridad. Pese a su elocuencia retórica, las imágenes maniqueas que proyecta el credo neoliberal: estado = ineficiencia versus mercados = racionalidad y eficiencia, son sólo producto del dogmatismo e insostenibles a la luz de la evidencia empírica.

La ineficiencia no es patrimonio exclusivo del sector público, puesto que abundan las historias de empresas privadas ineficientes y no-competitivas que sobreviven gracias a subsidios oficiales abiertos o encubiertos. Por otra parte, ¿cómo negar que, cuando existen, la cara oculta de la corrupción y la ineficiencia del "estatismo" es el empresario o el usuario que corrompe al funcionario estatal y que torna la ineficiencia del sector público una de sus más pródigas fuentes de ganancia? En todo caso, lo cierto es que la amalgama de la crisis estructural del estado con un discurso que lo sataniza ha disminuido aún más su capacidad para formular y ejecutar políticas públicas, y sin éstas no hay mercados que funcionen.

Después de la oleada de privatizaciones, desregulaciones, liberalizaciones, aperturas comerciales y financieras indiscriminadas casi siempre realizadas sin tomar en cuenta la necesidad de resguardar el bien común y el bienestar general de la comunidad tenemos en América Latina mucho menos estado y mucho más mercado. El péndulo se ha movido abruptamente en la dirección de los mercados incontrolados: si antes había, supuestamente, un exceso de "intervencionismo estatal", ahora el peligro es exactamente el contrario, la patológica debilidad de los estados para regular y encauzar lo que en la postguerra un célebre economista de Harvard, Joseph Schumpeter, denominara la "destrucción creativa" del capitalismo, es decir, las ciegas fuerzas del mercado.

De hecho, los estados latinoamericanos se han convertido en inermes rehenes de las clases dominantes. En lugar de ser aquellos quienes regulan los mercados son éstos quienes fijan límites a las actividades de los primeros.

Por lo tanto, y en consonancia con las ideas económicas predominantes, las graves distorsiones que evidenciaba el estado latinoamericano fueron atacadas mediante procesos de "reforma" que, en realidad, se limitaron a recortar a mansalva los presupuestos públicos, cancelar servicios y prestaciones sociales indispensables sobre todo para los sectores de menores ingresos y ordenar despidos masivos que, en muchos casos, sólo sirvieron para que la administración pública se desprendiera de algunos de sus mejores servidores.

Claro está que, en tiempos de ajuste fiscal y de deudas renegociadas en el

marco del Plan Brady, las reformas en cuestión se convirtieron en un oportuno pretexto para que el estado y los gobiernos se desentiendieran de lo que en los capitalismos avanzados se consideran sus esenciales e indelegables responsabilidades. El problema con que tropiezan los empecinados "reformistas" es que no hay mercados que funcionen si no existe un estado fuerte, eficiente y honesto, que garantice un cierto grado de equidad distributiva, el respeto a reglas de juego consensualmente acordadas y la eficaz administración de la justicia. Los mercados sin estado rematan en la sobrevivencia del más fuerte y condena a la sociedad a su propia ruina: consagran la primacía del "mercado negro" o, como en Rusia, sucumben ante la dictadura de la mafia.

La abrumadora hegemonía del neoliberalismo económico hizo que las iniciativas tendientes a reformar el estado asumieran la forma de una irracional cruzada purificadora. Ofuscados por su afán de ser "más papistas que el papa" y deseosos de probar en los hechos su intensa adhesión a los dogmas del Consenso de Washington olvidando que, como lo recuerda el mismo John Williamson, "Washington no siempre practica lo que predica" en lugar de erradicar al "estatismo" como deformación viciosa de una institución tan necesaria como el estado varios gobiernos de la región se dieron alegremente a la tarea de destruirlo (1970, p. 17).

Así se privatizaron las empresas públicas, pero transfiriendo muchas veces con procedimientos poco claros y lindantes en el escándalo, a precios irrisorios y sin los más elementales recaudos para proteger a los futuros usuarios, como los que en el Reino Unido, por ejemplo, tomara el gobierno de Margaret Thatcher el patrimonio acumulado a lo largo de varias generaciones a voraces conglomerados económicos nacionales o internacionales, no pocas veces asociados a ineficientes monopolios estatales del extranjero.

También se desregularon y liberalizaron muchas actividades económicas pero preservando ciertos "cotos de caza" para oligopolios regentados por "influyentes" allegados a los círculos gobernantes y en detrimento de la colectividad se amputaron innecesariamente cruciales funciones de fiscalización y contralor en el caso argentino, por ejemplo, en la industria farmacéutica, de bebidas o de la alimentación que el estado desempeñaba con razonable eficacia desde hacía más de medio siglo. Por último y en gran medida gracias a los no-renovables ingresos producidos por las privatizaciones se redujo el déficit fiscal, pero privando al estado de los recursos más elementales para garantizar la oferta de bienes públicos esenciales y para intervenir eficazmente en la vida económica y social, con los naturales perjuicios y costos sociales que esto trajo aparejado.

Toda esta insensatez fue justificada por una ideología crudamente "privatista" que aún, producto de su fundamentalismo ideológico, hoy es incapaz de distinguir en el plano teórico entre el mediocre desempeño de algunas empresas privadas de aviación como US Air, Valuejet, o las difuntas Pan American o Eastern del que exhiben algunas empresas estatales (o con amplia mayoría accionaria estatal) como Swissair, Japan Air

Lines, Lufthansa o Air France. O de reconocer que los ferrocarriles estatales de Francia, Suiza y Alemania son infinitamente superiores en calidad, eficiencia y precio a la norteamericana Amtrak; o que la empresa estatal telefónica de Francia es incomparablemente superior a cualquiera de las privadas de los Estados Unidos y que, a pesar de su crisis, el Royal Mail británico es muchísimo mejor que los "correos privados" que han florecido por toda América Latina.

Ante esta evidencia, ¿cómo es posible aducir la "superioridad" en términos de eficiencia, racionalidad, precio, calidad y servicio de las fuerzas del mercado en todo tiempo, lugar y circunstancia? Hay que abandonar estos dogmas y retornar a la sensatez, refundando al estado antes de que sea demasiado tarde.

Reconstruyendo al estado

La importancia de la problemática del estado adquiere una renovada y dramática trascendencia ante la rápida propagación de la pobreza y la resultante exclusión social en todo el continente. En efecto, un reciente estudio de la CEPAL concluye que la pobreza es el mayor desafío para las economías de América Latina y el Caribe. Entre 1980 y 1990 la pobreza empeoró como resultado de la crisis y de las políticas de ajuste, eliminando gran parte del progreso alcanzado en la reducción de la pobreza en los años sesentas y setentas (CEPAL, 1994, p. 1).

Ante una situación como ésta, el estado cualquiera que sea su estructura, tamaño y orientación deberá diseñar un conjunto de políticas sociales que neutralicen y corrijan las desquiciantes consecuencias de lo que los economistas ortodoxos denominan, con llamativa benevolencia, las "fallas del mercado". Esta responsabilidad de los poderes públicos, de la cual ni siquiera los gobiernos más conservadores de Europa y los Estados Unidos han abdicado, constituye sin embargo tema de arduo debate en América Latina, pese a que en estas latitudes los mercados han demostrado una colosal ineptitud para resolver los nuevos desafíos planteados por la educación, la vivienda, la salud, la seguridad social, el medio ambiente y el crecimiento económico, para no citar sino los ejemplos más corrientes.

El costo de la inacción oficial pagando tributo al dogma reinante será inmenso, no sólo en términos morales y sociales sino también de desempeño económico, competitividad internacional y de estabilidad democrática.

Según diversos trabajos elaborados por la misma CEPAL, en 1960 un 51 por ciento de la población de América Latina vivía por debajo de la línea de pobreza. En 1970 esta proporción había descendido a un 40 por ciento. En la década de los setentas la tendencia positiva se estanca, registrando un ligero aumento hasta llegar a un 41 por ciento en 1980. Luego del estallido de la crisis de la deuda y la puesta en marcha de las políticas de ajuste y estabilización la regresión social cobra más fuerza: la proporción de

pobres salta al 43 por ciento en 1986 y a un 46 por ciento en 1990, esto es 196 millones de latinoamericanos. Las estimaciones alternativas sobre lo que nos espera están lejos de ser tranquilizadoras.

Adoptando una metodología más refinada el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo llega a conclusiones bastante más sombrías: en un escenario "optimista", es decir, suponiendo que el PBI per cápita crece a un ritmo promedio anual del 1,3%, en el año 2000 se supone que habrían en nuestra región 296 millones de pobres, o sea, un 56.3% de la población de América Latina; en cambio, el escenario "pesimista" que implica que el PBI per cápita permanece estancado postula que hacia fines de siglo podría haber 312 millones de pobres en América Latina, un 59.3% del total de la población. Todavía no hay cifras definitivas para aquilatar el mérito de ambas hipótesis (PNUD, 1990, p. 45).

Podemos concluir pues que si se persiste en la orientación de la política económica adoptada en los años recientes los países de la región corren serios riesgos de que las modificaciones regresivas que tuvieron lugar en el pasado inmediato se profundicen y consoliden definitivamente. De este modo, las que fueran desaprensivamente consideradas como meras reversiones coyunturales fácilmente controlables y solucionables podrían coagular en un nuevo tipo de estructura social caracterizada por marcados niveles de polarización y heterogeneidad social, con extremos de pobreza e indigencia que conviven con niveles crecientes de violencia, criminalidad, anomia y desorganización social con otros de riqueza y opulencia.

Por otro lado es bien sabido que no es con una fuerza de trabajo pauperizada, hambrienta, cada vez menos educada, carente de una adecuada atención sanitaria, mal vestida y peor alojada como nuestros países podrán insertarse en la crecientemente competitiva economía internacional. Las naciones que han sobresalido en este empeño han hecho exactamente lo contrario: sus gobiernos diseñaron y pusieron en práctica un amplio abanico de políticas públicas encaminadas consistentemente a mejorar las condiciones de existencia de grandes sectores de la población, y ésto les ha permitido contar con una fuerza de trabajo mejor entrenada, mejor remunerada y más productiva.

Conclusiones tentativas

En uno de los momentos más aciagos de la historia argentina se popularizó un slogan que prometía "achicar el estado para agrandar a la Nación". Formulaciones ligeramente diferentes se encuentran también en otros países de la región. El estruendoso fracaso de dicho experimento, asociado a la gestión del ministro José A. Martínez de Hoz durante la última dictadura militar, provocó un oportuno reflujo de esas ideas. Sin embargo, hacia finales de la década de los ochentas espoloadas por el

estancamiento de la economía y la hiperinflación éstas renacieron con renovada virulencia.

El argumento central de los "libremercadistas" es que las propensiones deficitarias del estado son incontrolables y conducen al caos económico. Sin embargo, omiten señalar que la deplorable situación de las cuentas fiscales no se origina en la desmesura del gasto sino en la crónica incapacidad de nuestros gobiernos para asegurar ingresos suficientes por la vía de un régimen tributario razonable y progresivo. Contrariamente a lo que predicán algunos de los más fervorosos exégetas neoliberales el "tamaño" del estado en la Argentina medido por la proporción del gasto público sobre el PBI es sustancialmente menor que el de los países industrializados. Decir, por lo tanto, que el estado está en crisis porque es demasiado "grande" y gasta más de lo que debe ocultando el hecho de que, proporcionalmente, la Argentina gasta mucho menos que Francia, Alemania, Canadá, Estados Unidos y muchos otros gigantes de la economía mundial equivale a faltar gravemente a la verdad. Más de la mitad de las economías industrializadas destinaron en 1985 más del 50% de su producto bruto al gasto público, y desde entonces ésta proporción no ha descendido.

A finales de los ochentas el gasto público era de un 33% en Argentina; pese a la acumulación de problemas sociales que permanecen lastimosamente irresueltos, a mediados de los noventas había descendido al 26%. Ergo, el tamaño de nuestro estado está bien lejos de constituir un dato aberrante en la economía internacional. Un reciente estudio del Banco Mundial revela que el gasto público en los países de "bajos ingresos" (entre los cuales no se cuenta la Argentina sino las empobrecidas naciones de África y Asia) oscila en torno al 23%, mientras que en las "economías industriales de mercado" ¿tal vez por su incontenible adhesión al "populismo económico"? aquél se sitúa alrededor del 40,0% (World Bank, 1991, p. 139).

En América Latina el gasto público de Guatemala es del 11.8%; en Gabón esta cifra se derrumba hasta un abismal 3.2%. En Suecia, en cambio, llega al 55%. Pese a que algunos aseguran que por el camino del consistente achicamiento del estado nos estamos dirigiendo hacia el Primer Mundo, ¿no estaremos en realidad marchando a Guatemala, o a Gabón?

En consecuencia, pretender "ajustar" las cuentas públicas reduciendo aún más el gasto fiscal es una política que marcha a contramano de la experiencia práctica de los países desarrollados. En la Argentina hace tiempo que no hay por donde ajustar gastos. Con salarios en el sector público del orden de los \$ 400 y con jubilaciones que oscilan alrededor de los \$ 150 ya no hay demasiado margen para recortar los "excesos" del gasto público. ¿Es razonable pensar en nuevas reducciones para los escuálidos presupuestos de seguridad social, educación, ciencia y técnica, salud, vivienda, obras públicas, defensa y justicia?

Conclusión: el talón de Aquiles de la crisis fiscal no radica en lo desorbitado del

gasto público sino en la debilidad de nuestros estados, que se verifica en su incapacidad para desterrar una funesta tradición política latinoamericana: el "veto contributivo" que ejercen las clases dominantes desde tiempos inmemoriales, que les exime de pagar los impuestos que abonan sus contrapartes en el mundo desarrollado.

Esta deplorable y antidemocrática complicidad estatal con la riqueza queda en evidencia cuando se compara la supuesta "alta presión tributaria" del estado latinoamericano con otros casos nacionales. Los datos de la OECD demuestran que nuestra presión impositiva es menos de la mitad de la que existe en los países industrializados, y mucho más cercana a la que encontramos como promedio en África o Asia. Mientras que en 1989 la presión tributaria medida como porcentaje de los impuestos sobre el PBI de los países más desarrollados de América Latina oscilaba en torno al 17% (y la de Paraguay y Guatemala giraba alrededor del 8%), en África llegaba a 15,4% y en Asia al 14,6%.

Por contraposición, en el promedio de los países industrializados ascendía a un 37,5%, excluyendo en todos los casos las contribuciones por conceptos de seguridad social (CEPAL, 1992, p. 92). Pero el ejemplo más elocuente lo provee el análisis de las cifras del impuesto directo en relación al PIB: mientras que el nivel promedio para los países de la OECD gira en torno al 14%, apenas si llega al 5% en México; 4% en Brasil; 3% en Argentina; 2% en Guatemala, y 1% en Bolivia. Sorprende comprobar como gobiernos como el de Carlos S. Menem, por ejemplo que fueron lo suficientemente "fuertes" como para privatizar casi todas las empresas y servicios públicos, dismantelar grandes agencias y ministerios y recortar draconianamente presupuestos fiscales y gastos sociales (sometiendo a oposiciones sociales y políticas, a parlamentos díscolos y, a veces, a jueces independientes) sean tan débiles a la hora de organizar un régimen tributario mínimamente equitativo y que obligue a los sectores más ricos de la sociedad a pagar impuestos en una proporción semejante a la que prevalece en los países civilizados.

Como resultado, nuestra estructura impositiva es altamente regresiva e injusta: mientras que en los países industrializados los impuestos directos que gravan al capital, las ganancias y las manifestaciones de riqueza representan las dos terceras partes de los ingresos tributarios, en América Latina constituyen apenas una tercera parte. Por consiguiente, el grueso de los ingresos fiscales provienen de impuestos aplicados a los sectores asalariados y más pobres de la sociedad y los estados son, consecuentemente, congénitamente débiles a raíz de la anemia financiera que los caracteriza. Si las autoridades tuviesen la voluntad política de reformar la legislación tributaria estas graves distorsiones podrían ser suprimidas en un plazo relativamente breve.

En el caso argentino, la radicalidad del cambio que necesitamos es proporcional a la perversa inequidad de nuestro régimen impositivo, como lo demuestran estos datos: a mediados de los ochentas el diez por ciento más pobre de los argentinos destinaba el 29,3% del ingreso familiar al pago de impuestos de todo tipo, mientras que el promedio

nacional era del 26,1% y el diez por ciento más rico dedicaba a esos fines ... ¡ apenas el 27,0% de sus ingresos! En síntesis: para sostener al estado se exige más de los pobres que de los ricos. Desgraciadamente, esta radical injusticia persiste hasta nuestros días (Santiere, 1989).

Es evidente que un régimen tributario como éste, que se repite en los más diversos países de la región, es insostenible a la luz de las exigencias de la ética política, la justicia y la democracia; también lo es desde el punto de vista de los imperativos de racionalidad macro-económica derivados de las nuevas condiciones de la economía mundial. Sin embargo, los ideólogos neoliberales mantienen un conspicuo silencio en relación a este tema.

Esto es comprensible, pues la sólo observación de los datos más elementales desbarata por completo sus sofismas y pone en evidencia que sus supuestas recomendaciones técnicas son, en realidad, la racionalización de un status quo que favorece a una elite y condena a todos los demás. Los graves problemas sociales que agobian a la Argentina pobreza, desocupación, vivienda, salud pública, educación, justicia y muchos más no los resolverán los mercados.

Requieren, en cambio, de un estado más fuerte y activo, y no una irracional mutilación de las ya menguadas capacidades estatales. No necesitamos de un Yugo sino de un moderno, eficiente y eficaz Jaguar. La crisis de las finanzas públicas se soluciona acrecentando los ingresos del estado y no recortando, aún más, el raquítico presupuesto de nuestros gobiernos; se soluciona jerarquizando la función pública y no atacando sin piedad a los empleados estatales; se soluciona implementando una auténtica reforma del estado, que potencie sus capacidades y que perfeccione los instrumentos de control democrático sobre la gestión de las autoridades.

Es por eso que el fundamento esencial del proceso de reconstrucción del estado es la concreción de una reforma tributaria integral. Sin ella no tendremos estado, y sin estado caeremos en la ley de la selva.

Post-scriptum: una reflexión en torno al "modelo chileno"

No quisiéramos terminar este trabajo sin plantear algunas cuestiones en relación a la rotunda afirmación hecha por Edwards en el sentido de que Chile es el "modelo" a imitar por aquellos países que quieren asegurarse un futuro económico de prosperidad (Edwards, 1997, p. 74-77). Ocurre que en la versión altamente idealizada de la experiencia chilena Edwards pasa por alto, como si fueran detalles nimios, los siguientes:

(a) se soslaya por completo que Chile ha violado sistemáticamente uno de los "mandamientos sagrados" del Consenso de Washington, que recomienda privatizar todas las empresas del estado. Contrariamente a lo estipulado por la ortodoxia neoliberal,

en Chile no se privatizó lo esencial: la empresa estatal del cobre. Creada por el gobierno socialista de Salvador Allende para explotar los yacimientos de ese mineral la CODELCO ha seguido en manos del estado hasta el día de hoy, lo que canaliza hacia las arcas del fisco casi la mitad de los ingresos totales producidos por las exportaciones chilenas. En consecuencia, si países como Argentina o Brasil siguieran las recomendaciones del antiguo economista-jefe del Banco Mundial el gobierno argentino debería expropiar la totalidad de la propiedad agropecuaria de la pampa húmeda al paso que Brasilia debería hacer lo propio con la industria paulista;

(b) también se pasa por alto el hecho de que, a diferencia del resto de América Latina, en Chile el tamaño del estado medido como la proporción del gasto público de todos los niveles del gobierno sobre el PBI ha venido creciendo de manera sistemática en las últimas dos décadas, en buena parte debido al sostenido aumento del gasto militar financiado con una parte de los ingresos producidos por el cobre. A tal punto esto es así que, en la actualidad, el estado chileno se ha convertido, en términos relativos, en el segundo más grande de América Latina, sólo superado por Cuba y dejando atrás a otros países como Brasil y México, otrora mucho más "estatizados" que Chile. En lugar de "achicar" al estado en Chile se hizo exactamente lo contrario, lo que constituye otra flagrante violación de otro de los preceptos centrales del Consenso de Washington.

(c) en lo concerniente a la desregulación financiera se observa una situación análoga: si en la mayoría de América Latina el flujo financiero se ha desregulado casi por completo, en Chile los movimientos internacionales de capitales se encontraban sujetos a importantes restricciones hasta hace poco más de dos años. Esta norma fue abolida hacia finales del gobierno de Eduardo Frei hijo como una prueba de buena voluntad necesaria para acelerar el famoso "fast track" solicitado por el gobierno de George Bush Jr. al Congreso de los Estados Unidos. En función de esa vieja disposición, ahora derogada, una parte considerable del capital que ingresaba al mercado chileno, el 30 por ciento, quedaba inmovilizado en manos del Banco Central sin producir ningún tipo de remuneración, y sólo el resto podía invertirse en operaciones bursátiles. Además, y tal vez lo más importante, dichas inversiones debían permanecer en el país por lo menos un año (Cufre, 1997, p. 14). Por lo tanto, no debe sorprendernos el hecho que, a diferencia de los regímenes altamente liberalizados y desregulados de Argentina, México y Brasil, el llamado "efecto tequila" haya pasado desapercibido en Chile. Lamentablemente, con las modificaciones introducidas recientemente la economía chilena ha sufrido considerablemente el impacto de las crisis financieras que sacudieron la economía mundial.

(d) por último, tampoco parece haber reparado Edwards en un hecho bien

significativo: que gran parte del dinamismo exportador chileno reposa sobre un proceso de modernización agrícola que dio origen a una nueva capa de agresivos empresarios rurales, surgidos de la reforma agraria iniciada por Eduardo Frei y completada, pese al hostigamiento de la derecha chilena, por el presidente Salvador Allende. Huelga aclarar que la reforma agraria no figura en ninguna de las recomendaciones formuladas por los organismos financieros internacionales como el FMI y el Banco Mundial a los gobiernos de la región.

Bibliografía

- ALTIMIR, Oscar. Cambios en las desigualdades de ingreso y en la pobreza en América Latina. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella, 1992.
- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: balance provisorio. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (comps.). La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1997.
- BÄR, Nora. Desciende el promedio de vida en las zonas más pobres del conurbano. La Nación, Buenos Aires, 3 sep. 2002, p. 12.
- BERMÚDEZ, Ismael. Luces y sombras de la economía chilena. Clarín, 23 jun. 1996, p. 2-4. Suplemento Económico.
- BOLTVINIK, Julio. Evolución heterogénea de la pobreza en México. 1970-1995. Ponencia presentada al Taller sobre Pobreza y Justicia Social en América Latina organizado por el Comparative Research Program on Poverty (CROP), el Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey y la Universidad Iberoamericana. Ciudad de México, 17 al 12 de marzo de 1999.
- BORON, Atilio A. Estado, capitalismo y democracia en América Latina (Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC/UBA, 1991a. [1991a, 3. ed. 1997]. [Hay traducción a lengua inglesa: State, capitalism and democracy in Latin America. Boulder and London: Lynne Rienner, 1995.]
- . Los axiomas de Anillaco. La visión de la política en el pensamiento y la acción de Carlos Saúl Menem. In: et al. El Menemato. Buenos Aires: Letra Buena, 1991b.
- . A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (comp.). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- . La sociedad civil después del diluvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (comps.). La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1997.
- . Los 'Nuevos Leviatanes' y la polis democrática: neoliberalismo, descomposición estatal y decadencia de la democracia en América Latina. CLACSO, 1998. mimeo.
- et al. El Menemato. Buenos Aires: Letra Buena, 1991.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. The crisis of liberal democratic capitalism: the case of the United States. Politics and Society, v. 2, n. 1, 1982.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. 1993 Economic reforms and economic growth: efficiency and politics in Latin America. In: ; MARAVALL, J. M.; PRZEWORSKI, A. (eds.). Economic reforms in new democracies. A social-democratic approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 15-76.

; MARAVALL, J. M.; PRZEWORSKI, A. (eds.). Economic reforms in new democracies. A social-democratic approach. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 15-76.

CARDOSO, Fernando H. La democracia en América Latina. Punto de Vista, Buenos Aires, n. 23, abr. 1985.

CASTAÑEDA, Jorge. La utopía desarmada. Buenos Aires: Ariel, 1993.

CEPAL. Equidad y transformación productiva. Un enfoque integrado. Santiago: CEPAL, 1992..

. Panorama social de América Latina. Santiago: CEPAL, 1994.

CUFRÉ, David. Chile se vacunó contra la crisis regulando. Pagina/12, Buenos Aires, 20 nov. 1997, p. 14.

DePALMA, A. Mexicans ask how far social fabric can stretch.. New York Times, New York, Jan. 10, 1995, A 1/10.

EDWARDS, Sebastián. Crisis y reforma en América Latina. Buenos Aires, Emecé, 1997.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. The Three Worlds of Welfare Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FFRENCH DAVIS, Ricardo. Este año es el peor de la década... Retrocedimos a 1997. Diario La Segunda, Santiago, 15 oct. 1999, p. 20-21.

HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. The political economy of democratic transitions. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

HAMOWY, Ronald. Hayek's concept of freedom: a critique. New Individualist Review, v. 1, n. 1, Apr. 1961, p. 28-31.

JACKSON, Tony. The fat cats keep getting fatter. Financial Times, Aug. 1998, 1/2, p. 7.

LAURELL, Asa Cristina. State, neoliberalism and health policies in Mexico, 1982-1987. (unpublished manuscript, UAM-Xochimilco, Mexico, 1998)

MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Ifigenia. Una política económica de crecimiento con estabilidad y equidad social. México: Poder Legislativo Federal/Grupo Parlamentario del PRD, 1996.

MELLER, Patricio. Latin american adjustment and economic reforms: issues and recent experience. Santiago: CIEPLAN, 1992. (mimeo)

MOFFET, Matt; FRIEDLAND, Jonathan. La corrupción, asignatura pendiente en las reformas de América Latina. The Wall Street Journal Americas, 1 jul. 1996, p. 18.

MOULIÁN, Tomás. Chile actual. Anatomía de un mito. Santiago: ARCIS/Lom, 1997.

PNUD. Desarrollo sin pobreza. Santiago, 17-19 oct. 1990, p. 45.

RAMÍREZ MAGAÑA, Alejandro. Pobreza y discriminación en México. Ponencia presentada al taller sobre Pobreza y Justicia Social en América Latina organizado por el Comparative Research Program on Poverty (CROP), el Instituto Tecnológico y de Estudios

Superiores de Monterrey y la Universidad Iberoamericana. Ciudad de México, 17 al 12 de marzo de 1999.

RELEA, Francesc. ¿Cómo son los hijos de la era Pinochet? Página/12, Buenos Aires, 12 sept. 1998.

SADER, Emir (comp.). O Brasil do Real. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

. GENTILI, Pablo (comp.). Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

; . (comps.). La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social. Buenos Aires: Oficina de Publicaciones del CBC, 1997.

SANTIERE, Juan J. Informe sobre la estructura tributaria argentina. Buenos Aires: Banco Mundial, 1989.

SECRETARÍA de Programación Económica. El gasto público social y su impacto redistributivo. Buenos Aires: Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos, 1994.

TOKMAN, Víctor. Pobreza y homogeneización social: tareas para los 90. Pensamiento Iberoamericano, Madrid, n. 19, 1991, p. 81-104.

Tras el Búho de Minerva, op. cit.

VENTURA, Adrián. Los argentinos, insatisfechos con la eficacia de la democracia. La Nación, Buenos Aires,, 23 sept. 2002, p. 7.

VILAS, Carlos M. Buscando al Leviatán: hipótesis sobre ciudadanía, desigualdad y democracia. In: SADER, Emir (comp.). Democracia sin exclusiones ni excluidos. Caracas: Nueva Sociedad/CLACSO/ALAS/UNESCO, 1998.

WILLIAMSON, John What Washington Means by Policy Reform. In: . (ed.). Latin american adjustment: how much has happened? Washington: DC, 1990, p. 7-20.

WORLD Bank World development report, 1991. The challenge of development. Oxford: Oxford University Press, 1991.

. Poverty and income distribution in Latin America. The Story of the 1980's. Washington: The World Bank, 1993.

ZICCARDI, Alicia (comp.). Pobreza y políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

HISTORIA DE LAS ORGANIZACIONES POLITICO/ACADEMICAS EN AMÉRICA LATINA

Margarita Rozas Pagaza*

Hablar de la historia de las organizaciones político/académicas del Servicio Social en América Latina, significa al menos tener en cuenta dos aspectos básicos: el contexto internacional y los contextos regionales y nacionales. Ello a partir de considerar que en las últimas décadas a medida que se derrumbaban los regímenes coloniales y la caída de los socialismos reales precipitadamente asistimos a una proceso de globalización irreversible implacable en los modos de organización del poder internacional, los intercambios económicos y culturales con características hasta el momento desconocidos. Junto con el mercado global y la forma desigual de inserción de nuestros países a este proceso se realimenta una estructura de dominación con características nuevas que implica la construcción de un poder soberano (el imperio) que regula los intercambios de capitales en las que las relaciones de producción se hacen más autónomas de las decisiones políticas nacionales y regionales. Y, en esta forma de dominación, la soberanía de los Estados-Nación si bien continúa siendo efectiva va decayendo progresivamente, ello en tanto los factores primarios de la producción y el intercambio, el dinero, la tecnología, las personas cruzan con facilidad las fronteras, con la cual el Estado Nación tiene cada vez menor poder para regular estos flujos e imponer autoridad en la economía; al menos esto pasa con los países llamados "emergentes". Esta nueva forma de dominación del imperio diluye identidades, sistemas de pertenencia y formas de lucha y organización tradicional del campo popular. En este contexto el llamado neoliberalismo se ha convertido en un elemento eficaz para un proceso de reordenamiento del mundo capitalista. Pero a mi juicio el neoliberalismo devenido en ideología constituye el arma poderosa para generar un pensamiento único y conservador que diluye y fractura el carácter público de lo social, restringe la libertad y la igualdad. En este sentido el poder vinculado a la justificación del pensamiento único se hunde en las profundidades de las conciencias y los cuerpos de la población y, al mismo tiempo penetra en el conjunto de las relaciones sociales. Asistimos a un proceso de disciplinamiento y supeditación no sólo económica si no también cultural que moldean los comportamientos individuales y colectivos. Este proceso ha destruido la economía, la política y la sociedad y, sobre todo a despolitizado las formas de acción colectiva entre

* Docente-investigadora, Escuela Superior de Trabajo Social, Universidad Nacional de La Plata. Coordinadora Académica de La Maestría en Políticas Sociales, Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Exdirectora del CELATS.

ellas, el sindicalismo y otras formas organizativas, a partir de incentivar el individualismo y la idea de construcción de un nosotros.

En definitiva, lo que queremos mostrar es que el proceso de retirada del Estado del trato universal/contractual de la cuestión social a una modalidad de precarización, focalización y descentralización de la actividad estatal se da paralelamente al crecimiento de la actividad social privada en su versión filantrópica y mercantil. Consideramos que este nuevo tratamiento de la cuestión social profundiza aún mas el cuadro de desigualdades sociales agravadas por la baja cobertura de los programas sociales, estratificación de beneficios, falta de protección económica para los desempleados y la ausencia de un enfoque distributivista de las políticas sociales. Todos estos aspectos muestran que el padrón de la política social estatal está caracterizada por la predominancia de programas asistenciales de carácter complementario y emergencial destinado apenas para los pobres. De este modo, los vectores de integración, vía relaciones salariales y protección social se han debilitado, desplazándose hacia los "márgenes". En este contexto es necesario que reflexiones sobre la necesidad de luchar por la instauración de la ciudadanía social, que va más allá de la instrumentación de las políticas sociales al margen de las decisiones fundamentales del desarrollo económico. El desafío justamente está en la necesidad de pensar la política social incorporada en las decisiones de carácter económico; asimismo en la resignificación de sus fines respecto a considerarlas como la vía de desarrollo de los derechos sociales y la ciudadanía social, cuya ausencia objetiva genera tensión con la igualdad y la lógica del mercado, la única vía pareciera el mejoramiento de los ingresos y la calidad de vida, que presupone la constitución de actores que ganen el espacio político y que posibiliten su implementación efectiva.

En este contexto el lugar de las organizaciones profesionales, la lucha de la clase trabajadora y la reacción de las acciones colectivas de diversa naturaleza me parecen significativas para recrear el lugar que ocupa nuestra profesión frente a la cuestión contemporánea. Quizá en esta dirección sea necesario pensar algunos criterios orientadores de este proceso de recreación y como llamo de "refundación de nuestras organizaciones". Y entendiendo que tengo limitaciones para hablar de las organizaciones en su conjunto, me referiré a ALAETS y el CELATS. Pero antes es necesario recordar que se habían propuesto estos organismos.

En primer lugar tanto ALAETS Y CELATS tenían como objetivo, la construcción de un Trabajo Social Latinoamericano en la unidad y la diversidad. Este Objetivo fue canalizado durante más de 25 años a través de sus múltiples proyectos de investigación, capacitación y seminarios nacionales, regionales y latinoamericanos, basado en el supuesto de la necesidad de pensar un Trabajo Social Latinoamericano, respetando las particularidades de cada país y cada región. Al mismo tiempo, que se argumentaba la necesidad de reforzar un pensamiento crítico de la realidad y los cambios que en ella

demanda, es decir una postura que claramente se diferenciaba del Trabajo Social conservador.

La pregunta que surge inmediatamente es, cuánto de este pensamiento continúa, se ha profundizado el debate de la misma, se ha debilitado o, se ha complejizado. Para ordenar el análisis Tomaré los siguientes aspectos: Producción Teórica, Ejercicio profesional y formación profesional.

Producción teórica

En uno de los libros muy difundidos, titulado "El Trabajo Social en América Latina: Balance y Perspectivas" publicado a fines del año 1982 en Lima Perú, se realizó la siguiente constatación: La existencia de una producción teórica aún débil del Trabajo Social en el continente, caracterizada por la falta de rigurosidad en sus análisis, la misma estaba lejos de situarse al nivel de la producción en las ciencias sociales. Los esfuerzos por alcanzar dicho nivel, fueron considerados como procesos lentos y de desarrollo desigual, aún al interior de cada país. Por otro lado las producciones existentes no tenían amplia divulgación y la tradición del debate en Trabajo Social era insuficiente (hasta ahí el resumen del tema en la bibliografía mencionada).

El tratamiento de esas particularidades no siempre aparecieron como producto de reflexiones teóricas significativas, por supuesto, no en todos los casos. A falta de estos fundamentos argumentativos las diversidades fueron subsumidas en generalizaciones, y en otras ocasiones, las particularidades se sustentaban solamente desde posicionamientos sobredeterminados ideológicamente.

Desde 1982 a la actualidad podemos decir que esta situación ha cambiado. Ello se fundamenta en la constatación de un avance significativo en el desarrollo de la producción de conocimientos en el Trabajo Social, en relación a los años 80, sin duda que ella sigue siendo desigual, sobre todo respecto a la calidad de esas producciones. Por otro lado, hoy existen diversas posibilidades de circulación de dicha producción que ofrecen una difusión más amplia, influyendo en la valoración de la calidad del debate. La Revista Acción-Crítica, cumplía esa función. En la actualidad se cuenta con publicaciones de carácter local y de circulación nacional. (Se puede citar como ejemplo el caso de Brasil, Argentina, Chile, Colombia, Costa Rica, etc.). Más allá de esta constatación, es necesario marcar las características de esa producción de conocimiento a partir de algunas etapas señaladas por el CELATS.

La producción de los años 80 estaba caracterizada fundamentalmente por reconstruir la historia del Trabajo Social, como parte del desarrollo capitalismo y las relaciones sociales de producción en cada país. Por otra parte, el análisis del Estado, las Políticas Sociales y el Trabajo Social, constituyeron el marco de las primeras preocupaciones por entender el Ejercicio Profesional como parte del conjunto de las

relaciones sociales. A su turno, esta producción se orientó también a la necesidad de esclarecer la especificidad de la disciplina y, al mismo tiempo, por definir sus propios perfiles. Es decir fue una etapa que se caracterizó por una búsqueda respecto a la comprensión de su propia configuración como profesión y disciplina.

Esta búsqueda permitió situar el significado de la profesión en el proceso de reproducción de las relaciones sociales y particularmente en la división social del trabajo y asumiendo su carácter interventivo como parte del proceso en el que se fue configurando las nuevas formas de la llamada cuestión social. La lectura sobre la cuestión social se hizo generalmente desde una crítica a la matriz religiosa y funcionalista mostrando el origen conservador de la profesión. Frente a esta tendencia hacia los años 70, se generó un conjunto de debates importantes que posibilitó una mirada crítica de los fundamentos de la profesión. Ello, a través del llamado Movimiento de Reconceptualización que más allá de las críticas a este proceso, es necesario señalar que fue una etapa de intento de ruptura con el Trabajo Social "tradicional" permitiendo avanzar en el análisis teórico de la profesión y el surgimiento de un pensamiento renovador. Parte de este proceso fue debatido, difundido y canalizado por el proyecto ALAETS-CELATS, y, es en este sentido que se entendió la construcción de un Pensamiento Latinoamericano en Trabajo Social.

En la década de los 80 a los 90 esta tendencia, a pesar de su desarrollo desigual, creó las bases sobre las cuales se desarrolló avances particulares de la profesión en cada país, así podemos mencionar; la importancia del desarrollo del Trabajo Social Brasileño, y su consolidación en la formación de postgrado, y particularmente el Programa de Postgraduación de la Pontificia Universidad Católica, que hoy tiene una proyección más allá de sus fronteras, al crear proyectos similares en otros países europeos y latinoamericanos.

El aporte que este tipo de Programas, junto a otros proyectos de maestría en Trabajo Social permitió la formación de cuadros profesionales importantes que aportan al fortalecimiento de la Profesión en la región. La característica principal de este fortalecimiento tiene que ver con la necesidad de una formación profesional de excelencia que genere cuadros con competencia teórica, metodológica, ética y política para enfrentar la complejidad de la cuestión social contemporánea.

El Trabajo Social, en los últimos años, al igual que las otras disciplinas de las ciencias sociales, empieza a indagar sobre interrogantes que antes no aparecían en la preocupación de los profesionales. ¿Qué es lo social, que características asume lo social hoy?, ¿cuál es la significación del sujeto en la comprensión de la realidad histórico social. Asimismo, surge la preocupación por entender el proyecto de la modernidad y sus consecuencias. Este aspecto es relativamente nuevo en los análisis de los trabajadores sociales. Las respuestas a estas preguntas no siempre han sido unívocas, se suma a ella las constantes crisis de las ciencias sociales dada su naturaleza por plantear cuestiones relativas a la acción social, la vida social y los productos culturales que los sujetos

desarrollan y, desde luego, el Trabajo Social no está exento de esta crisis. En este contexto la producción teórica del Trabajo Social, se caracterizaba en la década de los 90:

1. Por aceptar que es necesario reforzar la formación profesional a partir del estudio sistemático de las teorías sociales, intentando resignificarlas en la comprensión de los fundamentos que sustentan la profesión. De mismo modo, aceptar que la intervención profesional es un proceso mucho más complejo, diferenciado y que es difícil abordarla desde una perspectiva meramente estática y normativa.

2. En esta línea hay un esfuerzo por comprender la lógica de las transformaciones que se están generando en el mundo actual. Poner énfasis en los mecanismos explícitos e implícitos de la desigualdad social. Por lo tanto, el análisis de ciertos conceptos como exclusión, pobreza estructural, empobrecidos, ciudadanía, identidad y sujeto, derechos sociales, necesidades sociales, son algunos de los conceptos que hoy aparecen con fuerza en el lenguaje del Trabajo Social.

3. Sí bien es cierto que permanecen los objetos de estudio (la preocupación por entender la disciplina como tal, las necesidades sociales, las Políticas Sociales, el Estado etc.) las formas de abordarla, las hipótesis o interrogantes que se plantean, están cada vez más relacionados con la complejidad de la actual cuestión social en la perspectiva de repensar los escenarios más o menos tradicionales, transitados por el Trabajo Social con incidencia en los actores que intervienen en la intervención: sujetos e instituciones en el marco de las nuevas relaciones entre estado y sociedad civil.

4. Para enfrentar estos objetos de estudio, la preocupación pasa por una búsqueda teórica basada en la teoría social retomando los avances más rigurosos del debate contemporáneo. A su turno, dicho debate pasa necesariamente por la comprensión de la modernidad y posmodernidad. Respecto a este debate, cabe señalar que hay una tendencia a asumir mecánicamente las teorías relativistas, individualistas y subjetivistas que, a mi juicio no permiten dar cuenta de manera acabada de los mecanismos actuales que configuran el lugar de lo social. Esta tendencia poco debatida en la disciplina es otro de los elementos de confusión teórica en el Trabajo Social contemporáneo.

5. Podemos registrar, también como avance el reconocimiento que se hace de la profesión respecto a su pasado empirista y utilitarista, que aún existe y que reproduce prácticas, también estériles y reiterativas. A su turno, se empieza a consolidarse una perspectiva teórica que de cuenta de los aspectos concretos que dan sustento a la vida profesional. Este avance se fundamenta en los siguientes aspectos:

- la incorporación de la investigación que tenga como objeto de estudio la disciplina, su naturaleza, su identidad, sus particularidades, su especificidad, etc. En esta dirección algunos consideran inclusive que se debe construir una teoría de la intervención. Del mismo modo, se ha constatado que este nivel de investigación debe ser

desarrollado fundamentalmente por aquellos profesionales que tienen la responsabilidad de la formación profesional. Por lo tanto, no todos los trabajadores sociales están obligados a desarrollarla pero, si tienen la obligación de incorporarla como fundamentos de la intervención. En todo caso, como en todas las disciplinas se debe formar a nivel de Grado y Postgrado líneas y Programas de investigación que den cuenta sobre esta problemática.

- Una segunda línea de producción está en relación a problemáticas que tienen que ver con la vinculación histórica del Trabajo Social y las Políticas Sociales. En el contexto de transformaciones de dichas políticas, se hace necesario incorporar los debates actuales de sobre la agenda social, a nivel de sus fundamentos y de los procesos de gestión. En esta dirección es un desafío para la profesión, aportar a la construcción del campo de las políticas sociales desde la complejidad que implica su abordaje a partir de un concepto no tradicional de la misma. En tal sentido, los procesos de la vida social de los actores que transcurren en la acumulación de desventajas, ponen en tensión la forma tradicional con la cual se ha vinculado la intervención profesional con las políticas sociales. Estas reflexiones pueden generar aportes significativos para las ciencias sociales y la profesión. La posibilidad de lograr producciones vinculadas estas trayectorias de desventajas en la vida cotidiana de los sujetos aporta a la recreación de estrategias de intervención tradicionales en el campo de las políticas sociales.

6. La incorporación de la investigación como la forma más importante de producción de conocimiento ya constituye parte de la disciplina, en este nivel, al menos en el ámbito universitario, y fundamentalmente de los Postgrados, en estos últimos años se cuenta con producciones de importancia significativa, aún cuando sigue siendo un desafío avanzar en la calidad de las mismas. En esta perspectiva el CELATS como organismos académico, impulsó en los años 80 la primera maestría latinoamericana en trabajo social, con sede en Tegucigalpa-Honduras.

Sin embargo, persiste una tendencia a considerar la producción de conocimiento como actividad academicista y científicista. Esta postura a su vez sacraliza la práctica buscando su propia entidad en el marco del empiricismo puro y, en la consideración que ella es la única forma de validación del ejercicio profesional.

Sobre la intervención

En este contexto nos preguntamos Cuáles son las reflexiones que, a manera de desafíos muestran hoy o, caracterizan hoy a la intervención profesional?

1. La necesidad que aparece desde distintos reclamos de una ruptura con las formas de pensamiento reproductivos de la realidad y al mismo tiempo lineales en su orientación. Dicha ruptura permite recrear la intervención profesional a partir del conocimiento y la comprensión de una complejidad material, social y simbólica que expresan los sujetos

individuales y colectivos, respecto a sus necesidades, como expresión singular de la cuestión social.

2. Desde esa mirada la intervención no sólo es la constituciones de acciones diversas y desconectadas, por el contrario debe estar fundamentado en bases teórico y metodológicas, que supere el carácter normativo e instrumental de la misma. En esta perspectiva el concepto de la intervención en trabajo social es la conjugación del análisis del contexto, conceptos e instrumentos que tienen sentido en función de sus objetivos y fines.

3. Hay un intento riguroso de incorporar el contexto de las actuales transformaciones socio-económicas, culturales y políticas como parte de las reflexiones cotidianas del ejercicio profesional, por lo tanto, existe una manera recreada de pensar y mirar la intervención profesional, en tanto la realidad de la intervención profesional es una expresión particular de ese contexto y que es necesario analizarla desde esa perspectiva, para aprehender la textura misma de las problemáticas con las cuales se enfrenta el trabajo social.

4. La construcción de la especificidad e identidad deben estar en relación a un proceso de profesionalización que cualifique la intervención. Ambas dimensiones entendidas no sólo como prácticas que se diferencian de otras prácticas o, como forma de exclusividad. Por el contrario, entender la profesionalización como el proceso que implica la construcción de argumentaciones más sólidas sobre la forma de mirar y actuar en la realidad social, generando un proceso de mediaciones que conjuguen de manera más significativa la direccionalidad teórica de la intervención en vínculo con la realidad. A la forma específica de construir esas mediaciones para conocer y entender mejor la textura social que adquiere la vida cotidiana de los sujetos respecto a la trama de sus necesidades, la hemos denominado campo problemático, como base de la especificidad y la identidad que constituyen los rasgos particulares de la profesionalización.

5. La necesidad de capacitación permanente, es parte de esta intencionalidad. El esfuerzo que los profesionales realizan para poder capacitarse es realmente un elemento importante que expresa la necesidad de mejorar la intervención profesional en todo los niveles, aún en el marco de las instituciones. Sin embargo hoy, las características de esa búsqueda de capacitación están más allá de cursos aislados con diversidad de temáticas. Me parece que hay una selección y una mirada más sistemática de la formación. Ello posibilitará aún más en el desarrollo de ese proceso de profesionalización de la intervención. El Proyecto de refundación Alaets-Celats, necesita revisar la forma tradicional de encarar los procesos de capacitación profesional, pasando de una modalidad centralizada a una modalidad de articulador de experiencias de formación a nivel nacional y regional, cuyo apoyo deben ser las organizaciones profesionales que cuentan con experiencias novedosas para encarar la capacitación profesional.

Formación profesional

La formación profesional en América Latina fue impulsada desde CELATS-ALAETS a través de una investigación realizada en los años 87 al 89 con el nombre de "Proyecto Pedagógico". Dicho Proyecto, tuvo como objetivo el conocimiento de las particularidades de la formación profesional en cada país, a fin de lograr criterios de unificación en los planes de estudio. Por otro lado, la participación activa de las unidades académicas en dicho proyecto debería generar un debate en los ámbitos académicos. Respecto algunos resultados de esta investigación referido al aspecto de las "tendencias del perfil académico" se señala "la existencia de propuestas divergentes con perspectivas teórico-metodológicas también distintas". La explicación que se dio sobre el mismo, se refiere a que ello es producto de las concepciones existentes sobre la disciplina. Dichas concepciones no siempre debidamente argumentadas generaron diversas propuestas de formación profesional. Asimismo se observó que el desarrollo de los movimientos de renovación en la formación profesional (impulsados en la década de los 80) han tenido un carácter desigual marcado por las particularidades de la política educativa en el marco de los procesos socio-políticos de cada país (1986, p. 33).

Por otro lado, se valoró la existencia de un permanente debate, sobre los núcleos problemáticos que generan la formación en relación a las políticas educativas y los presupuestos asignados para la formación superior en cada país y región. Si bien hay aspectos comunes sobre estas tensiones hay particularidades que favorecen la recreación de proyectos renovados. Al mismo tiempo, se rescató las experiencias de renovación en la dirección señalada, por ejemplo; en la propuesta de unificación de criterios para la formación profesional teniendo como base una currícula mínima (como fue el caso de Brasil), así como de otros países cuyas experiencias tuvieron éxitos parciales. Después de algunos años del llamado Proyecto Pedagógico, se observa que en la actualidad persisten las dificultades mencionadas.

Sin embargo, los avances que se pueden apreciar en la reformulación curricular en la actualidad, está referida a la aceptación de la diversidad de tendencias y concepciones sobre el trabajo social, por lo que se hace imposible plantear una sola perspectiva a nivel de las unidades académicas. Asimismo, hay una necesidad, sobre todo para las tendencias renovadas del trabajo social, de superar las dicotomías entre teoría práctica, así como recrear los fundamentos filosóficos y teóricos de la profesión a la luz de ellos. A su turno se considera necesario desde el punto de vista epistemológico la necesidad de articular el análisis de la disciplina al contexto de las grandes transformaciones ocurridas en el contexto actual.

A nuestro juicio el Proyecto Pedagógico impulsado por ALAETS-CELATS estuvo centrado en resolver la diversidad existente en la formación profesional, consideramos

que este no es un problema en sí mismo, dado que siempre existirán diversas propuestas como en toda disciplina, mientras diversas y divergentes concepciones sustenten la disciplina de Trabajo Social. Por lo tanto, no se puede pretender que exista un sólo proyecto pedagógico como si la disciplina respondiera a un cuerpo único doctrinario. Lo que se debemos propiciar el compromiso de construir un proyecto ético político hegemónico frente a las visiones tecnocrática y conservadoras que intentan instalarse en el escenario latinoamericano y, que en definitiva son funcionales al neoliberalismo.

Refundación de ALAETS-CELATS

Por el análisis anteriormente realizado consideramos que el actual Proyecto de ALAETS respondió a un momento histórico diferente, hoy este proyecto debe ser refundado a partir de algunas consideraciones:

El desarrollo de la profesión en los últimos años, ha sido significativo en cada país y región tal como hemos analizado. Por ello, este organismo Latinoamericano debe ser un articulador de proyectos ético, teóricos y políticos críticos, construyendo una forma organizativa diferente.

La presencia cada vez menor de las escuelas de Trabajo Social, pone en cuestión la actual representación que ALETS tiene. Por ello en estos últimos años la presencia de la región centroamericana es más fuerte que la de la región andina y el conosur. Es necesario para ese proceso articulador que propongo se haga efectivo un conducción colegiada que represente a las regiones de manera equitativa. Cada Región debería presentar un cuerpo colegiado que proponga proyectos de impacto regional e impulsando la circulación de las investigaciones y producción de conocimiento por diferentes medios.

Consideramos que al no existir un financiamiento sustantivo para el CEALTS, el carácter de organismo académico impulsor de un pensamiento Latinoamericano en Trabajo Social, está en crisis, ello significa analizar el carácter de esta crisis: entiendo que no sólo es de carácter económico, sino también de su capacidad para impulsar proyectos académicos de gran seriedad como lo hizo en sus primeros años de existencia.

A partir de ello: Se hace necesario revisar la direccionalidad que debería tener estos organismos, dándole un estatuto real a la participación, el debate que debe ir más allá de la situación financiera y los mecanismos de funcionamiento. Pienso que el desafío está en repensar también la construcción de una hegemonía de un proyecto académico, ético y político frente a otros proyectos que se centran en acentuar la mirada tecnocrática de la profesión.

Otro aspecto, a tener en cuenta en este proceso de refundación de dichos organismos es la necesidad de una rigurosa revisión de nuestras organizaciones en relación a la situación particular que atraviezan nuestros países. Ello a su vez, posibilitará acercar elementos renovados para establecer una forma organizativa y la concepción que

orientará la refundación de dichas organizaciones.

Bibliografía

VARIOS AUTORES. Balance y perspectivas del Trabajo Social en América Latina. Lima, Perú: CELATS, 1982.

CARRASCO, Ella. La formación de los trabajadores sociales en América Latina (1987, 1989). Lima, Perú: CELATS, 1991. (Nuevos Cuadernos)Painel*

Painel*

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Seno Antônio Cornely

Doutor em Serviço Social. Livre-Docente em Desenvolvimento de Comunidades

Como parte da história viva, vou levantar alguns elementos que considero importantes para o resgate e a compreensão da curta história, de menos de 80 anos, de nossa profissão neste continente. Trata-se, obviamente, de minha leitura dessa história, com todas as falhas e armadilhas do subjetivismo, do personalismo, da contemporaneidade.

Não se trata, portanto, da verdade absoluta, completa, definitiva, mas apenas da minha verdade. Pretendo, porém, registrar alguns fatos de que participei mais diretamente, buscando articulá-los ao contexto social, político e econômico de cada momento aos seus determinantes históricos, enfim.

Embora refira, "à vol d'oiseau", momentos anteriores, indicarei mais diretamente o período posterior a 1977 quando assumi a presidência da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAETS). Doutro lado, os companheiros que me seguiram na direção desse sistema ALAETS-CELATS, grande parte dos quais aqui presentes, versarão com muito mais competência, os períodos posteriores a 1980.

O surgimento da questão social

Pode-se afirmar que foi por volta da década de 1920 que a América Latina "descobriu" a questão social.

Grandes movimentos de massas campesinas nalguns países (México, Bolívia, Peru) tiveram repercussão também em setores do proletariado emergente e nas cidades. Da Europa continuavam vindo influências fortes, tanto do anarquismo espanhol, italiano, russo e alemão quanto do crescente influxo do marxismo, fazendo surgir os partidos comunistas nacionais.

O cristianismo social, inspirado na Encíclica Rerum Novarum, de 1991, e, mais tarde, na Quadragésimo Anno, ampliou sua atuação, particularmente junto às massas trabalhadoras.

Sirvam como um exemplo dessa atuação os Círculos Operários Católicos, o

* Integrantes da mesa: Dr. Seno Antônio Cornely - PUCRS; Drª Marieta Koike - Universidade Federal de Pernambuco; Drª Margarita Rozas - Universidade Nacional de La Plata; Drª Josefa Batista Lopes - Universidade Federal do Maranhão; Drª Ivanete Boschetti Ferreira - Universidade de Brasília; Drª Maria Rosângela Batistoni - PUCSP; Dr. José Paulo Netto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedor.

primeiro dos quais foi fundado pelo Pe. Leopoldo Brentano, SJ, em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 1930, espalhando-se rapidamente por todo país e chegando à impressionante cifra de 7,5 milhões de associados no seu apogeu. Tratava-se de um misto de serviços assistenciais, evangelização e organização política.

A maçonaria continuava com sua influência especialmente nas elites governantes de quase todos os países, enquanto o positivismo comtiano se tornou dominante em vários governos do Cone Sul. Também se fez sentir, particularmente no campo social, o protestantismo.

Dentro desse caldo de influxos surgiu a primeira Escola de Serviço Social no continente, a Dr. Alejandro Del Rio, no Chile, em 1925. Algumas outras se lhe seguiram, e já em 1937 a Liga das Senhoras Católicas fundou a Escola de Serviço Social de São Paulo. A partir daí, a Igreja Católica desenvolveu papel protagônico na fundação de novas escolas, trazendo geralmente docentes belgas.

Aliás, foi na Bélgica que surgiu também a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS). Em 1928, um médico belga, o dr. René Sand, fundou a Conferência Internacional de Bem-Estar Social, hoje Conselho (ICSW), e se conectou com a recente Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW). Todas essas organizações internacionais de serviços sociais criaram "filiais" nacionais em nosso continente, que, por vezes, atuavam conjuntamente na Região. Veja-se o caso da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social ABESS, germe da atual ABEPSS, na década de 40, e, mais tarde, da própria ALAETS em dimensão continental.

Ao mesmo tempo, como resposta ao Estado, surgiram vários tipos de governos populistas (PARA, no Peru; Vargas e a Revolução de 30 com a legislação social e laboral, e, mais tarde, o justicialismo de Perón, na Argentina). De forma geral, intentavam incorporar algumas linhas de ação da social-democracia européia, mas não conseguiam esconder seu caráter autoritário.

O Serviço Social no período pós-guerra

Terminada a Segunda Guerra Mundial e com a vitória dos Aliados, sentiu-se forte diminuição da influência européia e um extraordinário aumento do interesse norte-americano na área dos serviços sociais em geral, e da formação profissional em especial. Houve verdadeira invasão de literatura, com visitas de professores, concessão de bolsas de estudos a latino-americanos, propostas metodológicas de casos, grupos de comunidade, tudo cunhado nos Estados Unidos. A Embaixada Americana trouxe um adido de serviço social, a colega Mary Catherine Jennings, a qual, por longos anos, manteve intenso contato com as escolas, oferecia bolsas de estudos ou de estágios na América do Norte, pagava a tradução e edição da literatura técnica e sua distribuição nos países da América Latina. Em número não desprezível, líderes no serviço social, na

totalidade dos países do continente, sofreram diretamente a influência americana, especialmente no período da chamada Aliança para o Progresso.

Durante a guerra e especialmente logo depois dela, a ONU despertou para o serviço social e para os aportes que poderia prestar para aliviar os problemas humanos causados e para assessorar parte da reconstrução. Além disso, produziu informes técnicos e outras publicações, particularmente sobre o desenvolvimento de comunidades. Esta literatura teve grande importância na formação profissional em todo o continente.

A ONU e suas agências especializadas recrutaram assistentes sociais latino-americanas para seus quadros. Entre outras, merecem destaque as colegas Virgínia Paraíso e Glória Abate; entre as brasileiras, se destacaram Helena Iracy Junqueira, no Conselho Econômico e Social, e Balbina Ottoni Vieira, no Alto Comando das Nações Unidas para os Refugiados (nesta área atua hoje a colega Leila Lima Santos). A ONU igualmente valorizou os profissionais da Região na prestação de assessoria técnica a órgãos de formação profissional ou desenvolvimento social em outros países da Região, e merece menção, entre outras, a colega Maria de Lourdes Medeiros, técnica da ONU na América Central.

O rápido crescimento da profissão e a diversidade de sua atuação começaram a interessar a OEA (Organização dos Estados Americanos). De um lado, confiou ao colega Luiz Carlos Mancini a direção de sua Divisão de Assuntos Sociais, e, de outro, promoveu, em convênio com os governos do país-sede, os Congressos Pan-Americanos de Serviço Social.

Por falta de espaço, aqui apenas se mencionam os referidos Congressos. Os interessados em maiores dados poderão recorrer a Ezequiel Ander-Egg, em sua *História del Trabajo Social*, da Editora Humanitas, de Buenos Aires.

O primeiro se realizou em Santiago do Chile, em 1945, e foi seguido do segundo, no Rio de Janeiro, em 1948. Porto Rico sediou o terceiro, só em 1957, seguido do quarto, em San José da Costa Rica, em 1961. O quinto, de grande importância, pois oportunizou o nascimento da ALAETS, teve lugar em Lima, em 1965, e será objeto de comentários posteriores. O sexto se realizou em Caracas em 1968, e o sétimo e último, em 1971, em Quito. Este foi fechado abruptamente pelo ditador Velasco Ibarra por motivos políticos. Não deixa de ser curioso um ditador direitista fechar um congresso da OEA...

Mas a OEA não caiu totalmente da área e passou a promover conferências de desenvolvimento de comunidade, regionais e continentais, sempre com participação ou a direção de colegas.

A importância do ano de 1965 para o Serviço Social no continente

Embora não possa basear a história em datas, há algumas que acumulam

tantos fatos significativos que assumem importância estratégica. Parece ser o caso de 1965, como se verá a seguir.

Foi em maio de 1965 que se realizou, em Porto Alegre, o I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, reunindo colegas, especialmente da academia, da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, num total de 415. Há muito tempo vinha se sentindo grande insatisfação, especialmente entre professores e estudantes, com a cópia do modelo norte-americano. Também na área política aumentavam as manifestações contra o imperialismo do Tio Sam, e tais movimentos passaram a ter novo reforço com a marcha vitoriosa dos guerrilheiros da Sierra Maestra sobre la Habana e a implantação de um governo não títere dos Estados Unidos.

Também a abertura da Igreja Católica através do Concílio Ecumênico do Papa João XXIII e a legitimação da Teologia da Libertação e da Igreja terceiro-mundista, assim como os avanços eleitorais dos partidos de fortes tendências sociais na América Latina, serviram de caldo ideal para que aí vicejassem em idéias inovadoras no serviço social.

O evento de Porto Alegre é geralmente considerado como o primeiro marco público do processo de reconceitualização do Serviço Social na América Latina. Na ocasião, chegou-se a publicar trabalhos em que se apodou de "Generación 65", os colegas que se destacaram neste e nos demais seminários da série.

Ao de Porto Alegre seguiram-se o de Montevideu, em 1966, sob a presidência do professor Herman Kruse; o de General Roca, na Argentina, dirigido pelo professor Natálio Kisnerman em 1967; e o quarto, em 1969, presidido por Luiz Araneda, em Concepción, Chile. Já o quinto foi em Cochabamba, Bolívia, sob a presidência de Teresa Sheriff e Eddy Jiménez, em 1970, retomando o sexto a Porto Alegre, em 1972, sob a presidência de Ernesto Costella, e reunindo 2.200 colegas de todo o continente, em plena ditadura Médici. Cabe aqui menção especial ao Irmão José Otão, então Reitor Magnífico da PUCRS, que garantiu, sob sua responsabilidade pessoal, um clima de absoluta liberdade nos trabalhos do evento, e isto contra ameaças diretas das chamadas "forças de segurança". O sétimo Seminário foi dirigido por Clemência Sarmiento, em Lima, Peru, já em 1976.

Até este momento, não existia nenhuma organização formal que coordenasse os seminários latino-americanos, mas os ex-presidentes (Cornely, Kruse, Kisnerman, Araneda, Jiménez, Costella e Sarmiento) se comunicavam e se punham de acordo. A partir de 1977, com a eleição de Cornely para a presidência da ALAETS, concordaram todos que esta Associação assumisse sua promoção. Aliás, é flagrante a atuação de dirigentes dos seminários na direção da ALAETS. Nada menos que três presidentes de seminários foram posteriormente presidentes de ALAETS (Luiz Araneda, Eddy Jiménez e Seno Cornely) e vários outros dirigiram projetos comuns.

A fundação da ALAETS também se verificou em 1965. Há bastante tempo a

Dra. Katherine A. Kendall, secretária-geral da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, vinha envidando esforços com lideranças latino-americanas para que as escolas se organizassem.

Finalmente, aproveitando a reunião de muitos dirigentes de escolas de Serviço Social no acima mencionado V Congresso Pan-Americano de Serviço Social da OEA, em Lima, no ano de 1965, foi realizada a assembléia de fundação da ALAETS.

Sua primeira presidenta foi a colega Luz Tocornal Rodríguez, do Panamá, a quem coube a ingente tarefa de estruturar a Associação. Para tanto, se valeu da Dra. Caroline Ware, técnica da OEA e por muitos conhecida como das principais autoras dos primórdios do desenvolvimento de comunidade, como assessora.

Na segunda assembléia, que igualmente coincidiu com Congresso de Serviço Social da OEA, foi reeleita a colega panamenha, e foi reeleita também Caroline Ware como assessora. Na assembléia, as duas conferências principais foram de Caroline Ware e de Virginia Wolfe, ambas norte-americanas.

A terceira assembléia da ALAETS foi em Quito, em 1971, e aí foi eleito presidente o colega chileno Luiz Araneda. Embora fosse reeleita Caroline Ware como assessora, o colega chileno iniciou uma trajetória latino-americana independente da influência ianque. Lamentavelmente, sua administração foi seriamente prejudicada pelo golpe militar de 1973 no Chile, o que o obrigou a deixar o país e buscar asilo no Equador. Ainda assim estreitou contatos com a Fundação Konrad Adenauer, dos quais resultou futuramente o CELATS, como se verá abaixo.

Na quarta assembléia, de Costa Rica, sentiu-se uma ruptura com a tutela norte-americana, saindo eleita a mexicana Beatriz de la Veja como presidente de uma Junta Diretiva nitidamente progressista.

Esta tendência se consolidou na assembléia de Santiago de los Caballeros, na República Dominicana, em 1977, em que foi eleita uma Junta Diretiva presidida por Seno Cornely.

Esta assembléia reformou radicalmente o estatuto social da ALAETS, aprovou seu regimento interno e o plano de trabalho trienal da nova Junta Diretiva. Ao mesmo tempo, aprovou o regimento interno do CELATS e o consagrou como organismo acadêmico da ALAETS.

Sobre este período (1977-1980) se fará destaque especial abaixo.

Em 1965 também iniciou do trabalho do Instituto de Solidariedade Internacional ISI, da Fundação Konrad Adenauer, na América Latina.

As diversas fundações político-acadêmicas da Alemanha estavam interessadas em estabelecer fortes contatos com outros continentes. Com isso se fortaleciam também dentro da Alemanha e, além disso, melhoravam sua fatia de recurso do Ministério de Cooperação.

Assim, as Fundações Konrad Adenauer (democrata-cristã), Friedrich Ebert (social-democrata), Victor Golancz (liberal), etc., começaram a atuar na América Latina. A Konrad Adenauer marcou como áreas prioritárias o cooperativismo, o sindicalismo e o

serviço social.

Através do ISI realizou uma série de reuniões e miniseminários, em vários países, com grupos progressistas do serviço social. Em 1970 realizou-se, na Alemanha, um seminário teuto-latino-americano de docentes de serviço social, e entre os desta Região estavam vários que viriam a ter papéis de destaque no sistema ALAETS-CELATS (Quiroz, Quiroga, Sheriff, Cornely).

Coube ao colega Luiz Araneda, presidente da ALAETS no período 1971-1974, promover uma aproximação mais concreta com o ISI, chegando a propor projetos conjuntos.

Depois de todas as providências preliminares, foi assinado um convênio de cooperação técnico-financeiro, para a realização de projetos de investigação, de formação e de divulgação, através da constituição de um centro especial, vinculado à ALAETS, o CELATS.

Este convênio foi renovado diversas vezes e, sem sombra de dúvida, foi o grande fator da grandeza material do sistema ALAETS-CELATS e do seu apogeu.

Em síntese, 1965 representou um ano excepcional para a organização política e para o aprimoramento acadêmico do serviço social na América Latina.

Destaques da ALAETS-CELATS no período 1977-1980

Na Assembléia da ALAETS, realizada em julho de 1977 em Santiago de los Caballeros, na República Dominicana, foi eleita a seguinte Junta Diretiva da Entidade: Presidente: Seno A. Cornely (Brasil); Vice-Presidentes: Aldayr Brasil Barthy (Brasil), Elba Franco (República Dominicana), Melba Reyes (Honduras); Assessor Fiscal: Luiz Bilbao (Equador); Representante Estudantil: Osvaldo Solis (Panamá); Suplente do Representante Estudantil: Mireyza Sequeiros (Bolívia).

Por motivos de ordem pessoal ou por razões políticas (busca de asilo político), as três Vice-Presidentes renunciaram, e pouco se pôde contar com suas suplentes. Contou-se bastante com a representação estudantil.

Durante os debates na assembléia, que resultaram na mudança de estatuto, filiei-me ao grupo dos que propugnavam pelo aprofundamento do estudo das políticas sociais e rechaçavam a visão althusseriana de condenação à atuação dentro do aparato estatal. Esta prioridade pelas políticas sociais marcou fortemente todo o período (e prosseguiu em período posterior). O programa de trabalho da nova Junta Diretiva foi igualmente orientado por esta linha de pensamento.

Com atuação profissional na área de planejamento, tanto como docente da disciplina quanto no trabalho no Estado, preocupei-me imediatamente em assegurar as condições administrativas básicas para executar o plano. Para facilidade de compreensão vou dividir a atuação da Junta Diretiva em três subáreas.

A Administração e Finanças

1. Durante a Assembléia Geral, uma das críticas mais insistentes à Junta anterior era a de que não visitava as escolas nos diversos países, que tentava atuar apenas na sede, que se comunicava apenas por correspondência. Senti, pois, a necessidade de mobilidade; para tanto, era necessário garantir flexibilidade de horários na docência e na função pública. O diretor da Faculdade de Serviço Social não opôs dificuldade a esta flexibilização. O Governador do Estado igualmente a autorizou.

2. Como o presidente da ALAETS é, por mandamento estatutário, também presidente nato do Conselho Diretivo do CELATS, este custeava as viagens a serviço. Para garantir a continuidade desses recursos, a primeira viagem internacional foi a Skt. Augustin, na Alemanha, onde fica a sede da Konrad Adenauer Stiftung, e.v. Aí firmei convênio trienal, no valor de DM 656.000,00 (ca. De U\$ 400.000,00).

3. Decidimos que a sede jurídica da ALAETS seria em Lima, onde se situava seu organismo acadêmico, o CELATS, enquanto a sede administrativa seria na cidade de residência do presidente. Através de convênio com o Conselho Regional de Assistentes Sociais, garantiu-se uma secretaria administrativa em Porto Alegre.

4. Efetuaram-se mudanças na direção executiva do CELATS, para a qual se nomeou a colega Leila Lima Santos. Os coordenadores acadêmicos foram Maria Cecilia Tobón e Carmen Jonas (posteriormente substituída por Norberto Alayón); com todos eles se assinou contrato de trabalho, que anteriormente era apenas verbal.

5. Assinou-se igualmente contrato laboral com todo o pessoal peruano, assim como os investigadores.

6. Para a aplicação do Regimento Interno do CELATS, estabelecemos rotinas de trabalho, regulamento do pessoal e manual de funções, bem como a vinculação à legislação peruana.

7. Registramos o Estatuto da ALAETS em notariado público em Lima (personalidade jurídica, que não havia), assim como a personalidade jurídica do CELATS.

8. Solicitamos e conseguimos do Ministério de Relações Exteriores "status" de organismo de cooperação técnica internacional.

9. Formalizamos a aquisição do edifício do CELATS.

B Área Acadêmica

Com solidez financeira e base administrativa, viabilizou-se o programa acadêmico da gestão 1977-1980, cujos eixos principais foram os seguintes:

1. intercâmbio de docentes e de planos de estudos, atingindo as associações nacionais de escolas do Brasil, da Argentina, da Colômbia, do Equador e uma do México (que tinha 3, na ocasião), num total de 147 escolas, indiretamente beneficiadas;

2. apoio acadêmico direto a 32 escolas isoladas, de 10 países, que a solicitaram;

3. envio de circulares informativas sobre avanços acadêmicos a todas as escolas, filiadas ou não;

4. visitas de apoio do presidente ou membros da Junta Diretiva a 11 escolas em dificuldades acadêmicas, que as solicitaram;

5. realização de 12 cursos de capacitação para docentes de 10 países, além de seis oficinas em seis países, atingindo um total de 121 docentes, bolsas para os docentes das três oficinas (talleres) preparatórias aos três Seminários Latino-Americanos de Serviço Social, num total de 51 professores, de 15 países;

6. realização de cinco pesquisas continentais sobre áreas temáticas do serviço social contratadas pela ALAETS-CELATS, mas com intensa participação de professores e alunos em vários países;

7. edição de livros contendo os resultados dessas pesquisas e outros temas de interesse profissional; convênios com editoras nacionais para distribuição deste material (ex. Cortez, no Brasil; Ecro, na Argentina), com resultados bastantes modestos;

8. publicação sistemática da Revista Acción Crítica e de boletim informativo, ambos de boa circulação na região;

9. desenho e colocação em prática do Programa de Capacitação a Distância, que atingiu no período cerca de 4.000 colegas em sete países, e que continuou se ampliando em outras gestões;

10. socialização da produção acadêmica nos grandes eventos massivos promovidos especialmente nos Seminários Latino-Americanos de Serviço Social de Guayaquil, Caracas e São Paulo, e no Congresso Latino-Americano de Estudantes, em La Paz;

11. promoção, avaliação e divulgação de modelos práticos de ação, merecendo destaque o de Villa Salvador, em Lima;

12. motivação e articulação da produção acadêmica para sua apresentação nos Congressos Internacionais de Escolas de Serviço Social em Jerusalém (1978) e Hong-Kong (1980).

C Área Política

Cabe mencionar as enormes dificuldades políticas que a Região enfrentou no período, com governos ditatoriais em muitos países (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Guatemala, Honduras, El Salvador, Paraguai e Uruguai). Muitos colegas tiveram que enfrentar o exílio, e isso incluiu o presidente da ALAETS de 1971 a 1974, Luiz Araneda, chileno. A boliviana Eddy Jiménez, eleita para a gestão 1980-1983, em São Paulo, foi impedida de voltar a seu país por vários meses.

Colegas argentinos e, especialmente, chilenos, fazem parte da enorme hégira latino-americana. Vários tiveram que fugir ou buscar asilo para escaparem da morte. Em vista disso, a Junta Diretiva:

1. imprimiu linha progressista, com aliança aos grupos de direitos humanos em todos os países, defrontando-se diretamente com setores das ditaduras;

2. realizou forte campanha de filiação das escolas à ALAETS, e obteve êxito, passando de 78 em 1977 para 181 (entre 256 no continente, i.é, mais de 70% do total,

em 1980);

3. prestigiou-se as associações nacionais de escolas de Serviço Social, apoiando-as politicamente nos seus pleitos junto aos governos e/ou ministérios de educação nacionais. Merece menção o apoio direto ao CONETS (Consejo Nacional para La Educación em Trabajo Social), da Colômbia, que lutou contra o projeto governamental que pretendia retirar o título universitário dos assistentes sociais daquele país, luta essa em que o presidente da ALAETS teve audiência com o Ministro de Instrucción Pública, ocasião em que o projeto foi arquivado. Merece destaque ainda a criação do Consejo Argentino de La Educación em Servicio Social, que foi fundado em Congresso em Tandil, em 1979, com a presença e o apoio do presidente da ALAETS, e na qual se elegeu como presidente o colega Victor René Nicoletti;

4. convidou-se oficialmente as escolas chilenas a retornarem à ALAETS, da qual haviam sido expulsas por estarem em país ditatorial, quando elas mesmas sofreram perseguição da ditadura, inclusive com o rebaixamento de nível universitário para técnico;

5. contactou-se que uma série de altas autoridades federais e regionais demonstraram interesse nas ALAETS. Merece menção audiência com o Comte Torrijos, Chefe de Estado do Panamá, solicitando facilidades para a sua delegação se deslocar até Guayaquil para o VII Seminário Latino-Americano de Serviço Social, o que resultou na sua decisão de transportar os 160 membros da delegação em dois aviões da Força Aérea do país;

6. para contornar uma crise oriunda de um mal-entendido, mantiveram-se contatos oficiais com o Consejo Superior de Universidades de Centroamérica CSUCA, órgão que reúne os Reitores de todas as Universidades dessa sub-região;

7. houve visitas oficiais a outros 17 Reitores em que o presidente da ALAETS acompanhava diretores de escolas de Serviço Social para apoiá-los;

8. após um período de negociação, assinou-se um convênio entre ALAETS-CELATS e a Universidade Nacional Autónoma de Honduras, cujo Reitor, professor Arthur Reyna, foi posteriormente presidente da República, para a criação do Magister Latino-Americano de Trabajo Social (MLATS); de comum acordo, designamos o professor Boris Alexis Lima como seu primeiro diretor;

9. buscando conseguir o status de ONG consultiva de primeiro grau para a ALAETS-CELATS, mantiveram-se vários contatos com a ONU e seus organismos especializados, particularmente a CEPAL. Os esforços não chegaram a bom termo;

10. a ALAETS intensificou suas relações com a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW), e seu presidente participou de reuniões de seu Conselho Diretivo, tanto em Viena como Montreal;

11. a ALAETS participou oficialmente do Congresso Internacional de Escolas, em Jerusalém, em 1978, cabendo ao seu presidente coordenar a delegação latino-

americana;

12. a ALAETS enviou delegado oficial ao Congresso de Escolas em Hong Kong, em 1980. Neste Congresso, o presidente da ALAETS foi eleito 1º Vice-Presidente da referida Associação Internacional;

13. com forte apoio da ALAETS, foi fundada a revista quadrimestral International Social Work, que circula regularmente até hoje;

14. em Viena realizou-se contato oficial com o presidente do Conselho Internacional de Bem-Estar Social e em Londres com a colega Mary Windsor, então presidente da FITS (Federação Internacional de Trabajadores Sociales), buscando parcerias;

15. projeto, negociação e promoção de dois Seminários Latino-Americanos de Serviço Social (Guayaquil, 1978, e São Paulo, 1980), todos antecidos de uma oficina de uma semana, em que a temática foi amplamente debatida por um grupo de colegas convidados. Todos esses eventos massivos foram presididos pelo titular da ALAETS-CELATS;

16. negociação e apoio ao I Congresso Latino-Americano de Estudantes de Serviço Social, realizado em La Paz em 1979, na Universidade Nacional de San Andrés, com cujo Reitor se assinou convênio para tanto;

17. promoção de um simpósio latino-americano de sindicatos, grêmios e associações profissionais de assistentes sociais, em Porto Alegre, em 1977. Participaram 42 líderes, oriundos de quase todos os países, e foi constituída uma comissão organizadora de uma futura Federação Latino-Americana de Assistentes Sociais, comissão essa a que se conferiu espaço privilegiado em todos os seminários continentais acima mencionados;

18. anteprojeto de articulação de todo o sistema de pós-graduação em todos os países do continente (mestrados, especializações, futuros doutorados), o qual não foi implementado;

19. apoio público a docentes, estudantes ou escolas com problemas políticos, especialmente nas ditaduras do Cone Sul, através de denúncias contra o terrorismo cultural, no Chile, no Uruguai e no Brasil;

20. intensa articulação com as organizações de direitos humanos para defesa de colegas condenados por tribunais militares ou perseguidos por entidades fascistas da sociedade civil (tipo Triple A, na Argentina);

21. negociação e obtenção de asilo político a dois colegas chilenos condenados à morte, pela Embaixada Sueca;

22. participação oficial no grupo ECRO (Esquema Conceptual Referencial Operativo) e na sua revista crítica Hoy em el Trabajo Social e asilo de seus dirigentes condenados à morte pela Triple A (Alianza Anticomunista Argentina);

23. Projeto Fronteiras, mediante o qual se facilitava, em acordo com grupos de direitos humanos, o encontro de famílias com membros exilados, particularmente em

idades nas fronteiras do Brasil com a Argentina e o Uruguai.

Esse é, em síntese, um relatório da gestão da Junta Diretiva da ALAETS e do Conselho Diretivo do CELATS no período 1977-1980. Apesar de ser um período politicamente conturbado, com ditaduras sangrentas, especialmente nos países do Cone Sul, a tranquilidade financeira das entidades, proporcionada pelo convênio com a Fundação Konrad Adenauer, aliado à dedicação dos dirigentes, permitiu executar a quase totalidade do plano de ação aprovado na Assembléia Geral de Santiago de Los Caballeros.

A principal crítica feita, com justiça, a esta gestão é que não houve suficiente empenho para um projeto de gradual autonomia em relação aos doadores internacionais, que levasse a uma progressiva auto-suficiência do sistema latino-americano.

No meu modesto modo de ver, a gestão desperdiçou pelo menos uma possibilidade concreta por não lhe dar a devida importância. Trata-se do seguinte:

Em fins de 1978, em Bonn, mantive contatos com o Dr. Klaus Oehler, conhecedor da realidade latino-americana e Diretor do Instituto de Solidariedade Internacional na América Latina (ISE). Naquele momento ele coordenava os programas de ajuda técnica e financeira do Ministério de Cooperação Econômica para a América Latina, nos quais se incluíam os da Fundação Konrad Adenauer. Confidenciou-me que tinha que empenhar um pouco mais de DM 1.000.000,00 (cerca de U\$ 700.000,00) e deu a entender que teria satisfação de repassá-los à ALAETS-CELATS, se lhe apresentássemos um projeto viável, por exemplo, uma tipografia, sugeriu.

A possibilidade me entusiasmou, pois via um começo para um caminho em direção à auto-suficiência. De Bonn mesmo convoquei reunião da Junta Diretiva de ALAETS (i.é, do que restava dela) e do Conselho Diretivo do CELATS e tomei o primeiro avião para Lima. A Junta Diretiva da ALAETS apoiou a idéia e a repassou ao Conselho Diretivo do CELATS, onde meus argumentos não conseguiram maioria. Predominaram as alegações de que o CELATS não tinha experiência na área, de que teriam que ser contratados mais funcionários, de que o projeto teria conotações capitalistas. Ninguém expressou que era bem mais cômodo viver tranquilamente apenas com a subvenção da Fundação Konrad Adenauer, nem se autorizou a realização de um estudo de viabilidade econômica...

Com muita relutância agradeci ao Sr. Oehler sua oferta e com pesar vi fugir de nossos dedos uma possibilidade de marcha para a autonomia e auto-suficiência. Assim se poderia haver atenuado as crises quando o financiamento alemão começou a diminuir e finalmente se estancou.

Na Assembléia Geral de São Paulo, em 1980, foi eleita nova Junta Diretiva, tendo na presidência a colega boliviana Eddy Jiménez, que já fora co-presidente do Seminário de Cochabamba, como acima se relatou. Um golpe militar em seu país a reteve

no Brasil por um período de tempo, em que solicitou que o presidente anterior continuasse respondendo. Mesmo em seu retorno, as condições políticas objetivas de seu país obstaculizaram fortemente a implementação do seu plano de ação.

Essas dificuldades foram se agravando em novas gestões, levando alguns colegas e algumas escolas a proporem a extinção da Associação, única instância continental da profissão.

Pessoalmente, opino pela atualização da mesma, talvez até com mudança de nome, mas sou radicalmente contrário à extinção de uma instância continental. Se para algo serve a experiência de um passado recente, penso que devemos todos, professores, alunos, escolas e entidades profissionais, buscar novas formas viáveis no momento atual para nos unirmos cada vez mais a nível continental.

A iniciativa tomada neste sentido pelos colegas da Universidade de Costa Rica, de constituir uma assembléia de comunicação virtual que pense o assunto coletivamente e submeta suas propostas à futura Assembléia Geral da ALAETS, em julho de 2004,

merece meu mais entusiástico apoio.

Isso explica em parte porque a nova Junta Diretiva decidiu espaçar os seminários continentais para prazo maior, de anual para trienal o seguinte só teve lugar no México em 1983.

Neste meio tempo surgiu o Caso Malvinas, com violenta agressão imperialista contra a tentativa Argentina de retomar as Ilhas, da Grã-Bretanha, a qual foi imediatamente apoiada pelos Estados Unidos e pela França. Os colegas argentinos solicitaram a solidariedade do serviço social no continente e, com o apoio da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social IASSW, promoveram um encontro continental em 1982.

Este foi seguido em 1983 pelo II Encontro sobre o "Serviço Social na Unidade Latino-Americana", realizado em Porto Alegre e co-promovido pela referida Associação Internacional em cuja 1ª Vice-Presidência eu estava, o Conselho Federal de Assistentes Sociais, a PUCRS Faculdade de Serviço Social, o Ateneo de Assistentes Sociales de Buenos Aires, e com o apoio de outras entidades. Reuniu 1.400 colegas de quase todos os países do continente e foi prestigiado pelo professor Heinrich Schiller, presidente da IASSW, e por delegação canadense.

Anos depois, realizou-se um terceiro encontro sobre a temática, em Lima, Peru, único país do continente a apoiar efetivamente o pleito argentino sobre as Ilhas Malvinas. No encontro de Porto Alegre atuaram novamente vários dirigentes e ex-dirigentes da ALAETS (Luiz Araneda, como relator geral; Beatriz de la Veja, Maria Cecília Tobbón e Seno A. Cornely).

Nunca mais a ALAETS-CELATS retomou o ritmo de um seminário por ano, nunca mais se reuniram as lideranças estudantis continentais, nem ocorreu isso com as lideranças gremiais/sindicais.

Com menos presença efetiva, o sistema ALAETS-CELATS foi diminuindo sua presença e sua visibilidade, e as crises começaram a se repetir.

Painel*

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Josefa Batista Lopes

Vice-Presidente ALAETS-CELATS Gestão 1983 1986

Presidente ALAETS-CELATS Gestão 1986 1990

Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da

Universidade Federal do Maranhão

Para mim foi uma satisfação participar deste seminário que expressa uma capacidade de organização e mobilização e resultará, certamente, em uma resposta adequada dos profissionais e dos estudantes brasileiros de Serviço Social às exigências organizativas dos assistentes sociais na América Latina, articulada às exigências históricas da imensa maioria do povo latino-americano. Tenho a expectativa de que este momento significará um impulso na organização político-acadêmica desses profissionais no continente, em um momento de profundos desafios para a organização e os processos organizativos da classe trabalhadora em crise em todo o mundo. A conferência do Atilio Borón e os nossos próprios estudos associados à nossa vivência atenta nos confrontos cotidianos da vida acadêmica e profissional dão-nos uma significativa dimensão do tamanho desses desafios na complexa realidade configurada a partir das profundas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no mundo desde a segunda metade do século XX sob a ideologia neoliberal.

O ponto de partida do debate que aqui se realiza é o significado da articulação e organização, em nível continental, dos profissionais de Serviço Social constituídas com base na formação e nos processos acadêmicos vivenciados por estes profissionais no amplo movimento social do continente latino-americano. A meu ver, é disso que estamos falando. É disso que nós temos que falar situando aí a ALAETS e o CELATS, os organismos mais expressivos dessa organização desde que foram criados no continente o primeiro na década de 60 e o segundo na década de 70 do século XX. E, desse ponto de vista, minha intervenção neste debate tem uma conotação de depoimento, considerando que a faço, fundamentalmente, com base em minha experiência na direção desses

* Integrantes da mesa: Dr. Seno Antônio Cornely - PUCRS; Drª marieta Koike - Universidade Federal de Pernambuco; Drª Margarita Rozas - Universidade Nacional de La Plata; Drª Josefa Batista Lopes - Universidade Federal do Maranhão; Drª Ivanete Boschetti Ferreira - Universidade de Brasília; Drª Maria Rosângela Batistoni - PUCSP; Dr. José Paulo Netto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedor.

organismos - primeiro como vice-presidente no período de 1983 a 1986 e como presidente, no período de 1986 a 1990 - em que pese o significativo esforço que tenho dedicado ao estudo sistemático dos processos que determinam a necessidade da organização internacional na América Latina, em particular dos assistentes sociais. Mas o fato de, no momento, centrar-se o debate sobre a ALAETS e o CELATS não deve significar perder de vista as outras formas e as outras vias de articulação e organização dos assistentes sociais na história de sua organização político-acadêmica no continente, uma vez que esta profissão tem uma história de articulação internacional, constituída, inicialmente, a partir do projeto da Igreja e, em seguida, também sob a égide do pan-americanismo. Não cabe agora tratar dessas formas de articulação, mas é necessário tê-las presente para melhor dimensionar e redimensionar o significado da ALAETS e do CELATS hoje. Qual a perspectiva desses organismos e a posição do Brasil em relação a eles.

Minha experiência, a partir da vice-presidência, é indicativa de um período em que se de um lado havia uma história de significativa participação de assistentes sociais brasileiros na articulação e organização dos profissionais de Serviço Social na América Latina, de outro lado havia um profundo desconhecimento desses processos por parte da massa profissional, mesmo nas Escolas de Serviço Social (à época, entes com direito à filiação a ALAETS). Isto, apesar de todo esforço de mobilização que o Seno Cornely fez como presidente dessa entidade e das relevantes contribuições que o CELATS já havia dado ao processo acadêmico e de organização dos assistentes sociais no Brasil. As entidades de representação da categoria no Brasil chegaram ao México, onde ocorreu minha eleição em 1983, sem uma proposta política ou eleitoral para ALAETS/CELATS. A eleição deu-se com base em um processo desencadeado pelas forças políticas que se articularam a partir de outros países, animadas pelo forte movimento que o Serviço Social no Brasil vivia naquele momento.

Em nível interno do país, como todos sabemos, profissionais e estudantes de Serviço Social viviam um intenso movimento, sob a direção da Associação Nacional de Assistentes Sociais ANAS, da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social ABESS, a atual ABEPSS, e da organização dos estudantes. Mas não se priorizava a participação nos processos de articulação latino-americana, não se vinha construindo essa dimensão organizativa. Por isto mesmo, como delegadas das entidades representativas do ensino (ABESS) e sindical ou gremial (denominação nos países hispano-americanos para a organização dos profissionais independente de seu caráter sindical), respectivamente, eu e Regina Marconi, ao sermos chamadas para participarmos de uma articulação de chapa, apresentamos uma significativa resistência. Tratava-se de uma convocatória para uma candidatura do Brasil: "o Brasil deve assumir uma vice-presidência". Era difícil aceitar na partida. Não estávamos discutindo a organização dos assistentes sociais em âmbito latino-americano, não estávamos discutindo a América

Latina, o que do nosso ponto de vista representava um problema para nossa participação. No Brasil discutia-se a organização nacional. Vivía-se no país o que considero um dos momentos mais ricos da história do Serviço Social no Brasil, sem nenhum demérito para os anteriores e posteriores até os nossos dias. A conjuntura nacional com as fortes manifestações de lutas sociais e das greves operárias, deflagradas no final da década de 70, era favorável e instigante para os debates e embates, nesta profissão sobre a urgente necessidade de superação dos fundamentos tradicionais da formação acadêmica e do exercício profissional, em consonância com as lutas que ocorriam no país e a perspectiva de uma alternativa econômica e política apontada por estas lutas. Era o início da década de 80, e mesmo os participantes mais novos aqui presentes, neste seminário, têm informações sobre este momento da história da profissão, fortemente marcado pelo que se convencionou chamar "Congresso da Virada", realizado em São Paulo, em 1979. É uma história recente da qual uma parte foi recuperada no livro "O Novo Sindicalismo e o Serviço Social" de Beatriz Abramides e Socorro Cabral.

Mas porque o debate sobre a América Latina e os organismos de organização da categoria no continente não foi colocado, com a devida relevância, na agenda do movimento nacional brasileiro dos assistentes sociais? Esta é uma curiosidade que cabe ser posta para uma reflexão coletiva neste momento de resgate histórico. Sobretudo, porque os organismos latino-americanos, particularmente o CELATS, estão na base do "Congresso da Virada". A virada não ocorreu mediante uma intervenção direta e imediata no âmbito do próprio congresso. Ela foi organizada a partir dos encontros nacionais realizados pela Comissão Executiva Nacional das Entidades de Assistentes Sociais (CENEAS), com o apoio financeiro e político-acadêmico do CELATS, como o encontro do Rio de Janeiro que contou com a presença ativa da diretora à época Leila Lima Santos. Naquele momento era clara a preocupação nos organismos latino-americanos com a organização político-profissional e com o desenvolvimento acadêmico nos diferentes países orientado por uma perspectiva de fortalecimento interno.

No entanto, o fato de não ter havido uma discussão anterior no Brasil sobre a participação da representação brasileira nas eleições não era considerado pela delegação da Nicarágua. A delegação deste país, que liderou desde o primeiro momento a articulação de uma chapa, fazia a convocatória para a participação do Brasil, considerando exatamente o movimento interno dos assistentes sociais e da grande massa de trabalhadores no país. Havia uma expectativa dos movimentos revolucionários internacionais (dos quais a Nicarágua era, naquele momento, uma importante referência) em relação ao Brasil. Foi, portanto, pela reconhecida dinâmica do movimento acadêmico e organizativo do Serviço Social no Brasil que esta articulação buscou, desde o início, a participação desse país, para ocupar uma das duas primeiras vice-presidências da ALAETS. Efetivamente fomos chamados a assumir uma vice-presidência numa aliança

com a Nicarágua. A articulação, coordenada por esta delegação, expressava, em grande medida, uma demanda do Governo Sandinista (á época carecendo ampliar seu apoio internacional face ao avanço da ofensiva dos "contra" que tinham o apoio dos Estados Unidos) para o qual era importante aprofundar os laços com os movimentos combativos no Brasil. Todas as entidades no país eram orientadas a disputar espaços nas entidades internacionais. Isto era um aspecto claro na articulação, embora não fosse abertamente colocado para a massa profissional participante dos eventos ALAETS/CELATS.

Superada a resistência do primeiro momento, decidiu-se participar, e, embora a ocupação do cargo tenha recaído sobre a representação da ABESS, assumimos a tarefa como uma responsabilidade do movimento nacional do Serviço Social brasileiro que deveria envolver, em uma dinâmica unitária, a ABESS, a ANAS (presentes e comprometidas com o processo desenvolvido no México) e a organização dos estudantes e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) a serem convocados. Entendeu-se, a partir daí, que era urgente o encaminhamento, no Brasil, do debate em torno da questão latino-americana e dos organismos de organização da categoria no continente.

Costumo dizer que nesse período a atuação da vice-presidência no país foi coletiva, desenvolvida por uma articulação das entidades nacionais, destacadamente ABESS e ANAS trabalhando esse projeto de mobilização da profissão em relação à questão latino-americana e articulando em torno da ALAETS e do CELATS.

Tratava-se de um debate difícil que, à época, as escolas não assumiam efetivamente. Todavia as entidades lograram introduzir e fazê-lo avançar nos eventos regionais e nacionais da categoria. Chegou-se a constituir uma articulação sistemática das entidades do movimento dos assistentes sociais para as questões da América Latina a partir da qual, além de se coordenar estas ações, convocou-se e realizou-se um encontro nacional, em Salvador, Bahia, preparatório ao Seminário Latino-americano de 1996, realizado em Medellín. Este encontro, que contou com participação de Emir Sader, entre outros estudiosos da questão latino-americana e das relações internacionais, produziu um debate acadêmico-político importante, em grande parte registrado Cadernos ABESS nº 2. Aí Sader lembra uma tese segundo a qual o Brasil "sempre esteve de costas para a América Latina e virado para Europa". O encontro de Salvador representou uma síntese dos esforços que vinham sendo empreendidos e, ao mesmo tempo um significativo avanço em relação ao debate do tema. A agenda, além de incluir a questão latino-americana e o significado das entidades dos assistentes sociais em seu âmbito, incluiu também a perspectiva de participação do Brasil nas eleições daquele ano, agora na presidência da ALAETS e, por consequência do conselho diretivo CELATS. Tinha-se aí, portanto, uma demanda político-eleitoral ao lado da questão acadêmica que se apresentava como uma exigência de se criar mecanismos sólidos e permanentes de modo a garantir este debate sobre a questão internacional - e nela as especificidades da América Latina e a formação profissional. Ao assumir a presidência destas organizações

tive maior clareza quanto à urgência de dar encaminhamento ao atendimento desta exigência, particularmente em relação ao Serviço Social no Brasil.

Neste sentido destaco três eixos de iniciativa. Duas delas, conforme indicado antes, envolvendo as entidades nacionais de organização dos assistentes sociais no país, quais sejam: a) a constituição do que se chamou articulação das Entidades de Serviço Social para as questões latino-americanas; b) o esforço de inclusão sistemática das questões latino-americanas no debate nacional, a partir dos eventos nacionais, regionais e locais. A terceira foi uma experiência mais restrita, porque de iniciativa de uma unidade de ensino: trata-se da introdução da disciplina "Questão Social e Relações Internacionais", como disciplina obrigatória - tendo como um dos eixos centrais a América Latina - no currículo do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, onde exerço a docência.

Nesta linha de reflexão fica claro que estou privilegiando o significado e os fundamentos das relações internacionais da articulação do Serviço Social na América Latina, com uma relativa autonomia em relação à ALAETS e ao CELATS e à crise vivida por estes organismos, cujo delineamento inicia-se na gestão anterior à minha, determinada em maior medida pela perda do financiamento da Fundação Konrad Adenauer, mas também pelo esgotamento histórico das funções do CELATS, conforme definidas em sua origem. Considero a crise que tanto tem angustiado os seus dirigentes, há mais de uma década, um tema muito bem formulado antes, nesta mesa, por Margarita. Como diretora do CELATS, antecedida por Tereza Quiroz, no período em que fui presidente e tendo continuado ainda após o fim do meu mandato Margarita tem um amplo domínio sobre esta crise, bem como já formula indicações claras para um posicionamento dos profissionais do continente em relação à sua superação com criatividade na (re)construção de algo novo e efetivo.

Portanto, sem minimizar a crise, posso então avançar em minha reflexão privilegiando os fundamentos das relações internacionais da articulação do Serviço Social na América Latina. É importante destacar que a inserção do Serviço Social latino-americano nas relações internacionais, como é sabido e foi dito antes (a partir de articulação continental, mas, sobretudo, a partir de cada país), não se inicia com ALAETS e CELATS. Tem-se já indicações relevantes, como as feitas por Manrique, sobre as demandas e as formas de inserção da profissão nestas relações entre as quais se destaca o pan-americanismo cuja história, por si só, por sua complexidade, merece uma pesquisa. Cabe destacar que a criação do CELATS, em 1972, colocava a necessidade de superação das velhas formas de inserção e a constituição de novas bases para as relações internacionais do Serviço Social latino-americano, a partir de uma crítica a seus fundamentos no âmbito do imperialismo norte-americano.

Evidentemente, a preocupação que se impõe aqui é pensar a questão hoje, com base no expressivo avanço acadêmico e político alcançado pelo Serviço Social no

continente. Importa, portanto, ter uma clara visão crítica sobre o significado das relações internacionais e a perspectiva de promover formas organizadas de relações internacionais desta profissão; em particular tendo o continente latino-americano como referência, para que a profissão continue avançando cada vez a passos mais largos e firmes, na medida em que hoje reúne condições acadêmicas e políticas mais favoráveis. Conforme, analisado por Atilio Boron e já destacado nesta mesa de debates por Margarita, os desafios são enormes neste momento em que a mundialização do capital atinge o seu apogeu com a classe e os países detentores do capital tendo alcançado todos os cantos do "globo terrestre", sob a ideologia do chamado neoliberalismo e a hegemonia norte-americana. Fala-se de um novo colonialismo e uma nova versão do pan-americanismo com o redimensionamento de organizações transnacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja função histórica foi colocada a uma dura prova com a recente ocupação do Iraque pelos Estados Unidos a partir de uma decisão unilateral independente de uma deliberação da ONU.

É um momento em que as instituições tradicionais de mediação da luta política dos trabalhadores, como os sindicatos e os partidos políticos com base nesta classe, vivem uma profunda crise, fundada em um complexo de determinantes. Destes cumpre destacar: 1) primeiro, e fundamentalmente, a reestruturação do capital com base na flexibilização da organização da produção e do trabalho, entre os mecanismos de administração da crise aguda do capital, ocorrida na década de 70; 2) o desmonte do Estado de Bem Estar nos países, onde este foi constituído, ao lado da perda de perspectiva de constituir-lo nos países onde os trabalhadores ainda lutavam neste sentido, como é o caso dos países latino-americanos, que seguindo os preceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, extinguem direitos sociais mínimos, assegurados ao longo da história; 3) o fortalecimento da cultura de direita, com a afirmação da autodenominada "nova direita", ao mesmo tempo em que se aprofundou a crise da esquerda, com a completa derrocada da experiência do chamado socialismo real, em 1991.

Este complexo de determinantes atua na subjetividade da classe trabalhadora e nas condições objetivas de sua organização como classe que, sob estas condições, antes de se organizar para lutar por melhores condições de trabalho, por garantia de direitos e pela constituição de uma nova cultura são impelidos à luta pela manutenção ou criação de postos de trabalho a qualquer custo, tendencialmente precarizados em todo o mundo. Nos países da periferia do capitalismo, como os países da América Latina, a questão se manifesta de modo ainda mais complexo na medida em que só faz agravar uma situação que já era muito difícil face às condições gerais de subdesenvolvimento e aos elevados índices de pobreza que estes países estão condenados a manter enquanto pagam a imensa e crescente dívida interna e externa. Atilio Borón e Margarita Rosas fizeram indicações relevantes sobre a situação da Argentina, destacando a grave crise

vivida por este país e as lutas empreendidas na perspectiva de sua superação. Em particular merece destaque a observação de Boron quanto à expectativa das forças democráticas e de esquerda em relação aos rumos que serão dados ao Brasil, a partir da conquista do governo central pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com a eleição de Lula. Atilio aponta para o fato de que as perspectivas de cada um dos países do continente, em particular os do Cone Sul, estão irremediavelmente vinculadas às perspectivas dos outros. É, evidentemente, a senha que conduz à articulação e organização de todos os segmentos da sociedade civil que se opõem à grave situação do momento e se dispõem à resistência para o seu enfrentamento e a árdua tarefa de construção de uma alternativa da qual o PT pretendeu, em sua origem, ser um mediador no Brasil. Seria, então, a construção da alternativa a partir do Estado, ou mais certamente que, no poder do Estado, cumpria uma função essencial nesta construção.

Além dos sinais de que o PT - com base em seus primeiros meses no governo - abdicou do compromisso com este projeto, seguindo a tendência dos partidos de esquerda no mundo, a luta social mantém vigência histórica e a organização política da resistência uma necessidade. Portanto, entendo que é no campo da resistência e da luta internacional que se justifica o esforço aqui empreendido para a articulação e a organização político-acadêmica dos assistentes sociais brasileiros, em torno da articulação e organização político-acadêmica dos assistentes sociais na América Latina. Impõe-se, neste sentido, a vinculação ao movimento internacional que tem hoje como marco de referência e partida as manifestações de Seattel, mas tem avançado, procurando consolidar-se e ganhar consistência organizativa e política no que já se conhece hoje como Fórum Social Mundial. Trata-se de um movimento articulado e sustentado por uma ampla rede de organizações de mediação política da luta social: algumas tradicionais, como sindicatos e partidos políticos de esquerda, ainda que em crise; mas são, sobretudo, organizações constituídas a partir de motivações não sindicais (pelo menos nos termos tradicionais) ou partidárias. Nele, a organização dos blocos de países constitui-se um aspecto relevante a ser considerado, como um dos mecanismos de controle social do capital.

Eu diria que qualquer perspectiva de articulação e de organização nossa, passa pelo debate da questão internacional e das particularidades da América Latina no movimento de mundialização do capital e da luta social como referência das questões acadêmicas. Coloca-se uma exigência de aprofundamento de nossa consciência sobre a América Latina no atual movimento de mundialização e o significado histórico do Brasil no continente e no mundo. Desse ponto de vista, portanto, a ALAETS é atualíssima. Cabe ao Serviço Social no Brasil assumir um papel mais ativo, orientado por uma política continuada de nossas entidades nacionais, dispondo-se a exercer a função histórica que lhe é demandado como contribuição para os processos de libertação dos povos da América Latina. Essa é a minha contribuição.

Painel*

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Marieta dos Santos Koike

Fiscalia Junta Diretiva ALAETS-CELATS Gestão 1995-2001

Agradeço à ABEPSS e ao CFESS a honrosa oportunidade de participar desta Mesa com companheiros e companheiras de tamanha importância para o Serviço Social no Brasil e na América Latina, ao mesmo tempo em que lamento duas grandes ausências: das companheiras Maria Cecília Vega Guzmán, ex-Presidente da ALAETS nas gestões das quais participei, conferencista convidada para esta Mesa, mas que, por motivo de força maior, não pôde comparecer, o que justifica minha presença nesse debate, e Carmelita Yazbec, com a qual, Diretora do CEDEPS, tive a honra de compartilhar como Presidente da ABESS, hoje ABEPSS, da eleição da Junta Diretiva da ALAETS-CELATS, na Guatemala, em julho de 1995.

Cabe-me falar de situações recentes de ambas as entidades latino-americanas. Especificamente, o período compreendido entre 1995 e 2001, quando integrei a Junta Diretiva da ALAETS no cargo que, no Estatuto da organização, se chama Fiscalia. Afora as funções coletivas da Junta, as atribuições próprias à Fiscalia são zelar pelo cumprimento dos Estatutos; avaliar a execução do programa de trabalho e a gestão econômica da instituição.

Vou destacar três pontos que considero os mais relevantes para o debate, considerando o tempo disponível para esta intervenção.

Primeiro, o que eram ALAETS-CELATS em 1995, como as encontrei ao ser eleita no XV Encuentro Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, ocorrido na Guatemala, no mês e ano já mencionados. No segundo, vou tentar caracterizar um pouco as demandas das escolas e das entidades profissionais nesse período. E, por fim, farei uma breve análise da relação das entidades do Brasil com ALAETS/CELATS, onde eu vou me permitir expressar opiniões formuladas a partir da permanência como membro da Junta Diretiva, em duas gestões seguidas. Opiniões, agora, ainda mais reforçadas com agregações que venho desenvolvendo em análises a posteriori. O afastamento e o

* Integrantes da mesa: Dr. Seno Antônio Cornely - PUCRS; Drª Marieta Koike - Universidade Federal de Pernambuco; Drª Margarita Rozas - Universidade Nacional de La Plata; Drª Josefa Batista Lopes - Universidade Federal do Maranhão; Drª Ivanete Boschetti Fereira - Universidade de Brasília; Drª Maria Rosângela Batistoni - PUCSP; Dr. José Paulo Netto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedor.

próprio tempo vão me fazendo compreender melhor o que antes parecia opaco e sem conexão.

O primeiro ponto, consta dos informes que, como presidente da ABESS e como Fiscalia na ALAETS, foram enviados para as Unidades de Ensino do país, bem como dos relatórios da própria Junta Diretiva e Relatório Final da gestão encerrada em dezembro de 2001, em Lima - Peru, distribuído pela ABEPSS, em 2002, a todas as Escolas de Serviço Social do Brasil.

Vou fazer, portanto, apenas uma brevíssima síntese, remetendo para a plenária as questões que necessitem de maiores detalhamentos.

Inicialmente, devo dizer que ao chegar à Guatemala, em 1995, como presidente da ABESS, juntamente com a Diretora do CEDEPSS, já encontramos a demanda para o Brasil assumir a Vice-Presidência do Cone Sul ou mesmo a Presidência da Entidade. A essa expectativa, ou melhor, a dessa conversação/possibilidade, nós declinamos, alegando vários motivos, dentre eles a falta de discussão, no país, da ABESS com o conjunto das Unidades de Ensino e com as demais entidades, CFESS/CRESS e ENESSO, com as universidades e outras instituições do país, acerca da participação nacional nas entidades latino-americanas. No entanto, para tornar a decisão mais coletiva, todos os brasileiros e brasileiras presentes ao evento, mais ou menos 60 pessoas, entre docentes, profissionais e estudantes de Serviço Social, foram convocados pela ABESS/CEDEPSS para discutir a questão. Em mais de uma ocasião o problema foi tratado, centrando o debate em torno daquilo que no Brasil era prioridade no momento: a revisão curricular. Quando em Londrina, em 1994, ao ser eleita a Diretoria da ABESS-CEDEPSS, as diretrizes definidas por aquela Assembléia Geral, dava precedência à revisão curricular. Imediatamente ao processo haver sido deflagrado, já se encontrava em pleno curso, mobilizando as energias do conjunto das Unidades de Ensino. Outro aspecto da reflexão era a falta de debate no país, nos últimos anos, acerca das entidades que congregam as Escolas e Grêmios profissionais e estudantis na América Latina. Como, então, ir para a Guatemala e voltar com um cargo que envolve a enorme responsabilidade de coordenar e promover ações no âmbito de diferentes países? Avaliou-se e entendeu-se que uma forma de o Brasil não ficar completamente de fora e nem assumir encargos tão amplos e complexos seria participar da Junta Diretiva na condição de Fiscalia.

Seis meses depois do Encontro da Guatemala, a Junta Diretiva realizou, pela primeira vez, uma reunião de trabalho em Lima, na sede do CELATS. Essa reunião da Junta Diretiva foi precedida de algumas viagens e de providências emergenciais que a Presidenta, professora Maria Cecília Vega de Guzmán, residente na Costa Rica, havia tomado em relação ao funcionamento das entidades. Na oportunidade, passei a tomar conhecimento do que era o CELATS, do qual eu tinha uma imagem importante, por tudo o que dele conhecia, sobretudo, a produção concernente ao processo de reconceituação do Serviço Social, de onde o mesmo havia sido conduzido e ganho visibilidade. Eram

também bastante vivas as repercussões das presenças das assistentes sociais brasileiras Leila Lima e Josefa Batista, respectivamente na direção do CELATS e ALAETS. Pois bem, senti-me chocada com o que vi. Não encontrei naquele Centro o mais pálido resquício dessa movimentação, desse debate e dessa construção que aqui foi apresentada pelos que me precederam nesta Mesa. O que eu encontrei: o CELATS havia se transformado numa ONG da cidade de Lima. Nem sequer tinha hoje eu não sei, mas na época não tinha âmbito nacional; sua atuação era visivelmente municipal, embora desenvolvesse programas de educação à distância para alguns países da região. Mas, mesmo no Peru, não tinha uma atuação em todas as Escolas de Trabalho Social. Ele atuava em Lima com programas junto a crianças em situação de risco na rua e com mulheres na periferia de Lima. Encontrei o patrimônio físico e cultural bastante deteriorado. A casa e a biblioteca bastante danificadas. A gráfica, completamente arrasada, muita umidade ameaçando o acervo cultural empilhado de qualquer jeito; enfim, tudo muito precário. Era evidente o descolamento das entidades ALAETS/CELATS, porque não dá para separar uma da outra em relação às escolas, ou seja, em relação aos objetivos preconizados em sua fundação. Foi logo detectado que algumas escolas solicitavam assessoria e que esta seria efetivada pelo diretor executivo, mas sem retorno pedagógico ou acadêmico para a entidade. Prosperava na instituição, e aqui é o CELATS, uma perspectiva mercantil, situação que desde o começo da gestão estabeleceu um relacionamento tenso entre ALAETS e CELATS, isto é, entre os diretores da ALAETS e as equipes técnicas coordenadas pelo Diretor Executivo do CELATS. Era evidente a existência de dois projetos. O CELATS, querendo embarcar no processo de globalização, achando que daí poderia tirar bastante proveito com a prestação de serviços, como venda de cursos de capacitação e atualização profissionais, pós-graduação, todos projetos mercantilizados, pois a meta era angariar fundos para a instituição se manter, não estando presentes os objetivos acadêmicos da organização. A Junta Diretiva da ALAETS, unanimemente constituída de pessoas vinculadas ao projeto histórico, fundador da entidade defendia o seu fortalecimento político-institucional vinculado a uma perspectiva de superação da histórica situação de dependência e miséria em que vive mergulhada a região. Com este confronto de projetos, aqui tão somente delineados, as relações foram se tornando mais e mais conflitivas, sobretudo na fase final da gestão, com a disputa eleitoral, quando o projeto de privatização do CELATS foi apresentado publicamente durante o XVII Encontro Latino-americano, realizado em Lima, em novembro de 2001.

Ainda naquela primeira reunião de trabalho da Junta Diretiva, encontramos também várias demandas trabalhistas de ex-funcionários ou ex-dirigentes do CELATS, que ameaçavam e devem continuar ameaçando o patrimônio, porque a justiça do trabalho pode dar ganho de causa e mandar executar medidas que sejam, a qualquer momento, danosas ao patrimônio. Sobre a perda da casa, foi verificado que não tem como vender a sede do CELATS, porque, felizmente, as leis peruanas não permitem

porque se trata de doação. Aqui eu aproveito para dizer que na condição de Fiscalia sugeri, e com respaldo de toda Junta Diretiva, uma auditoria contábil acompanhada de uma avaliação dos processos internos de funcionamento da entidade. Outra medida tomada, consensualmente, pela Junta, foi a destituição do Diretor Executivo do CELATS, o qual foi substituído pela Presidente da Associação de Escolas de Serviço Social do Peru.

A Junta analisou que esta companheira, que naquele momento era Presidente da entidade das escolas do país, seria a pessoa com maior legitimidade e maior possibilidade de desenvolver um trabalho diferente daquele que vinha sendo feito na entidade. No entanto, o processo demonstrou que a gestão da entidade requeria novos procedimentos. Houve então uma sucessão de tentativas que obviamente pouco tinham a ver com questões de perfis pessoais e sim com problemas estruturais muito mais profundos.

Na metade da gestão descobriu-se que a ALAETS não tinha, como ainda não tem, personalidade jurídica. Portanto, a entidade não tem condições legais para convocar assembléias e tudo mais. Começou-se então um trabalho que resultou num verdadeiro imbróglio jurídico. O CELATS só tinha condições de se mover porque uma assistente social de Lima tem poderes cartoriais para representá-lo legalmente. Essa companheira subestabelece poderes a cada gestão da ALAETS-CELATS, de tal forma que a instituição fica ao arbítrio dessa pessoa repassar ou não direitos. Esta situação permaneceu até o último dia da gestão e provavelmente ainda continua. Foi necessário contratar assessoria jurídica especializada para o caso, o que de certo modo contribuiu para aumentar os encargos financeiros da entidade.

Sobre as demandas das Escolas, vou pontuar o que tem a ver com essa discussão da relação entre as entidades que congregam as unidades formadoras dos assistentes sociais na América Latina e as associações e grêmios que respondem pelo exercício profissional na região. Todos nós somos capazes de reconhecer o significado para a América Latina da crise capitalista em curso. Ou melhor, o significado do movimento de contratendências à crise, formas de enfrentamento que o capital engendra para fazer face aos seus próprios limites. Sobre a questão, vou apenas referir que os processos de extração de mais-valia se reatualizaram; que a relação capital-trabalho tornou-se mais antagônica com a precarização das condições de trabalho, com a destruição dos direitos sociais, com o desemprego e o enfraquecimento dos sindicatos e suas lutas, com a privatização do que era público, com destaque para a educação superior e a instituição que a promove, a universidade. E, isso, sem falar da mercantilização da previdência, da assistência e da saúde, tudo auspicado pela ideologia e pelos princípios do neoliberalismo que invadem o Estado e as práticas das classes sociais na região. Por trás desse movimento que o capital desencadeia para encontrar saídas para sua crise, estão agências globais, cuja função é zelar pela valorização e acumulação do capital. E aqui eu destaco o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial do

Comércio, esta última responsável pela ampliação e constituição dos mercados regionais articulados mundialmente, como a ALCA que está às nossas portas e que certamente vai consolidar as novas formas de imperialismo, aprofundando mais ainda a histórica subordinação de nossos periféricos países.

Este é, em largos termos, o terreno em que nos movemos nesse momento. É o terreno em que se movem as nossas entidades que organizam a formação profissional e o exercício profissional regionalmente. Nesse cenário, as demandas da formação e do exercício profissionais são, antes de tudo, para o entendimento do que está ocorrendo. Compreender a natureza, a lógica, a direção e tendências das transformações como condição das escolas e dos profissionais se situarem. Há perplexidade e desconstrução das identidades institucionais, políticas e até mesmo éticas, diante do desmonte do Estado, da perda dos direitos, do desmantelamento das políticas públicas, da reconfiguração do mercado de trabalho, da precarização que se generaliza configurando a barbárie. As escolas e os grêmios expressam tudo isso nos Encontros Regionais, nas reuniões e em qualquer evento ao qual compareçam. Algumas escolas fecharam nesse período na América Latina. Outras, transformaram-se em cursos de gerência social, outras se fundiram com cursos de sociologia, muitas foram privatizadas, seus cursos passaram a ser pagos e as práticas acadêmicas mercantilizadas, redefinindo completamente seus referenciais, suas condições de funcionamento e sua própria lógica.

E nisso eu considero lastimável que ALAETS/CELATS não tenham condições de responder às demandas apresentadas. Há também imensa necessidade de capacitação, cursos de pós-graduação, qualificação, reciclagem, pesquisas e o que mais possa fortalecer a categoria. E aí também a entidade latino-americana não tem tido condições de dar respostas. Mas nesse quadro das demandas existem, também e eu não posso omitir, aqueles que se engajaram nos processos de reestruturação acreditando numa inevitável globalização capaz de trazer perspectivas para o trabalho social e aumento das chances de maior e melhor inserção internacional, tanto para a região quanto para os trabalhadores sociais demandas para que o CELATS e a ALAETS sejam ofensivos no sentido de desencadear suas próprias estratégias mercadológicas disputando com outras organizações não-governamentais seus espaços de inserção no empresariamento de serviços. Sobretudo, esse projeto adquiriu visibilidade maior no XVII Encontro, já mencionado, quando foi eleita a atual Junta Diretiva. Temos hoje, bastante configurados, dois projetos que disputam a hegemonia em torno das duas entidades: o da adesão total aos imperativos do mercado e o de continuidade ao projeto fundador, com o qual me alinho e todos os demais membros da Junta Diretiva também, reconhecendo todavia a imperiosa necessidade de mudanças na concepção, nos objetivos, meios e modos de estruturação e funcionamento das organizações. Na disputa de projetos, a ALAETS não tem tido condições de partir para o enfrentamento organizado, qualificado e estruturado. Mantiveram-se resistências e oposições com as armas possíveis de

arregimentar em cada situação, por exemplo, articulando os participantes dos encontros e eventos, aglutinando as críticas e insatisfações, participando das disputas e, em última instância, decidindo com o voto democrático e livre. Foi assim que aconteceu nessa última eleição, quando os dois projetos se debateram e se confrontaram durante todo o evento. Evidente que é pouco. Expressa que não existe uma articulação construída, que não existe um processo com ramificação nos países. Os intelectuais orgânicos do trabalho social crítico na América Latina estão dispersos, e as entidades estão nacionalmente isoladas.

Com tudo isso quero afirmar a importância de rearticular, refundar, recriar, ou que movimento se queira chamar, a ALAETS. A aglutinação das escolas, das associações e grêmios profissionais na América Latina, ao meu ver a única forma de, política e pedagogicamente, se fazer um enfrentamento das questões que vou resumir em dois vetores: a educação e as condições de trabalho. Isso constitui o miolo, o eixo dos projetos que estão em disputa. O que fazer com a ofensiva de mercantilizar a educação superior? O que fazer com as universidades e com o patrimônio cultural e científico que elas acumularam na América Latina? Colocar tudo a serviço do capital? O que fazer do exercício profissional? Abrir mão, consentir, aderir ao processo de destruição dos poucos direitos sociais tão cruelmente conquistados pelos trabalhadores da América Latina? Que estratégias desenvolveríamos para utilizar e qualificar ética, crítica, política e tecnicamente as escolas, a formação profissional e o exercício profissional? São questões que só poderão ser enfrentadas por entidades fortes, articuladas, implementando ações subordinadas a uma direção com princípios muito claros construídos coletivamente e democraticamente.

Por fim, a relação das nossas entidades nacionais com ALAETS/CELATS. Historicamente, as referências são as mais honrosas e dignificantes possíveis para o Brasil. Os depoimentos de companheiros e companheiras de outros países são os mais elogiosos às marcas deixadas pelos Assistentes Sociais brasileiros que passaram pelas duas entidades. Há reconhecimento ao avanço do Serviço Social no Brasil, nos últimos 25 anos, e o desejo de que nossas organizações se voltem para a região. A ABEPSS é membro fundador, associada, filiada à ALAETS e, como tal, tem direitos e deveres. Então me parece inócua essa discussão bipolar, se o Brasil entra ou não entra, se vai ou não vai participar da ALAETS. Nós já somos parte, então me parece que a questão é outra e eu a vejo por duas dimensões.

A primeira dimensão, formal, se assume cargos e funções, e aí eu respondo pela ABESS de 1994-1998. Desde 1995, na Guatemala, era para o Brasil assumir o Cone Sul ou mesmo a Direção da Junta. Declinamos. Era uma espécie de rodízio e seria, então, a vez do Brasil. Declinamos da vez para dar prioridade ao nosso processo nacional de construção do novo currículo que mobilizava todas as energias das três entidades: ABESS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO. Novamente no Chile, em 1999, também foi

levantada a possibilidade de o Brasil assumir, e mais uma vez foi recusado porque não tinha havido nenhum debate aqui nas entidades e nos encontrávamos em um embate com o MEC acerca da reestruturação das diretrizes curriculares. Enfim, não tínhamos condições objetivas de assumir a presidência da entidade ou, pelo menos, o Cone Sul. Novamente foi avaliado que não tínhamos condições. Nesse último Encontro, em Lima, reuni companheiros e companheiras e fiz uma torcida para que o Brasil aceitasse, mas perdi. A avaliação que foi feita é que não tínhamos ainda condições para tal, mas que poderíamos sediar um evento regional do Cone Sul, num prazo de seis meses, no Rio de Janeiro, para discutir a questão. Penso que nesse encontro de Lima o grupo que tomou essa decisão o fez mais conscientemente do que na Guatemala. E por que isso? Simplesmente porque, por deliberação política e ética da Junta Diretiva que encerrava a gestão, colocamos todas as informações disponíveis para os participantes do evento e membros da Assembléia Geral. As duas entidades foram postas pelo avesso, o que não foi feito na Assembléia da Guatemala. O que certamente teria diminuído meu impacto ao entrar em contato com a realidade da ALAETS e CELATS.

A outra dimensão da questão é política. Penso que está claro que a realidade mostra a importância e a necessidade de se investir no debate, na troca e na disputa dos projetos que estão colocados hoje na América Latina e que nos afetam diretamente. Caso contrário, será melhor continuarmos isolados, construindo nós mesmos nosso projeto ético-político-pedagógico? Qual o alcance desse projeto confinado aos nossos próprios muros? Falando desse modo estou fazendo uso da força de expressão, pois já temos articulações no âmbito do Mercosul, embora, ainda, sem quase nenhum rebatimento no restante da América Latina. Não encontrei ressonância em nenhum outro país, a não ser na Bolívia e no Uruguai, acerca do que se discute em termos do Serviço Social, no Mercosul.

Para concluir, expresso a opinião formulada desde a minha experiência na ALAETS, reforçada com o que agreguei em debates anteriores, como o realizado em João Pessoa, a convite da ABEPSS Regional e com as análises que encontrei nesse evento com ponto de pauta específica para discutir e deliberar sobre as relações entre nossas entidades e ALAETS-CELATS. Considero uma exigência a articulação orgânica das escolas, dos docentes, dos estudantes e dos profissionais do Serviço Social, através das suas entidades, para construir, conjunta e democraticamente, formas políticas de enfrentamento do projeto que fortalece o neoliberalismo, a globalização e as novas formas de o imperialismo se exercer na América Latina. Só com movimentos políticos fortemente articulados seria possível fazer a crítica desse processo, tencionar a Ordem, elevar as consciências, qualificar e dar organicidade à resistência.

A forma de fazer e por onde começar: a matriz teórica e prática que inspira nosso projeto ético-político-pedagógico demonstra ser a partir e por dentro do que existe. O velho, criando possibilidades para o novo. E quem tem capacidade de

convocação é ALAETS. Ela tem essa qualidade, por mais caduca, esvaziada e quase morta que esteja. Todas as vezes que convocou eventos, sempre compareceram em torno de 400 a 500 pessoas ávidas de debates, de compreensão do que está ocorrendo, de busca de possibilidades de sair da precaríssima situação em que as escolas e a profissão se encontram na região. Penso que é dessa forma, o conjunto dos países discutindo e amadurecendo o que e como fazer para dar dignidade, legitimidade e organicidade às entidades da categoria para, a partir de seu próprio fortalecimento, contribuir na luta política maior que se desenrola na América Latina.

Painel*

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Ivanete Salete Boschetti Ferreira
Presidente ABEPSS Gestão 1998-2000

Não poderia iniciar sem reconhecer e parabenizar o esforço e o sucesso deste encontro organizado pela ABEPSS que, a partir da assembléia realizada em Juiz de Fora em dezembro de 2002, transformou uma deliberação em um evento teórico-científico, indo muito além do que tinha sido indicado, e isso tudo após quatro meses de gestão.

Vou refletir sobre a temática sobre a articulação latino-americana a partir da minha experiência na diretoria da ABEPSS, que começou em dezembro de 1997, quando assumi a vice-presidência da Região Centro-Oeste. Foi uma gestão de um ano, sob a presidência do Reinaldo Pontes. Depois, em dezembro de 1998, assumi a presidência da ABEPSS na gestão de 1998 a 2000. As questões que colocarei estão, assim, fundamentadas na experiência que tive de 1997 a dezembro de 2000.

Começarei apontando cinco pressupostos que sustentam algumas questões que vou problematizar, com vistas a discutirmos possibilidades, condições e direção da articulação latino-americana. Na minha opinião, a necessidade e a importância da articulação não são questionáveis nem estão em discussão. Acredito que esta seja uma posição de todos, inclusive minha. Então o primeiro pressuposto que eu gostaria de sinalizar é, exatamente, o reconhecimento de que a articulação latino-americana, com direções críticas, é uma estratégia fundamental para enfrentar as políticas neoliberais que mercantilizam a educação, fragmentam o ensino e encurtam o processo de formação profissional. Desse modo, defendo que não é qualquer articulação que devemos fazer, mas uma articulação com direções críticas que encaminhem um projeto que tenha similitude com nosso projeto ético-político-profissional.

O segundo pressuposto parte da premissa de que a articulação deve passar, necessariamente, pelo reconhecimento e respeito à história e à memória das entidades, tanto as nacionais (como ABEPSS, CFESS, ENESSO) quanto as internacionais (ALAETS e

contato individual com os organismos de base (no nosso caso a ABEPSS) e, também, da própria Marieta, que nos enviavam as correspondências apontando a situação da ALAETS/CELATS. O esforço de tentar enfrentar e resolver essas dificuldades era bastante claro, e elas buscavam o apoio das entidades de base filiadas.

Eu queria lembrar essas dificuldades e colocar a partir delas algumas questões para balizar a nossa discussão. Acho que é importante resgatar várias propostas apresentadas naquele período (1999-2000), com o objetivo de entender se essas propostas conseguiram resolver as dificuldades e, caso não as tenham resolvido, entender por quê? É muito importante compreendermos por que algumas dificuldades históricas não conseguem ser resolvidas. Fica muito difícil avançar na discussão sem entendermos qual é a nossa possibilidade de participar de um projeto de construção e enfrentamento dessas dificuldades. Isso considerando, o pressuposto que coloquei no início sobre a importância de conhecer objetivamente as condições estruturantes de qualquer articulação institucional. E é nesse sentido, então, que vou colocar quatro questões que têm relação com as quatro dificuldades centrais nesse processo de constituição e desenvolvimento da ALAETS e do CELATS nesses últimos anos.

A primeira dificuldade que vivemos quando estávamos na ABEPSS foi a dificuldade de articulação dos organismos de base, no caso a ABEPSS com a ALAETS. Havia uma dificuldade muito grande de articulação e relação institucional. Nos três anos que estive na ABEPSS não recebemos nenhum tipo de contato do vice-presidente regional. Todas as informações que a ABEPSS recebeu nesse período vinham da Marieta, que era do Conselho Fiscal, e não cabia a ela esse papel, de fazer articulação latino-americana. Da vice-presidência regional não recebemos nada em três anos. Essa dificuldade de articulação revela a extrema fragilidade da ALAETS com as vice-presidências regionais e destas com os organismos de base filiados. O que nós temos que considerar a partir da constatação dessa dificuldade é: quais são as razões que levam a essa dificuldade? Ela se deve a quê? À forma de estruturação e organização do CELATS e ALAETS hoje? À falta de estrutura das vice-presidências regionais? À falta de estrutura material e financeira da ALAETS na estruturação e manutenção das vice-presidências regionais? A um desinteresse dos organismos de base na relação com essas vice-presidências regionais?

Para discutirmos a inserção e a criação de vínculo orgânico entre ABEPSS e ALAETS, na perspectiva possível de assumir ou não a vice-presidência regional, é preciso que tenhamos clareza de quais são as condições que a ABEPSS vai encontrar assumindo ou criando esse vínculo orgânico com a ALAETS. A ABEPSS vai ter apoio político e material da diretoria executiva da ALAETS? Terá condições de reconstruir essa articulação entre os países do Cone Sul, que parece estar profundamente esgarçada? Quais são as escolas filiadas no âmbito dos países do Cone Sul hoje?

Uma segunda dificuldade tem profunda relação com o funcionamento

* Integrantes da mesa: Dr. Seno Antônio Cornely - PUCRS; Drª marieta Koike - Universidade Federal de Pernambuco; Drª Margarita Rozas - Universidade Nacional de La Plata; Drª Josefa Batista Lopes - Universidade Federal do Maranhão; Drª Ivanete Boschetti Ferreira - Universidade de Brasília; Drª Maria Rosângela Batistoni - PUCSP; Dr. José Paulo Netto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedor.

CELATS) e, sobretudo, ao seu papel de reconstrução do Serviço Social na América Latina e no Brasil em especial. É importante deixar isto bem claro, porque todos sabemos da importância dos investimentos dessas entidades na reconstrução e socialização do pensamento crítico no âmbito do Serviço Social e fora dele. Só para ilustrar, foi uma das pesquisas apoiadas pelo CELATS, que mais tarde originou o livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, que até hoje é um dos sustentáculos do nosso currículo e estrutura a discussão e a relação do Serviço Social com o trabalho.

Um terceiro pressuposto é a certeza de que a consolidação do nosso projeto ético-político-profissional implica que este não seja um projeto endógeno, que não deve ser um projeto voltado apenas para o Brasil, que deve estar voltado para fora do Brasil. Não é um projeto só para o Serviço Social brasileiro; é muito mais do que isso, na medida em que se sustenta na recusa e na crítica ao conservadorismo, que tem uma preocupação e uma orientação de mudanças e de articulação com direções políticas, críticas e com uma perspectiva de enfrentamento às políticas neoliberais. Assim, não é um projeto do e para o Serviço Social brasileiro; é um projeto de Serviço Social para a América Latina, e qualquer articulação, creio eu, deve ser sustentada por essa perspectiva.

O quarto pressuposto é uma crença que eu tenho que toda e qualquer articulação política e vinculação orgânica coletiva a uma instituição deve estar respaldada e sustentada em duas condições básicas: (1) para fazer qualquer articulação ou vínculo orgânico precisamos ter conhecimento objetivo da situação e das condições materiais, políticas, jurídicas e financeiras dos sujeitos envolvidos nessa articulação e no vínculo desejado; (2) os espaços institucionais são, na verdade, meios para construir e materializar projetos coletivos; só tem sentido uma articulação ou a construção de vínculos orgânicos entendendo aqueles espaços como caminhos para materializar determinado tipo de projeto.

Feitas essas considerações, gostaria de problematizar algumas questões que, a meu ver, são fundamentais para balizar o debate sobre a questão da articulação latino-americana, sem perder de vista que nós temos uma discussão que está pautada e está sendo preparada para uma assembléia, onde vamos decidir, de fato, questões operativas e concretas.

Minhas questões fundamentam-se no período 1997-2000, quando eu estava na diretoria da ABEPSS, e quem estava na presidência da ALAETS era a Maria Cecília Veja, e a Marieta Koike estava no Conselho Fiscal. As dificuldades da ALAETS e do CELATS são conhecidas dos brasileiros há algum tempo e, com mais propriedade, a partir de 1998, na assembléia do Chile. Foi nessa assembléia que veio à tona os problemas da ALAETS e do CELATS e passamos a ter maiores informações da situação crítica pela qual estavam passando essas entidades. Até o momento em que eu acompanhei de perto, ficou claro o esforço da Junta Diretiva, às vezes até um esforço solitário da Maria Cecília, que buscava

institucional, e não é burocrática, embora às vezes possa parecer, mas é determinante da ação política, que é a dificuldade de gestão administrativa e financeira. De modo bastante objetivo e muito claro, um relatório em 1999 da Junta Diretiva afirmava que a ALAETS tinha profunda dificuldade com a gestão administrativa e financeira e indicava os motivos. Segundo o relatório, o primeiro motivo seria a incapacidade da ALAETS de cumprir os compromissos financeiros, sobretudo devido à inadimplência dos organismos filiados. É citado no relatório que em 1999 apenas a escola da Costa Rica havia pagado a anuidade. Como determinante das dificuldades financeiras da ALAETS estava também a redução do apoio financeiro proveniente de organismos internacionais. Um segundo motivo seria o esgotamento da capacidade de consumo dos produtos produzidos pelo CELATS, sobretudo cursos presenciais ou à distância. Um terceiro seria a dificuldade da ALAETS de definir novas estratégias de captação de recursos. O quarto, estava ligado a uma autonomização do CELATS em relação à ALAETS, ao papel que o CELATS vinha assumindo como uma organização não-governamental de captação de recursos e os conflitos que se estabeleceram entre a Junta Diretiva e a Direção Executiva do CELATS. O quinto motivo seria o predomínio de uma concepção burocrática de gestão e não de construção de estratégias políticas que potencializassem a possível capacidade institucional que a ALAETS vinha construindo historicamente. Então, a questão que devemos nos colocar hoje é: Essas dificuldades foram superadas? Como está a relação ALAETS-CELATS hoje? Qual a possibilidade de a ALAETS apoiar e assumir a atuação das vice-presidências regionais e dos organismos de base filiados? Quais e quantos organismos continuam hoje filiados a ALAETS? Por que o representante da ALAETS, convidado para estar aqui hoje discutindo conosco, não está presente? Qual é o significado da ausência da ALAETS nessa discussão tão importante?

Uma terceira dificuldade que vivenciamos, se referia a processos jurídicos movidos contra o CELATS por ex-funcionários. Eram processos jurídicos de monta, em que o CELATS perdeu na justiça e tinha uma dívida trabalhista para pagar aos que moveram o processo. A dívida chegava, na época, a U\$ 10.000. Um relatório da Maria Cecília detalhava a angústia de diretores com medo serem responsabilizados a pagar, já que o patrimônio do CELATS não poderia ser vendido. Surgiu então uma proposta de se fazer a hipoteca do prédio e pagar as dívidas. Como está essa situação hoje? Essa dívida foi paga? Qual é de fato o montante? Quem assume? Os organismos de base filiados podem ter que assumir? Os diretores podem ter que assumir?

A quarta dificuldade, e que talvez seja a mais grave, é a que se refere a pendências jurídico-estatutárias da ALAETS. São pendências de difícil resolução e que precisamos conhecer melhor. Qual é, de fato, a viabilidade jurídico-institucional da ALAETS, não só do ponto de vista de representatividade e legitimidade, mas também de legalidade? Essa é uma questão a que temos que ter resposta. Em 1999, quando a Maria Cecília estava na presidência da Junta Diretiva, a proposta formulada e encaminhada por

intermédio da Marieta, porque nunca recebemos nada da vice-presidência regional, foi de reconstruir o CELATS e ALAETS. A proposição era criar uma nova entidade, que se chamaria de consórcio latino-americano. Era uma proposta, inclusive, muito interessante, pois era uma organização de natureza colegiada, que articularia a formação e a intervenção profissional de modo muito mais próximo do que está sendo discutido aqui. E qual era a proposta desse consórcio apresentado em 1999? Era de que nele haveria três coordenações que corresponderiam às atuais vice-presidências regionais da ALAETS.

Seria, então, uma Coordenação aglutinando Centro-América e Caribe, uma Coordenação andina e outra do Cone Sul. Essas coordenações seriam constituídas por escolas ou associações nacionais de escolas, em número de três, por: associações profissionais nacionais de cada país, em número de 1; colégios profissionais de trabalho social, em número de 1; por país, coletivos profissionais que atuam sob a forma de grupos instituídos ou de consultores com personalidade jurídica, também em número de 1; professores e pesquisadores individualmente e organismos de representação estudantil.

Essa constituição formaria uma coordenação com seis tipos de representação. A questão que eu gostaria de colocar é: o que aconteceu com essa proposta formulada em 1999? Decorridos quatro anos, por que essa proposta não avançou? Se havia uma proposta de refundação, por que ela não aconteceu, se a própria Junta Diretiva estava propondo? Se essa refundação não aconteceu naquele período e naquelas condições, é possível refundar agora? Para responder a essa questão, precisamos saber o que existe hoje; caso contrário, não poderemos dizer se é possível refundar ou reconstruir o que existe.

Há duas outras questões que dizem respeito mais à ABEPSS e que eu vou pontuar.

A primeira é que, no período em que vivenciamos as dificuldades na relação ALAETS/CELATS, participamos, enquanto ABEPSS, de uma articulação no âmbito dos países que compõem o Cone Sul, por meio do Comitê Mercosul de Trabalho Social ou Serviço Social. Nos países do Cone Sul as dificuldades da ALAETS não impediram que se tivesse algum tipo de articulação no âmbito dos países da América do Sul. O Comitê Mercosul, que envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi um espaço frutífero de articulação onde a ABEPSS participou até onde eu estive presente. Rendeu frutos bem práticos, como, por exemplo, a formulação de princípios éticos que deveriam orientar a formação e intervenção profissional em todos os países do Mercosul e que foram discutidos e aprovados no Seminário no Uruguai em 2000. Como prova disso, cito o que aconteceu na UnB, quando recebemos um pedido de revalidação de diploma vindo de uma pessoa que se havia formado na Argentina, o que nós negamos, baseados nesses princípios éticos, porque, ao analisarmos o currículo, percebemos que não havia nenhuma discussão sobre ética profissional, e todos nós sabemos que no âmbito dos países há muitas universidades que não têm a discussão da ética. Quando encerrou nossa

gestão na ABEPSS, havíamos criado no âmbito do Comitê Mercosul uma comissão específica de formação profissional para ampliá-la, inclusive com incorporação de outras unidades de ensino.

Outra questão importante a ser tratada é que se isso foi frutífero e importante no âmbito dos países da América do Sul. Do ponto de vista da América Latina, só o que temos hoje é a ALAETS; não temos, na América Latina, outro espaço institucional. Essas questões que estou colocando não têm o objetivo de apresentar uma posição negativista; por isso coloquei aqueles pressupostos iniciais. Entretanto, há a intenção de problematizar objetivamente que desafios estão colocados para ABEPSS na perspectiva de construir estratégias de articulação na América Latina. E esse desafio deve ser visto de duas formas.

Primeiramente, do ponto de vista da articulação latino-americana, é fundamental conhecer a real situação da ALAETS/CELATS hoje, ler objetivamente a realidade e ter clareza de quais são as condições existentes e possíveis na reconstrução desses organismos. Não se recria e não se refunda uma instituição se não temos conhecimento objetivo de suas reais condições.

Um segundo desafio é que do ponto de vista da articulação interna no Brasil, precisamos ter clareza que uma ação dessa envergadura não pode se dar em detrimento da consolidação do projeto ético-político-profissional que viemos construindo no Brasil e, sobretudo neste momento de implantação do novo currículo de Serviço Social. Existem hoje no Brasil 129 cursos funcionando; desses, 20% foram criados nos últimos cinco anos. Dos 129, 84 estão filiados à ABEPSS. Temos ainda 16 cursos de mestrados e 8 de doutorado. Estamos numa situação em que o desmonte e a redução das nossas diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação já têm efeitos práticos denunciados nesse seminário. Faculdades que, respaldadas pela retirada da carga horária mínima que estava nas diretrizes curriculares, estão implantando cursos de três anos. Outra situação que foi denunciada é a utilização das atividades complementares como estratégia de flexibilização do ensino. Um exemplo disso é a utilização do fichamento de texto como atividade complementar valendo crédito.

Com essas considerações quero finalizar dizendo que estamos diante de decisões muito difíceis, mas históricas, e o resultado dessas decisões é expandir o nosso projeto ético-político-profissional para além das nossas fronteiras. Vou terminar com uma frase que, se fosse minha, iria parecer prepotência, mas como foi o professor Atilio Borón que a disse ontem, considero-a bastante oportuna: "A América Latina irá para onde irá o Brasil". Então vamos juntos, de mãos dadas, sabendo para onde estamos indo e tendo clareza de onde queremos chegar.

Painel*

HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Maria Rosângela Batistoni

Coordenadora Nacional de Graduação Gestão 2001-2002

A minha origem neste processo data do evento de Juiz de Fora, de uma formação que se fez assentada num pensamento latino-americano crítico que essa mesa já construiu. Tratarei da gestão 2001-2002 da ABEPSS. Quem deveria estar participando do seminário é a professora Maria Aparecida Cassab, Presidente da ABEPSS na época, mas infelizmente ela não pode estar presente.

Muitas das questões, preocupações, premissas e resoluções dos últimos dois anos estão vinculadas a muitos dos aspectos postos nas falas anteriores. Mas é importante situar como nós retomamos este processo. Os últimos dois anos significaram trazer novamente para o fórum da ABEPSS o debate ALAETS, particularmente. Julgo que esse é o conteúdo, o caminho e as dificuldades que tivemos nestes últimos dois anos e é a razão pela qual estamos aqui neste momento de debate. Também quero agradecer a oportunidade de estar aqui nessa mesa com pessoas que foram significativas no protagonismo da constituição deste projeto profissional tão importante, e outros vinculados nessa platéia sentados, trabalhando, pensando e refletindo.

A nossa questão aqui, Marieta já situou, é por onde foi a retomada na gestão 2001-2002. Pois essa retomada foi exatamente na participação no 17º Seminário Latino-Americano de Escolas de Trabalho Social, em Lima, Peru, e se deu nos seguintes termos: a ABEPSS foi convidada pela presidente da ALAETS a participar de uma mesa-redonda cujo tema era "Tendências Mundiais na Formação Universitária". A professora Marieta entendeu a importância e a necessidade de aceitar a participação naquele seminário.

Preparamos então uma ponência para apresentar a questão da universidade: a universidade hoje é o projeto de formação profissional em construção no cenário brasileiro. Para isso a entidade tomou algumas iniciativas, expostas a seguir.

A primeira foi o credenciamento da ABEPSS junto ao consulado do Peru, para podermos participar, integrar o seminário e a assembléia e votar. Fizemos o credenciamento de todos aqueles que lá estiveram. Depois foi o pagamento da anuidade

* Integrantes da mesa: Dr. Seno Antônio Cornely - PUCRS; Drª Marieta Koike - Universidade Federal de Pernambuco; Drª Margarita Rozas - Universidade Nacional de La Plata; Drª Josefa Batista Lopes - Universidade Federal do Maranhão; Drª Ivanete Boschetti Ferreira - Universidade de Brasília; Drª Maria Rosângela Batistoni - PUCSP; Dr. José Paulo Netto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedor.

de 2000 e 2001, condição para podermos votar.

Em face desses e de outros gastos e do montante previsto para as nossas atividades internas (oficinas e ENPSS), a Diretoria Executiva da ABEPSS designou a professora Maria Lídia de Souza Silveira, também membro da Executiva, e que participaria do evento por ter um de seus trabalhos indicados para o seminário, a ler a conferência preparada pela Maria Aparecida. Foi nessa assembléia que surgiu, novamente, o convite para o Brasil assumir a direção ou a vice-direção da entidade, a vice-presidência-regional Conesul. Os companheiros lá presentes contataram a direção da ABEPSS. Nossa avaliação, já pautada nas informações que Marieta vinha atualizando, no andamento daquele quadro, no processo de desagregação e desarticulação em que se encontravam essas entidades e, principalmente, porque não tínhamos nenhum debate sobre a ALAETS e sobre a questão latino-americana na nossa entidade, decidimos que não poderíamos aceitar e depois trazer o debate. Nossa opção foi inversa: buscar e trazer a discussão para o Brasil. Assumimos o compromisso de realizar fóruns e trabalhar nessa direção.

Nesta mesma perspectiva, realizamos em Niterói, no RJ, tão logo eles chegaram de volta ao Brasil, uma reunião para organizar o encaminhamento desse processo.

Contamos com um informe que Marieta encaminhou à direção da ABEPSS ao concluir seu mandato como fiscal, relatando e retomando todo este processo que ela apresentou, de desagregação dessas entidades e ainda incluindo e indicando a necessidade da discussão e da pauta dessa questão nos fóruns da entidade. Foi nessa perspectiva que divulgamos a carta a todas as unidades de ensino como um dos subsídios do debate acerca da ALAETS/CELATS dos nossos vínculos e das nossas participações. Na mesma linha divulgamos o relatório feito pela Maria Lídia e outro pela Elaine Bering, elaborado em 1998, o qual ela apresentou ao CFESS, mas que disponibilizou a ABEPSS como um subsídio na apropriação das informações necessárias para um projeto ético-político. Importávamos também entender que essa definição não era uma definição individual restrita da ABEPSS, mas dos seus vínculos com outras parcerias nesse processo, com o CFESS e a ENESSO, preservando a autonomia e a natureza de cada uma delas, mas pensando na articulação.

Outro elemento importante que orientou os debates dessa assembléia é que este era um processo necessário de articulação com os nossos parceiros do Cone Sul, com outras escolas da região, além de buscar os meios de articular, vincular, informar e viabilizar essa articulação, já que para isso era preciso ter condições reais, financeiras e materiais. Tomamos duas decisões; uma delas foi fazer um balanço autocrítico de onde estávamos em relação a essas articulações tão importantes no processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Esta foi uma questão-chave: precisávamos não só considerar as condições em que se encontrava a ALAETS mas a nossa articulação, o nosso pensamento e o nosso posicionamento em relação à entidade.

Munidos dessas premissas que encaminhamos o debate e a reafirmação da importância dessa articulação. Quais modos, caminhos, perspectivas e formas deveriam ser adotados? Tínhamos clareza de que a questão não era uma polarização entra ou não entra, sai ou não sai. Em nenhum momento foi pensado em romper vínculos com a ALAETS, mas sim em como retomar essa articulação e o nosso papel em termos de direção.

Outra resolução daquela assembléia foi comunicar à Junta Diretiva da ALAETS a possibilidade, oferecendo-lhe condições de convocar uma assembléia das escolas do Cone Sul, porque entendíamos que isso não era competência legal da ABEPSS mas da ALAETS.

Outra resolução, que não se fez à época e que somente agora se está fazendo, é que deveríamos, antes da assembléia ordinária da ABEPSS, de novembro de 2001, realizar um seminário latino-americano que articulasse e retomasse o debate, que procedesse a uma discussão das condições latino-americanas, dos desafios que estavam postos na conjuntura e que tratasse do conhecimento da realidade político-econômica. Não tivemos condições de realizar tal seminário porque não construímos essa articulação naquele contexto. Mas promovemos outra articulação, na impossibilidade do seminário, para o qual foi convidado o Presidente da ALAETS, que não compareceu. Naquele momento deixamos de nos preocupar, porque ele teria razões políticas para não ter vindo. Nossa avaliação era de que esse espaço era de disputa política e, portanto, nosso caminho seria traçado a partir da nossa reflexão e do nosso posicionamento.

Para isso realizamos, no último ENPESS, uma mesa que teve uma importância de retomada do debate significativa, com conferências do Dr. José Paulo Netto e da Profª Margarita Rozas. Foi trabalhada não só a retomada desse processo, mas também a conjuntura latino-americana e os desafios postos para organização dos trabalhadores em geral e especialmente os de assistência social, o que era um pressuposto fundamental para alavancar o debate. Na assembléia, muitos participantes não encontraram uma possibilidade de definição. Entendiam a necessidade de aprofundar o debate, buscar mais elementos e amadurecer com mais clareza esse posicionamento e essa articulação para uma assembléia que se realizaria seis meses depois, desta vez precedida de um seminário mais amplo como este que está sendo realizado.

Abrimos um caminho e avaliamos um processo, tendo em vista que a nossa gestão teve como um dos seus eixos acompanhar o processo de implantação curricular, a ausência de um debate e de um conhecimento de realidade latino-americana, ausência também de resgate do significado destes processos na constituição da própria profissão, nos seus fundamentos, na sua trajetória histórica e no balizamento de seu projeto ético-político.

Uma das reflexões feitas nas assembléias era de como foi possível assumir em outros momentos. Também em outras situações a entidade apresentou suas fragilidades e

sempre tivemos a prudência de pensar se aceitávamos ou não. Mas existe uma diferença que me parece fundamental em relação às outras vezes: a nossa desarticulação e a fragilidade dos organismos da categoria neste debate. Uma fragilidade que não atingia apenas o Brasil, mas também a América Latina. Fazíamos essa reflexão e sentíamos também a necessidade de que era preciso retomar isso num plano mais amplo. Outra diferença fundamental era de que os contextos anteriores, da década de 80 e 70, eram um outro momento de realidade brasileira em que, ainda que hoje isso permaneça para nós como pressuposto e como fundamental aliança com a luta social, com a luta dos trabalhadores com seus organismos, naquele contexto também nos encontrávamos fragilizados. Naquele momento, ainda que o debate estivesse frágil entre nós, havia um outro impulso no processo de assumir este quadro. Então, a nossa avaliação não era uma avaliação só da ALAETS, mas uma avaliação interna das nossas condições no debate e no posicionamento. Era preciso trazer isso de volta. Era preciso que isso fosse pautado em todos os nossos encontros e eventos, na articulação conjunta com as entidades e na articulação política e de força no Cone Sul. Entendíamos que retomar esse tema na articulação não era a retomada da memória nem do passado, mas retomá-lo como instrumento de luta contra a hegemonia. Foi nesse sentido que construímos esses caminhos, que aqui estamos, que participamos conjuntamente da construção desses caminhos.

Painel*

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Jussara Maria Rosa Mendes
Presidente ABEPSS Gestão 2003-2004

A ABEPSS é uma entidade nacional que congrega as unidades de ensino de Serviço Social e tem, tradicionalmente, encaminhado e orientado os debates sobre a formação profissional do assistente social no Brasil e se constituído fórum de referência para pesquisa no país buscando congrega cada vez mais pesquisadores nessa área.

O cenário atual, marcado pelas profundas alterações nos aspectos econômicos, culturais e sociais com repercussões nas inter-relações global e local no mundo de trabalho e nos processos de inclusão e exclusão, entre outros tantos, torna a presença da ABEPSS cada vez mais necessária no sentido de ampliar e sedimentar o debate sobre a temática da formação profissional vindo a atender as atuais exigências derivadas dessas transformações.

A integração entre os países e entre mercados e os processos produtivos vem ocupando as preocupações dos governantes com a intensificação do trânsito entre as fronteiras dos trabalhadores e de uma massa muito grande de desempregados. Essas alterações vêm exigindo dos assistentes sociais ações inovadoras e eficazes para propiciar respostas compatíveis com o projeto ético-político adotado pela categoria profissional no Brasil.

Dessa forma, essas preocupações também integram a agenda da ABEPSS. Foram centrais para a realização desse seminário, que por objetivos teve questões como a ampliação do debate sobre as solicitações colocadas às agências formadoras e organizativas da categoria profissional, o papel da pesquisa e dos pesquisadores nessa nova configuração e suas consequências na formação profissional, além da posição brasileira no cenário da América Latina.

Assim, a ABEPSS e seus parceiros, na promoção desse evento buscaram na realização desse seminário propiciar um espaço de reflexões sobre as relações da associação com os organismos internacionais, neste caso especificamente com a

* Integrantes da mesa: Dr^a Jussara Maria Rosa Mendes - ABEPSS; Dr^a Joaquina Barata Teixeira - FITS; Dr^a Léa Lúcia Cecilio Braga - CFESS; Dr. Juan Manuel Latorre - FITS; Acadêmica Maria José - ENESSO; Dr^a Marilda Villela Iamamoto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedora.

Associação Latino-Americana de Trabalho Social (ALAETS) e sobre outros tantos desafios enfrentados no âmbito tanto da formação quanto do exercício profissional. O nosso momento é o de encontrar forças e fôlego para fazermos frente a esses desafios tão bem debatidos pelos nossos palestrantes nesses três dias de encontro. A conferência do professor Atilio Borón não deixa dúvidas desse cenário. Para ele, a opressão imperialista continua imperturbavelmente seu curso. As vítimas e oprimidos se perdem nas sombras da ótica global que governam o mundo. A morte, as guerras, a fome, a indigência, as doenças e todas as misérias humanas observadas ao longo do século XX transformam-se em fraseologia opaca e quase impenetrável ocultando o tráfico infame da globalização neoliberal e do capitalismo contemporâneo.

É este cenário que nos impele à busca da compreensão e identificação de estratégias de enfrentamento a questões que desafiam a todos profissionais e cidadãos na defesa dos direitos humanos e sociais. Como diz Marilda Iamamoto, "é na dinâmica tensa da vida social que se ancoram esperança e possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos da cidadania e liberdade".

A ABEPSS, compreendendo seu papel institucional e convicta da necessidade de enfrentar os desafios postos pela realidade da América Latina no campo da formação e exercício profissional, reafirma seu compromisso político-acadêmico de luta contra o neoliberalismo, contra o desmonte das políticas sociais públicas e da política educacional de ensino superior, bem como a precarização do trabalho docente. Reitera sua contribuição na construção de um projeto que atenda os princípios de nosso código de ética, propondo portanto a assumir a responsabilidade institucional da articulação acadêmico-política no âmbito do Cone Sul e da América Latina.

Para tanto, proponho: um mapeamento das associações de docentes, unidades de ensino e de companheiros da América Latina para identificar os atores da formação profissional no Cone Sul e na América Latina; a construção de um fórum para discussão programática partindo da realidade no nosso Cone Sul na perspectiva da América Latina.

Como estratégia para execução da proposta, sugiro: a discussão com os programas de pós-graduação que já trabalharam no Cone Sul e na América Latina; a elaboração de um projeto de pesquisa para financiamento e sustentação desse projeto; a realização do fórum de entidades docentes do Cone Sul e da América Latina, conjunto com a Oficina Nacional que será realizada em abril de 2004.

A proposta reafirma o compromisso brasileiro com a formação acadêmica no Cone Sul e na América Latina e viabiliza o movimento necessário de articulação e incorpora a necessária articulação com as demais entidades da categoria, compreendendo o papel da formação articulado com o exercício profissional e a política estudantil.

Painel*

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Léa Lúcia Cecílio Braga
Presidente do CFESS

Inicialmente quero registrar a satisfação em estar nesta mesa com representações do Serviço Social tão importantes para a profissão no Brasil, na América Latina e no mundo. Espero poder contribuir com o debate na perspectiva de fortalecer o Serviço Social e explicitar o significado das relações internacionais para o Conjunto CFESS/CRESS.

Nos últimos anos, as gestões do CFESS vêm desenvolvendo um trabalho que atinge e beneficia tanto os assistentes sociais quanto a sociedade em geral, uma vez que ao mesmo tempo em que cuida de colocar em prática as deliberações da Instância máxima de deliberação, que é o Encontro Nacional CFESS/CRESS, participa ativamente, também, de lutas gerais da sociedade, de conselhos e fóruns, de espaços de controle social, na defesa de políticas públicas, das políticas sociais e também da democracia brasileira.

O CFESS tem hoje assento, na condição de titularidade, no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho Nacional de Assistência Social, no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, e integra fóruns da sociedade civil. Na condição de integrante ou na coordenação desses estamos no Fórum Nacional de Assistência Social, no Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Fórum de Trabalhadores da Área da Saúde, no Fórum da Reforma Urbana, no Fórum Brasileiro do Orçamento e no Movimento Nacional de Direitos Humanos. É importante registrar que estamos também compondo as Comissões de Coordenação das Conferências: Assistência Social, Criança e do Adolescente e Conferência da Cidade. Essas representações concretizam a possibilidade de intervenção nos rumos dos debates sobre a seguridade e as políticas sociais do país, e na defesa dos direitos e dos espaços de controles sociais, tão caros para nós, construídos em conjunto CFESS/CRESS.

Aproveito a oportunidade para comunicar a recente vitória da categoria de reintegração do Serviço Social na estrutura do INSS. Para quem acompanhou a desestruturação e o não-reconhecimento do Serviço Social na Previdência concretizando

o desmonte da era FHC. O Conjunto CFESS/CRESS interveio do ponto de vista político e jurídico acionando com mandato de segurança o então ministro Valdek Ornellas e a partir daí desencadeou várias lutas na perspectiva da retomada do Serviço Social na Previdência. Tivemos, a partir de fevereiro deste ano (2003), uma ação integrada com os Assistentes Sociais que assumiram a Superintendência do INSS em Santa Catarina e no Ceará e o coletivo de assistentes sociais que resistiram bravamente. Na Previdência tivemos audiência com o atual governo e com o presidente do INSS, buscando concretizar efetivamente essa reestruturação. Realizamos um seminário, em Brasília, que buscou discutir a reforma na Previdência e as formas de viabilizar essa reestruturação. Foi convidado um grupo de assistentes sociais representando cada região do país que esteve trabalhando em Brasília, para definir as competências e atribuições do Serviço Social na Previdência e também a estrutura do Serviço Social. Certamente, nos próximos dias, teremos a publicação da nomeação da Assistente Social interina para a Divisão do Serviço Social e definição de suas atribuições e competências.

Não se pode deixar de registrar que este seminário tem também o objetivo, coerente com a nossa história de construção de processos coletivos, de discutir nosso posicionamento a respeito da reforma da Previdência. O CFESS é contrário a esta reforma, entendendo que ela não traduz o princípio de justiça social que nos orienta e está fortemente comprometida com o mercado financeiro.

Para além dessa frente específica e de outras de interesse dos assistentes sociais brasileiros, estamos dando continuidade à defesa da incorporação dos assistentes sociais ao Programa Saúde da Família, à ampla luta contra o ato médico pelo seu caráter corporativista e à discussão dos benefícios previdenciários e de assistência social que envolvem diretamente nossa atuação profissional.

Nessas frentes, ainda, destacamos a defesa do financiamento das políticas públicas e a legislação da gestão para assegurar acesso e qualidade nos programas sociais. Essas intervenções técnico-políticas materializam nosso processo ético-político, naturalmente através de mediações. Embora tenhamos uma agenda que nos desafia cotidianamente na defesa do Serviço Social e dos profissionais brasileiros, a trajetória constituída pelo conjunto CFESS/CRESS, indo além dos interesses corporativos e abrigando lutas mais abrangentes, como a defesa das políticas públicas, a qualidade dos serviços, o fortalecimento da democracia interna, nos amadurece, qualifica e credencia para unir frentes de luta no âmbito internacional.

Essas frentes de luta das relações internacionais vêm da compreensão da importância do intercâmbio, da articulação e da construção de uma relação de forças no plano global capaz de contrapor-se à investida mundializada do projeto neoliberal. A materialização desse compromisso se presentifica no assumir as representações nas organizações existentes no âmbito da América Latina, com articulação do comitê Mercosul, e no âmbito global através da FITS.

* Integrantes da mesa: Drª Jussara Maria Rosa Mendes - ABEPSS; Drª Joaquina Barata Teixeira - FITS; Drª Léa Lúcia Cecílio Braga - CFESS; Dr. Juan Manuel Latorre - FITS; Acadêmica Maria José - ENESSO; Drª Marilda Vilella Iamamoto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedora.

O Mercosul hoje constitui um espaço de articulação real das organizações profissionais dos países do Cone Sul, implementando a seguinte agenda:

- construir princípios éticos comuns;
- regulamentar o livre trânsito dos profissionais no âmbito do Mercosul;
- criar instrumentos jurídicos para regulamentação profissional nos países que ainda não a possuem;
- representar os interesses da América Latina junto a FITS, sendo reconhecido recentemente como um movimento importante, graças à sua articulação, ao trabalho sério e de compromisso dentro das suas entidades;
- posicionar-se politicamente ante os acontecimentos de conjuntura que envolvem os países do Mercosul.

Essa agenda mostra-nos que, no âmbito do exercício profissional, passos concretos já têm sido dados pelos assistentes sociais brasileiros no processo de articulação latino-americana. Por diversas vezes recebemos manifestações de trabalhadores sociais desses países reafirmando a importância do nosso protagonismo para a realidade dos companheiros da América Latina e a contribuição significativa do serviço social brasileiro para toda a região.

Já a nossa filiação à FITS, amplamente discutida e deliberada pelo Conjunto CFESS/CRESS, tem proporcionado o fortalecimento da voz latino-americana no âmbito da Federação. Essa filiação tem também possibilitado um início de uma articulação internacional, buscando um mapeamento para uma possível conexão com outros países cujos projetos profissionais tenham a mesma direção social que o nosso, já computado saldo positivo com o ingresso do Brasil na FITS. Marcou diferença na medida em que demos visibilidade aos posicionamentos ético-políticos, sendo que uma das expressões dessas influências a tentativa de concretizar uma articulação de fato entre os organismos de formação e do exercício profissional no âmbito internacional. E nessa última participação na reunião do comitê executivo foi possível contribuir com a trajetória construída aqui no Brasil com essa direção.

Outra questão que consideramos como saldo dessa aproximação é a boa receptividade ao pleito do Brasil ao CIAS em 2008. Todos esses elementos demonstram o protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS no processo de articulação dos assistentes sociais, não só da América Latina, mas também em âmbito regional continental e global. Reafirmamos aqui que o nosso compromisso é de apoiar a ABEPSS no seu processo de construção da articulação, no âmbito da América Latina, das questões da formação profissional.

Inspiramo-nos em Carlos Drummond de Andrade que diz "tropeçamos no possível sem desistir de fazer a descoberta do que temos dentro da casa do impossível". É nessa perspectiva que estamos aqui anunciando as ações já desenvolvidas e assumidas pelo Conjunto CFESS/CRESS e colocamo-nos ao lado para continuar nessa articulação tão importante para a América Latina.

Painel*

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Joaquina Barata Teixeira

Representante Federación Internacional de Trabajadores Sociales FITS

A organização internacional da categoria FITS

Queremos começar valorizando sobretudo este importante e necessário trabalho da ABEPSS, de promover um Seminário Latino-Americano de Articulação e Formação Profissional. Sabemos que é uma tarefa exaustiva, mas ousada e valiosíssima neste esforço que devemos empreender de estreitar os laços latino-americanos no âmbito do Serviço Social.

Como membro vogal da FITS (Federación Internacional de Trabajadores Sociales sigla em espanhol) ou IFSW (International Federation of Social Workers sigla em inglês), representando a América Latina e o Caribe, queremos agradecer a oportunidade de falar da organização internacional da categoria neste evento, ensejando que um maior número de assistentes sociais se aproprie das informações de nossa entidade internacional, conhecida para um certo número de colegas do Brasil e da América Latina, mas desconhecida para outros, não obstante uma existência de 75 anos, se considerarmos o primeiro ano de sua fundação (1928), ou 53 anos, se considerarmos o período de sua refundação (1956).

Esse desconhecimento no Brasil não se dá por descaso. O Brasil, somente na gestão 1999/2002 filiou-se à FITS e, durante os 53 anos de sua existência, teve pouca presença e participação em eventos internacionais.

A FITS tem longa história. O embrião do que consideramos hoje a nossa organização internacional de categoria foi fundado em Paris, em 1928 (precisamente há 75 anos), com a designação de Secretariado Internacional Permanente de Serviços Sociais (International Permanent Secretariat of Social Worker). A Segunda Guerra Mundial, entretanto, ensejou uma interrupção no funcionamento deste Secretariado, que permaneceu inativo até 1950.

Após essa interrupção, por ocasião da Conferência Internacional de Assistência Social, ocorrida em 1950, novamente em Paris, foi tomada a decisão de retomar a

* Integrantes da mesa: Drª Jussara Maria Rosa Mendes - ABEPSS; Drª Joaquina Barata Teixeira - FITS; Drª Léa Lúcia Cecilio Braga - CFESS; Dr. Juan Manuel Latorre - FITS; Acadêmica Maria José - ENESSO; Drª Marilda Vilella Iamamoto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedora.

organização internacional da categoria com outro formato, desta vez como uma Federação Internacional. O acordo deliberativo daquela conferência foi de que a IFSW entraria em ação quando contasse com a filiação de, no mínimo, sete organizações nacionais.

Por isso, após um trabalho intenso de articulação, ela só foi refundada em 1956 em Munique, na Alemanha, na Conferência Internacional de Bem-Estar Social, em pleno avanço do Welfare State (esse era o contexto). Essa data de refundação servirá de parâmetro para um ritual de comemoração do Jubileu de Ouro da FITS, durante a conferência mundial de 2006, que acontecerá em Munique.

Precisamos entender a importância de uma organização internacional da categoria e a necessidade das(os) assistentes sociais se articularem mundialmente através de seus fóruns. Se isso já é importante em qualquer momento, muito mais no momento em que as relações econômicas mundializam-se e a inclusão /exclusão assume magnitude assustadora em todo o mundo. Os Fóruns Sociais Mundiais I e II de Porto Alegre são ousadas arrancadas e excelentes exemplos na perspectiva de organizar mundialmente a luta dos que afirmam que um novo mundo é possível. Esses eventos já situam o Brasil na história da luta mundial. Nós, que já contamos com uma organização internacional consolidada, precisamos fazê-la, talvez, avançar mais, no sentido de que assuma conteúdos mais abrangentes, mais identificados com a luta latino-americana e com o embate mundial contra as desigualdades e injustiças sociais. E só conseguiremos isso se estivermos lá, participando, nos integrando à organização e pondo, para assistentes sociais europeus, asiáticos, africanos, americanos, canadenses, russos, cubanos etc., o conteúdo de nossas lutas e quicá de nosso projeto-ético político.

Já estivemos em uma Assembléia da FITS em Genebra (Léa e eu) e em duas reuniões do Comitê Executivo (uma em Genebra em julho de 2002 e outra em Copenhague, agora, em maio/junho de 2003). Estivemos também em uma Conferência Internacional de Escolas organizada pela AIETS (Associação Internacional de Escolas de Trabalhadores Sociais) e voltamos desses eventos internacionais com sentimentos paradoxais. Por um lado felizes em observar o crescimento e a importância da profissão no mundo, quer nos países capitalistas hegemônicos, quer nos países capitalistas periféricos, quer nos países que já foram socialistas, quer nos que ainda se auto-identificam como socialistas. Mas, por outro lado, voltamos muito apreensivas, ao constatar o estado de desarticulação dos profissionais latino-americanos, o que torna bem difícil a tarefa de representar a América Latina e o Caribe na organização. Só como um exemplo, na Assembléia da FITS de 2002, a América Latina tinha apenas três representantes físicos com direito a voto: dois da Colômbia e um do Brasil (apesar de sermos duas, só tínhamos direito a um voto) e três representações por procuração, sendo que com direito somente a um voto, que ficou nas mãos da Colômbia.

A Europa se apresenta sempre superorganizada, com reuniões específicas

preparatórias que começam antes do evento e com posições aprovadas coletivamente em termos de região continental. Nós, da América Latina, levamos muito pouca coisa que tiramos no Comitê Mercosul e já louvamos esse esforço de organização, mesmo que ainda restrita ao Cone Sul.

No âmbito da formação, o evento de Montpellier de 2002 (de natureza acadêmica), com um temário importante Cidadania e Formação dos Trabalhadores Sociais na Mundialização, contou com a presença de numerosos assistentes sociais da América Latina e do Brasil, inclusive nas mesas, tematizando assuntos de interesse mundial. Mas estavam como que sem articulação, soltos(as), e sentimos falta de um posicionamento coletivo ou de uma entidade coordenadora, que seria o papel da ALAETS.

Na reunião de Diretoria da AIETS, a que assistimos, não havia ninguém para apresentar o relatório da ALAETS e ele foi lido pela secretária da organização: um triste relatório que falava em dificuldades financeiras, em corrupção e em necessidade de saneamento.

Isso tudo nos revela que nossos campos e espaços de atuação e de embate ampliaram-se para a América Latina e para o mundo e temos que tomar consciência disso, já que implica em novas frentes para as nossas organizações. As temáticas dos Direitos Humanos, da Seguridade Social, da Cidadania, da Ética são temáticas, digamos assim, mundializadas no Serviço Social. E temos de nos preparar para estar nesses novos espaços e para contribuir na implementação de novos avanços.

No que diz respeito aos Direitos Humanos, por exemplo, onde a FITS tem uma ação bem extensiva, inclusive com uma Comissão Permanente atuante junto à ONU, à OMS e à UNESCO (além da Comissão de Ética e de Políticas), sentimos a necessidade de fortalecer a FITS para assumir um enfoque menos tradicional dos Direitos Humanos, menos liberal, o enfoque que segmenta e seletiviza os direitos sociais (da forma como se apresenta enquanto direitos da criança e do adolescente, do idoso, do migrante etc.), para escapar à abordagem combatida por Meszáros (2003, p. 41) quando critica a "panacéia da democracia multipartidária" do império americano nas organizações internacionais, onde se escondem "os mais gritantes interesses imperialistas", e que fazem uma "defesa seletivamente tendenciosa dos Direitos Humanos". O que ele quer dizer? Quer dizer que, no plano internacional, defendem-se alguns direitos humanos, mas se fecham os olhos para outros, como "o genocídio turco contra os curdos, o extermínio de chineses na Indonésia, a morte de milhares de pessoas no Timor Leste" (IBID), de milhares de militantes na América Latina por ocasião das ditaduras militares e agora, novamente, fecham-se os olhos para o caos humano em que se transformou o Iraque. Não foi o caso da FITS, que se manifestou contra a guerra desde o início. Como todos sabem, no campo do exercício profissional, o CFESS, embora reconhecendo o alto investimento, assume esta frente internacional como uma frente importante de

trabalho (quer no âmbito da FITS, quer no âmbito do Mercosul) e sempre tivemos o apoio dos CRESS, os quais entendem a importância dessa iniciativa e inclusive participam de algumas reuniões do Comitê Mercosul.

Essa integração do CFESS à FITS dá-se, portanto, não somente como filiado, mas também como direção, mesmo que para o âmbito da América Latina e Caribe e ainda que na condição de vogal do Comitê Executivo. Participamos também da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Ética, representando a América Latina e o Caribe na condição de suplentes. É a Colômbia que representa a América Latina e o Caribe na condição de titularidade, como Vice-Presidente Regional, e está nas duas comissões também na condição de titularidade, tanto na Comissão de Ética quanto na de Direitos Humanos. Isto se dá face à longa permanência e participação da Colômbia na FITS. Hoje, a Federação Internacional de Assistentes Sociais (FITS - IFSW) é integrada por organizações profissionais centrais de Serviço Social de 77 países de cinco regiões continentais, com mais de 490.000 assistentes sociais em todas as partes do mundo. As cinco regiões continentais são: (1) África, (2) Ásia e Pacífico, (3) Europa (4) América Latina e Caribe (5) América do Norte (onde entram EUA e Canadá).

Julgamos que a tendência da FITS e da AIETS seja a de se expandir e quiçá se fortalecer enquanto organizações planetárias de Serviço Social. Isso só poderá acontecer, entretanto, se a direção da FITS e da AIETS tiverem uma estratégia de criação de uma unidade profissional planetária, apesar das diferenças culturais, econômicas e até de regimes políticos. Se conseguirmos unificar uma busca de referências universais, tendo no horizonte aspirações éticas não só profissionais, mas também societárias, utópicas, que apontem a necessidade de um novo mundo, de uma nova sociedade, de uma nova civilização, que não alimente as guerras, a dominação nem as desigualdades sociais, contexto onde as diferenças podem ser celebradas com justiça. Se não conseguirmos nos unificar nessa busca de princípios e valores universais, não só no âmbito da categoria mas também no dos trabalhadores do mundo inteiro, das minorias e de todos os movimentos sociais, teremos, mais que a barbárie, a destruição, como diz Meszáros, atualizando Rosa Luxemburgo, que propõe socialismo ou barbárie. Ele reformula assim: "barbárie, se tivermos sorte", porque a barbárie é fichinha ante o potencial de destruição do capital.

Quais as atuais dificuldades que temos no plano internacional?

Chamamos a atenção para duas grandes dificuldades sentidas e observadas nas assembleias e reuniões de que participamos, além da já mencionada desarticulação latino-americana: (1) uma é a barreira do idioma e (2) outra é o custo do investimento.

Apesar de os Estatutos da FITS adotarem três línguas oficiais para o seu funcionamento (inglês, francês e espanhol), observa-se em todo o material escrito, nas conversações, e-mails etc. o domínio do inglês, ou, melhor dizendo, a exclusividade. E

vocês sabem que quem fala só português fora do Brasil é mudo.

Quanto ao custo do investimento, a desvalorização do real ante o euro e o dólar nos impõe enfrentar a miséria de nossas moedas, quer no pagamento das anuidades, quer nas taxas dos eventos (sempre acima de 400 euros ou dólares), quer no preço das passagens aéreas e hospedagem.

Não obstante as barreiras, vale a pena derrubá-las e investir na organização internacional, para que expressemos para o mundo a nossa voz e as nossas posições ético-políticas.

Finalizo dizendo do grande impacto que tivemos ao integrar uma organização internacional de Serviço Social. O impacto positivo pela integração numa entidade multicultural, pluralíssima, heterogênea, inclusive do ponto de vista das relações de produção. Além desse impacto, ganhamos a consciência de que precisamos trabalhar muito para termos uma América Latina articulada e mais organizada para essa frente, que não deixa de ser mais um enfrentamento ético-político. É o que queremos construir com o protagonismo de todos os países da região continental.

Referências

IFSW. International Federation of Social Work: The Global voice of Social Work. Genebra: IFSW, 2003.

. Executive Committee: Copenhagen 2003. Genebra: IFSW, 2003.

CFESS. Relatório da Assembleia da FITS em Genebra. Brasília: CFESS, 2002.

. Relatório da Reunião do Comitê Executivo da FITS em Copenhagen. Brasília: CFESS, 2003.

MÉSZÁROS. O século XXI: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

MORAES, Reginaldo C. C. Exterminadores do futuro. A lógica dos neoliberais. Revista Universidade e Sociedade, n. 6, 1994.

Painel*

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Juan Manuel Latorre

Representante Federación Internacional de Trabajadores Sociales FITS

Parabenizo a ABEPSS pela sua grande capacidade convocatória que mostra suas organizações profissionais nos campos acadêmico e de intervenção profissional. As colegas Joaquina Barata e Léa Braga estão desempenhando um importante papel na discussão e orientação da FITS. Falamos do desafio de articular as agremiações profissionais de trabalho social na América Latina e da perspectiva de conseguir maior posicionamento latino-americano nas atividades da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais.

Nós, internamente, temos a grande responsabilidade de representar a palavra do continente nesta Federação. Concordamos que devemos avançar nesta direção, sem embargos, retomando discussões passadas e reatualizando os debates com os colegas representantes das organizações acadêmicas. Temos que reconhecer que, no caminho da busca dessas pretensões, é absolutamente indispensável iniciar uma reflexão coletiva muito séria e responsável sobre o significado da vivência que os trabalhadores sociais do continente têm hoje em dia sobre as organizações sociais locais, regionais, nacionais, continentais e mundiais. Hoje temos muitas dúvidas sobre a eficiência e pertinência dos tipos de organizações que temos no continente.

E este é o aspecto fundamental que viemos observando: nossas organizações, com raras exceções, o Brasil entre elas, são bastante fracas. Há dispersões, sucessões, falta de pressão e continuidade nos seus programas e, conseqüentemente, um problema de representatividade. Observa-se burocratização, carência de visão globalizadora, integral e prospectiva a respeito da necessária articulação com as lutas das classes trabalhadoras. Ademais, apresentam carência de relações acadêmicas, desconexão com outras organizações de base e com o trabalho político orientado na busca da construção de outro tipo de sociedade. Algumas apresentam dificuldade na capacidade de discussão e, em alguns casos, em algum tipo de trabalho que priorize as relações humanas frente ao compromisso transformador das relações sociais.

Poderia afirmar que com exceção do Brasil, do Uruguai, da Argentina e do

* Integrantes da mesa: Drª Jussara Maria Rosa Mendes - ABEPSS; Drª Joaquina Barata Teixeira - FITS; Drª Léa Lúcia Cecílio Braga - CFESS; Dr. Juan Manuel Latorre - FITS; Acadêmica Maria José - ENESSO; Drª Marilda Vilella Iamamoto - Universidade Federal do Rio de Janeiro - como debatedora.

Paraguai nossas organizações nacionais não encarnam projetos orientados a articular propostas como, por exemplo, configurar um projeto ético-político ou preocupar-se coletivamente com o tema do projeto societário orientados à construção de uma nova ordem social

O caminho a percorrer nesse sentido parece então largo e complexo. Como elemento de análise, o panorama organizacional que é planteado há de mencionar o impacto negativo sobre as condições de trabalho e de seguridade social dos trabalhadores sociais e em geral da classe trabalhadora, na implementação do modelo neoliberal. Não podemos negar que os colegas enfrentam a luta angustiante que se instalou dentro da nossa profissão pela subsistência e por condutas contrárias à ética, que tanto nos preocupa. A economia global tende, entre outras coisas, a formar novos tipos de identidade. Essa situação está adquirindo tal grau de individualismo que a ação política coletiva e as ações organizadas estão perdendo o sentido. Neste caminho, as organizações estão se antecipando com atitudes informativas. As trocas da época tendem a ser percebidas pelos profissionais como distantes a seus interesses. E aqui talvez encontremos algumas possíveis respostas de por que nós somos supridos de ter uma presença orgânica, produto de uma verdadeira comunicação das organizações profissionais de trabalho social na América Latina. É evidente que novos contextos exigem novas formas organizativas, se quisermos conservar e fortalecer nossas condições de trabalho. Sem embargos, uma alta proporção das organizações profissionais de trabalhadores sociais na América Latina parece ter chegado do passado mostrando a estrutura e a dinâmica deixada pelos restos e pelos novos desafios com que a estrutura histórica e contemporânea nos presenteia.

Existe outra circunstância, não menos preocupante, que também tem efeitos negativos sobre nossas organizações. Um pouco mais de 50% dos países do continente precisam de mais entidades que protejam o exercício profissional. Em alguns casos, por exemplo, os chamados colégios profissionais (caso do Chile) surgiram e se fortaleceram financeiramente sob amparo de normas sobre instituição profissional e expedição de tarjetas para o exercício profissional.

Hoje, em vários países essas normas têm sido modificadas, e os colégios perderam sua razão de ter os originais. Por outro lado, a tendência cada vez mais acentuada do debilitamento de fronteiras profissionais, fazendo com que muitos trabalhadores sociais terminem em casas diferentes da sua própria profissão. De outra parte, a carência de um currículo mínimo para a formação de trabalhadores sociais na América Latina dificulta a pauta comum de projetos profissionais de inspiração coletiva.

Não pode ser fácil, então, a concretização de um imaginário coletivo e um corpo de estrutura e de estratégias para lograr. Hoje, tende-se aprimorar os currículos e rasgos pós-modernistas, ligados à funcionalidade profissional para os poderes hegemônicos com tendência ao metodologismo, à formação técnica instrumental. A epistemologia e a

formação política e econômica parecem não ter vício preponderante em muitos programas empregados, o que se traduz em uma prática profissional acrítica, funcional ao projeto dominante. Sob este mesmo enfoque, as entidades profissionais têm entrado no livre mercado, e não como opções alternativas, senão veiculizando a política neoliberal como expressão do processo de idealização que supre esta profissão. Além disso e apesar dos avanços no sistema virtual de comunicação, identificamos a ausência da referência ao intercâmbio fluido de experiências avançadas em propostas sobre ações profissionais e organizativas. Outra situação limitante que cria barreiras naturais na comunicação é o idioma espanhol, português e inglês. Tudo isso e muito mais que pudéssemos plantear para discussão parecia conformar-se num cenário catastrófico que se opõe a qualquer intento de avanço em linha diferente. Penso que não. Considero que queremos ir adiante na articulação entre o continental e o continente internacional. O primeiro seria reconhecer onde estamos, quem somos, o que temos, para onde vamos e logo embarcarmos para aquilo que nos conduz, conscientes e convencidos, para outro porto, para outro destino. Penso que a aspiração máxima de uma organização deveria ser a de lograr um sentido coletivo de futuro que permita orientar as articulações numa direção determinada e com capacidade de responder pró-ativa e coletivamente aos desafios que representam a história. E, obviamente, para lográ-los os componentes deverão ser capazes de entender quais são os desafios que devemos enfrentar coletivamente. Num lugar não muito distante, em que estas preocupações estão presentes no imaginário e no ideal ético-político de muitos trabalhadores sociais do continente, mas ainda não está configurado um projeto coletivo focalizado pelas suas próprias organizações. Na América Latina temos muito com que responder aos desafios, mas é necessário recriar esse acumulado. Como em nenhum outro continente, os trabalhadores sociais têm um acumulado histórico de arrojos conceituais, metodológicos e investigativos, de rupturas e avanços epistemológicos, de lutas e compromissos na busca de muitos insígnias massificativos de resistências a sistemas opressores, de sonhos coletivos, de projetos editoriais importantes. É um acumulado na América Latina que expressa a existência das organizações com todos os problemas de recursos humanos. Contudo, devemos repensar para aprontar novos tempos históricos e fazer das articulações e posicionamentos internacionais uma realidade concreta, não só um pensamento. O sistema da articulação a partir de uma auto-reflexão coletiva do que queremos é um tema hoje, em dia, insubstituível na América Latina.

Mas, como dizia anteriormente, com organizações recriadas, creio que as condições históricas estão dadas. Só falta lançar a direção política para avançar, e nesse sentido teremos quadros políticos intelectuais avançados com um altíssimo nível de qualidade acadêmica em sua formação, teremos experiências importantes acumuladas e teremos uma intenção muito clara que estamos à frente dessa responsabilidade da representação continental para avançar nesse processo articulador dos trabalhadores

sociais da América Latina.

Creio que o debate que será aberto neste evento é extremamente importante para qualificar este novo caminho que devemos empreender nos coletivos de trabalhadores sociais da América Latina. Neste panorama sofrido que foi citado no começo e frente a isso devo repetir as palavras de um colega socialista colombiano, que já faleceu, que dizia: "A esperança deve ser preservada até o fim; há uma época de nos cuidar, porque nunca é mais escuro que os momentos anteriores ao amanhecer".

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E A ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA

Marilda Villela Iamamoto*

Introdução

Neste período de mundialização, sob a liderança do capital financeiro, o fortalecimento da unidade regional na América Latina em particular no Conesul é fonte de novos desafios e perspectivas para consolidação do Serviço Social e da formação profissional em nossos países.

Aproveito a oportunidade para agradecer a nossa anfitriã, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social ABEPSS, por este Seminário Latino-Americano de Serviço Social, que primou pela organização e pela qualidade do debate acadêmico. Propiciou o intercâmbio de experiências em diferentes níveis da formação profissional, fortalecendo a categoria de assistentes sociais brasileiros com a contribuição dos representantes dos países presentes.

Este Seminário de Serviço Social sobre a Articulação Latino-Americana e a Formação Profissional é indissociável de um movimento crítico que, desde meados da década de 1960, vem se desenvolvendo no panorama profissional latino-americano. E hoje atesta um estágio de maturidade intelectual e sociopolítica dos assistentes sociais no país, expressa na organização da categoria profissional aqui representada em suas dimensões nacional, latino-americana e internacional, na efetivação de experiências práticas renovadoras e na produção acadêmica acumulada. Nesse processo foi construído um novo projeto ético-político para o Serviço Social no embate com a cultura conservadora, que requer a permanente vigilância teórica, política e ética na luta para a sua consolidação, em um ambiente sociocultural com fortes registros de uma reação neoconservadora. A dimensão coletiva do debate que aqui teve lugar é uma força viva que nos infunde ânimo e ultrapassa os limites individuais. Assim sendo, o propósito é apenas pontuar algumas questões apresentadas nas duas sessões de debate referentes à articulação latino-americana, pois os resultados aqui produzidos são muito mais ricos que qualquer tentativa de síntese e, necessariamente, superam o que cada um de nós isoladamente poderia alcançar.

Esta mesa sobre As associações profissionais de Serviço Social e a articulação latino-americana foi de fundamental importância no sentido de trazer a público a posição das entidades FITS, ALAETS, ABEPSS, CFESS, ENESSO sobre o tema, construída no debate democrático com suas bases de representação. Revelou, ao mesmo tempo, importantes avanços alcançados pelo Serviço Social brasileiro na consolidação do projeto

* Professora Titular da UFRJ, hoje aposentada, e Professora visitante da UERJ.

ético-político profissional na organização da categoria, na formação profissional e na articulação internacional.

Neste Seminário fizemos uma viagem no tempo, resgatamos a história da organização da categoria na América Latina, com olhos voltados para o presente e seus desdobramentos prospectivos na articulação da formação profissional. Como nos diz o poeta mineiro, Murilo Mendes: "A memória é uma construção do futuro, mais do que do passado" (Os Discípulos de Emaús).

Penso que o propósito de resgatar a memória viva volta-se à construção do futuro, isto é, de um novo patamar da organização da formação profissional do Serviço Social no continente latino-americano. Para isso é necessário acumular forças, preservando "o pessimismo da razão e o otimismo da vontade política", como nos diria Gramsci. E, nesse processo, contradizer a cultura da indiferença, da resignação, do medo e do burocratismo. E afirmar a capacidade de criação de novas iniciativas que fortaleçam a construção de bases democráticas na convivência fraterna de nossos países e do conjunto dos trabalhadores, como co-autores na construção histórica de uma nova sociedade e de uma unidade ético-política do Serviço Social latino-americano.

Apenas dois aspectos serão considerados: uma breve revisão da conferência inaugural, sintetizando algumas idéias trazidas por Atilio Borón na abertura deste encontro; e o esforço, certamente imperfeito, de recuperar elementos do rico depoimento de colegas que foram protagonistas da história da participação brasileira na articulação do Serviço Social no continente.

A articulação latino-americana no contexto atual

Um dos propósitos desse seminário foi pensar o significado e o papel do Serviço Social na articulação latino-americana em uma nova etapa da expansão imperialista, no marco da hegemonia neoliberal. A perspectiva é o fortalecimento de uma regionalização, que impulse a construção de uma resistência político-cultural-democrática tendo em vista uma inserção mais soberana de nossos países na ordem mundial.

Na abertura deste encontro, Atilio Borón destacou a importância do Brasil nesse contexto, afirmando que, "dos rumos da economia do país dependem, em grande parte, as economias dos demais países latino-americanos". O cientista político considera que, no continente, o Brasil é o país que tem melhores condições de fazer um novo ensaio político de combate ao neoliberalismo. E expressou a expectativa e a preocupação de outros países e de companheiros latino-americanos quanto ao Governo Lula, e aos rumos que vem imprimindo ao desenvolvimento do país. afirmou: para onde vai o Brasil vai a América Latina. E nos indagou: para onde vai o Brasil? Para onde vai a sociedade brasileira? E poderíamos perguntar: para onde vai o Serviço Social brasileiro na articulação latino-americana?

No seu livro *O império e o imperialismo* (Boeon, 2002), o autor sustenta que o acelerado processo de mundialização do capital ocorrido no século XX, longe de dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, potenciou as assimetrias estruturais que definem a inserção dos diferentes países nesta economia. O imperialismo atual mudou, mas não se transformou no seu contrário, como propõe a mitificação neoliberal: uma economia aparentemente global em que todos os países são vistos como meramente interdependentes e solidários. O imperialismo, segundo Borón, conserva sua estrutura e sua identidade, continuando a desempenhar uma função histórica decisiva na lógica da acumulação. Parafraseando Lênin, sustenta ser o Império a fase superior do capitalismo. Ela vem se expressando na crescente ampliação do capital financeiro, na exportação dos capitais e na divisão do mundo em áreas de influência. Enquanto um grupo de nações do capitalismo desenvolvido reforça sua capacidade de controlar a economia mundial em sua crescente financeirização envolvendo a produção e a circulação de mercadorias e serviços, a maioria dos países reforçou sua dependência externa e o hiato que os separa das "metrópoles". Em síntese, a chamada "globalização" aprofundou a submissão dos capitalismos periféricos, cada vez mais incapazes de exercer o mínimo controle sobre os processos econômicos internos, impondo um duplo padrão de avaliação, segundo o qual Washington julga os governos e as ações dos diferentes países: um para avaliar os países aliados e outro para os demais. Enquanto a soberania nacional do primeiro grupo de países deve ser preservada e fortalecida, a dos demais deve ser violada sem escrúpulos. Os mercados globais, que potenciam a competição entre as grandes corporações, sempre requereram uma base nacional e o decisivo apoio dos governos, já que exigem uma série de compromissos dos Estados nacionais que vão desde as políticas de austeridade fiscal, os ajustes estruturais, a desvalorização das moedas locais, a legalização do controle oligopólico das economias, a política de desregulamentação dos mercados inclusive trabalhistas, que enfraquecem os trabalhadores e a organização do trabalho, além do desmonte da seguridade social e a redução dos orçamentos no campo das políticas sociais.

Em síntese, o autor sustenta que as reformas dos Estados nacionais são pouco reformistas no sentido clássico do termo, que remetia a ganhos na soberania popular. Aquelas "reformas" afirmam-se hoje como contra-reformas e radicalizam a questão social.

A resistência ao projeto neoliberal certamente depende das políticas dos governos que buscam uma saída para crises fora dos padrões oficiais definidos pelos organismos internacionais e o fortalecimento da unidade latino-americana no mercado internacional. O elemento fundamental da resistência, contudo, está no avanço da luta de classes, expresso na organização das forças políticas e no fortalecimento da presença organizada e massiva dos sujeitos coletivos na cena pública, impulsionando a luta pela ampliação, preservação e efetivação dos direitos e sua incorporação na institucionalidade

democrática. É essa força coletiva que tem o poder de pressão no sentido de criar alternativas aos ditames neoliberais, aliada a uma batalha político-cultural que conteste o pensamento único e a "específica lógica cultural do capitalismo tardio" (Jameson, 1994, p. 41-59), representada pelo pensamento pós-moderno.

Estes são alguns eixos que nos apontam a necessidade de um fortalecimento político-cultural do Conesul, tanto ao nível societário no âmbito do Mercosul, quanto no âmbito da profissão no sentido de atribuir uma unidade à construção do projeto ético-político do Serviço Social na América Latina e, em especial, da formação profissional no Conesul. É fundamental considerar a América Latina como uma unidade de diferenças, expressas nas particularidades nacionais e das estruturas universitárias e nas trajetórias históricas do Serviço Social nos vários países. No entanto, a construção de um projeto de formação profissional deve congrega as forças acumuladas acadêmico-profissionais, nos campos da investigação, dos currículos, do perfil do trabalho profissional e da organização da categoria, além de fortalecer as relações entre a formação profissional e os espaços ocupacionais dos assistentes sociais no mercado de trabalho, assim como com as lutas sociais desencadeadas em resposta às seqüelas da questão social, nessa conjuntura extremamente difícil para todos.

A história da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina e a contribuição brasileira

O painel crítico sobre a história da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina, a partir dos depoimentos de representantes de nossas entidades ALAETS, CELATS, ABESS/ABEPSS, condensou a história da articulação do Serviço Social na América Latina, pensada e vivida na ótica dos seus protagonistas. Representou um dos momentos altos deste Seminário e nos legou algumas conclusões que merecem destaque.

Nas décadas de 1970 e 1980, a presença do Brasil foi decisiva na constituição do Serviço Social crítico latino-americano, no lastro do "movimento de reconceituação", colaborando na criação de bases teóricas e político-organizativas para sua difusão no continente latino-americano e para seu aprofundamento, o que redundou, ao mesmo tempo, na sua superação. No país, esse processo, coletivamente construído, redundou no que hoje denominamos de "projeto ético-político profissional".

O Brasil teve uma destacada presença nessa história. Contribuiu para re-fundar politicamente a Asociación Latinoamericana de Trabajo Social ALAETS, surgida nos marcos do pan-americanismo, em 1965. Nos anos 1970 e 1980, a entidade, juntamente com o seu organismo acadêmico, o Centro Latinoamericano de Trabajo Social CELATS, desempenhou um importante papel na elaboração de um pensamento crítico do Serviço Social latino-americano, no fortalecimento da organização acadêmico-profissional no

marco continental, assim como na construção da fraternidade dos povos latino-americanos no embate com o imperialismo.

O CELATS surge, pois, no marco do movimento de reconceituação do Serviço Social, em sua radical vocação latino-americana, em um contexto de politização social e profissional e na busca de um aprimoramento teórico-prático. Volta-se às necessidades de capacitação, pesquisa e intercâmbio, direcionados à construção de um Serviço Social de caráter latino-americano, em um momento em que a pós-graduação na área dava os seus primeiros passos. Sua programação, nas décadas de 1970-1980, contemplava basicamente três grandes áreas: (a) investigação voltada ao conhecimento dos setores populares: camponeses, operários, populacionais e indígenas; o papel das políticas sociais públicas, em especial saúde e habitação; o conhecimento da realidade institucional onde opera o Serviço Social, suas associações profissionais e o perfil profissional; a história do Serviço Social na América Latina; (b) capacitação continuada permitindo uma reflexão sobre a atuação dos profissionais, por meio de seminários, cursos a distância. A ALAETS e o CELATS tiveram um papel pioneiro na organização da pós-graduação em Serviço Social no continente, consubstanciado na Maestria Latinoamericana em Trabajo Social, em convênio com a Universidad Autónoma de Honduras, sediada em Tegucigalpa; (c) comunicação, com a publicação da série Livros-Celats, a revista Acción Crítica e os Cuadernos Celats.

A ALAETS e o CELATS contribuíram para ampliar o horizonte da profissão voltada às particularidades da realidade latino-americana, apoiaram os profissionais na sua formação, no exercício e na atuação política, na luta contra o arbítrio das ditaduras militares que grassaram no continente. A trajetória histórica daquelas entidades com as quais tenho um débito pessoal, profissional e político, porque também me apoiaram nessa luta nos deixa um precioso legado.

Este movimento político-cultural contestatório do Serviço Social latino-americano surge no contexto de guerra fria, na luta contra o imperialismo em um ciclo expansionista do capital. É esse contexto que permite entender inclusive a presença do financiamento alemão, por meio da Fundação Konrad Adenauer, na articulação do Serviço Social no continente. Ela é indissociável de uma disputa por parte dos países "centrais" pela hegemonia na América Latina naquele período de crescimento, que esgota seu ciclo expansionista nos anos 1980. Este esgotamento coincide historicamente com a crise do Leste Europeu, seguido da expansão neoliberal e da vitória do Império contra as forças democráticas. É sintomático que o fim do ciclo crítico do Serviço Social latino-americano coincida com a retirada do financiamento alemão, que dava suporte financeiro e material à organização acadêmico-profissional continental, o que só pode ser explicado num contexto macroscópico de luta pela hegemonia do cenário internacional. Segue-se a busca de novas fontes de financiamento, a partir de organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, o que levou o CELATS a uma dupla direção. Em primeiro lugar, a

programas focalizados de prática profissional, fora da órbita direta do Estado e do campo das políticas públicas, voltados ao apoio de experiências práticas isoladas e à sua sistematização, a partir da proliferação das ONGs do continente. Em segundo lugar, uma tendência à mercantilização dos serviços prestados pela entidade e à expansão de propostas técnicas voltadas para a gestão no estilo empresarial, segundo os critérios de eficácia, eficiência e rentabilidade.

A hipótese é de que essa etapa de decadência do CELATS/ALAETS é também a perda da hegemonia do pensamento crítico, apoiado na tradição marxista e alimentado com a aproximação às forças vivas presentes nas lutas progressistas do continente. Ou seja, o esvaziamento teórico e político da ALAETS e do CELATS está relacionado com a perda de seu projeto profissional fundador, que teve uma força decisiva na renovação do Serviço Social latino-americano, como nos alertou a professora Marieta Koike. Esse esvaziamento foi acompanhado da construção da hegemonia de um outro projeto político-profissional, que afirma a adesão aos imperativos do mercado, dócil aos influxos neoliberais; um projeto profissional débil teoricamente e dotado de fortes traços pragmatistas e empiristas. O Serviço Social passa a atuar sobre fragmentos isolados da questão social, perdendo a dimensão da totalidade e da luta de classes. Redundou no que foi aqui demonstrado: um quadro de representação frágil da categoria profissional na América Latina, desvinculada dos desafios políticos do nosso tempo e atravessada por posturas individualistas.

Em síntese, a decadência do CELATS/ALAETS é parte e expressão da decadência neoliberal que, contraditoriamente, aponta a vitalidade, no Brasil, do projeto fundador do CELATS. Aqui os rumos profissionais foram outros: foi construída uma resistência político-profissional à regressão conservadora, transformada num desafio que animou o Serviço Social brasileiro ao longo dos últimos vinte anos, permitindo-lhe afirmar e ultrapassar o projeto fundador do CELATS/ALAETS. Porque nós remamos contra maré, consolidamos a construção de um projeto político-profissional, vitalizado por um forte investimento teórico-crítico e político de resistência ao neoliberalismo e à pós-modernidade enquanto lógica cultural do capitalismo tardio.

A Dra. Margarita Rozas, ex-diretora do CELATS, em sua exposição neste evento, indicava que a ALAETS e o CELATS tiveram uma dupla importância na América Latina: de um lado, na articulação do Serviço Social latino-americano e, de outro, na formulação de um pensamento crítico no Serviço Social. Essa dupla dimensão é fundamental a ser considerada, porque a perda desse pensamento crítico vem junto com a aceitação dos pressupostos da nova ordem sob o domínio do Império. Assim, a decadência do CELATS não pode ser apenas analisada sob um ângulo limitado aos muros internos do Serviço Social e aos entraves burocráticos e institucionais, ainda que devam ser considerados.

Recuperando a história, afirmaria que o momento em que o CELATS começa a fragmentar suas ações, distanciadas do seu projeto fundador, já é um momento de

ascensão neoliberal no Chile, quando se passa a propugnar ações profissionais fora dos aparatos do Estado e pulverizadas em projetos focalizados, distanciadas da perspectiva que alimentou o Serviço Social crítico latino-americano em momentos anteriores. Contraditoriamente, o Brasil se distancia de uma forma decisiva desse trajeto: aqui vicejou no universo profissional um forte movimento progressista de esquerda, registrado nos depoimentos apresentados, o que se encontra na raiz da agenda atual da formação profissional.

O Brasil se beneficiou de uma forma decisiva dessa trajetória, ao mesmo tempo em que teve uma forte presença na sua construção, assim como no aperfeiçoamento e ultrapassagem daquele projeto fundador. Em 1979, no Rio de Janeiro, realizou-se o Encontro Nacional de Capacitação Continuada (Iamamoto et al., 1979, p. 32-37), promovido pelo CELATS preparando a "virada política" na luta contra o conservadorismo profissional. A entidade apoiou o país com recursos financeiros e suporte profissional e político para criar uma base de organização sindical nacional. Resultou na expansão e fortalecimento, no campo do Serviço Social, de um movimento sindical de âmbito nacional representado pela Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) e num forte impulso à renovação crítica do conjunto do CFESS/CRESS. Esse processo organizativo esteve por detrás da virada do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979, marco simbólico da reorientação do Serviço Social brasileiro no enfrentamento do conservadorismo profissional. Por outro lado, o Brasil foi ainda beneficiado com a capacitação continuada de quadros profissionais, impulsionando pela ALAETS e pelo CELATS, e voltada à renovação crítica do exercício profissional, apoiada ainda em cursos a distância, seminários e intercâmbios. No âmbito da investigação, a contribuição do CELATS também foi pioneira, tanto no âmbito da análise teórica da política social quanto na história da profissão. A linha da pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, impulsionada pelo CELATS, gerou inúmeros projetos de pesquisa regionais e nacionais. Impulsionou a reconstrução da história profissional numa perspectiva inédita, consubstanciada não apenas nos resultados da pesquisa do CELATS, mas em um esforço coletivo de diferentes unidades de ensino em várias regiões do país, que re-visitaram e reconstruíram a sua história. O debate sobre as políticas sociais foi incorporado com vigor e desenvolvido a partir das contribuições iniciais, adensando e ultrapassando aquela produção inicial.

Nas décadas de 1980-1990, o Serviço Social brasileiro segue adiante, aprofunda a sua qualificação acadêmica, impulsionada pela decisiva expansão da pós-graduação. Faz uma interlocução crítica com a produção herdada das décadas de 1960-1970 e elabora uma crítica marxista do próprio "marxismo vulgar" que impregnou a reconceitualização. Esta efetivou uma ampla segmentação entre valores progressistas e um instrumental teórico-metodológico profundamente eivado por um viés epistemologista e positivista, que resultou em uma "ética de esquerda e numa epistemologia de direita",

nos termos de Lukács (1963). Nós fizemos essa crítica, aprofundamos os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, fizemos um balanço da nossa formação profissional e elaboramos um projeto nacional de formação profissional, sob a direção da ABEPSS, referendado pela Comissão de Especialistas do MEC e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. Este projeto da categoria, apesar das desfigurações que sofreu nas instâncias oficiais, tem uma hegemonia na categoria profissional, pois é ele que imprime os parâmetros do processo de formação profissional no país. E mais ainda, revimos a nossa regulamentação ético-profissional, a partir de quadro de valores éticos humanistas que, pela sua historicidade e compromisso com a emancipação humana, mantêm sua atualidade, estabelecendo parâmetros para a direção profissional e para o debate plural do Serviço Social. Nosso pluralismo não é o pluralismo liberal, mas o pluralismo com hegemonia, que se fundamenta no respeito à democracia, à liberdade, aos direitos humanos, recusando todas as formas de preconceito e orientado para a emancipação dos indivíduos sociais. Este quadro dos princípios éticos afirma a nossa direção e o nosso combate.

Nesse período, ao se reconstruir, o Serviço Social brasileiro voltou-se para a realidade do país e afastou-se da organização profissional latino-americana. Foi reencontrá-la já em seu ciclo de decadência. Esse afastamento relativo do Brasil da articulação orgânica do Serviço Social no continente latino-americano, durante o processo de construção do nosso projeto profissional e pedagógico, contribuiu para abrir um campo sem disputas, que foi ocupado por uma outra perspectiva profissional que gerou a decadência daquele projeto fundador do CELATS/ALAETS.

Contraditoriamente, neste período tivemos o fortalecimento da nossa formação profissional, o crescimento da pós-graduação que passa abrigar demandas dos outros países latino-americanos, e produção de uma literatura que se difunde hoje na América Latina, em especial no Cone Sul, que se torna referência para renovação e formação do exercício profissional. A pós-graduação teve um papel fundamental na construção e na formação de novos quadros profissionais que, ao voltarem a seus países, levaram a nossa reflexão coletiva. Não se pode silenciar quanto às iniciativas de organização e dinamização do Comitê Mercosul do Serviço Social, que conta com a participação do Conselho Federal de Serviço Social. Todavia, no campo da formação acadêmico-profissional não há registros recentes de uma articulação politicamente orgânica por parte das entidades e unidades de ensino nesse âmbito.

É necessário pensar na contribuição e importância que o Serviço Social brasileiro teve nesse processo. No contexto latino-americano, o Brasil é o país que mais resistiu e aprofundou um projeto que está na base da fundação deste movimento ainda que mais voltado para o Brasil. Já abrimos um diálogo com o Cone Sul e com a Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), mas no âmbito da formação profissional precisamos dar uma resposta.

Neste processo temos um desafio: a nossa presença ativa no cenário latino-americano colaborando com o intercâmbio nos níveis de capacitação, de pesquisa e no ensino da graduação e pós-graduação, o que requer entidades fortes e com objetivos claros. É preciso apostar na re-fundação ou re-dimensionamento do projeto da ALAETS, considerando a diversidade das regiões latino-americanas a região do México e Caribe, a região Andina e o Cone Sul como uma unidade de diversidades.

Neste cenário existe a Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social, cuja existência não depende do Brasil, ainda que possa contar com a nossa presença e protagonismo. Somos associados da ALAETS, estamos em dia com as anuidades e temos direito a voto. Todavia, o Brasil não tem o poder de fazê-la morrer ou sobreviver. Ela nos incorpora e ultrapassa, situada numa arena de disputa entre projetos acadêmicos e profissionais. Embora no presente possa estar frágil na sua representatividade e legitimidade, em especial no Cone Sul, é a única organização no âmbito da formação profissional de caráter continental, que congrega, ainda que de maneira débil, entidades nacionais dos diferentes países da América Latina.

O Brasil tem muito a oferecer e tem um débito com os colegas latino-americanos. A participação na disputa política para a dinamização da ALAETS no Cone Sul depende de uma firme decisão política que abra caminhos para o enriquecimento conjunto de todos nós por meio do intercâmbio entre as nações da América Latina. Esse é um caminho fértil para fazer avançar a construção e ampliação de um projeto ético-político para o Serviço Social latino-americano. Um projeto para a profissão indissociável de um projeto de sociedade com uma direção anticapitalista, voltada ao enfrentamento das profundas desigualdades condensadas na concentração de renda, da propriedade da terra e do poder, produzidas e reproduzidas, impulsionadas pela financeirização da economia. No verso desse processo encontra-se a banalização da vida humana, em que se condensa a "questão social" na atualidade.

Referências

- AMPUERO, Ramón Miranda. El Celats: organismo de cooperación técnica internacional. Revista Acción Crítica, Lima, Celats, n. 1, 1976.
- BORON, Atílio A. Império e imperialismo. (Uma leitura crítica de Michel Hardt e Antônio Negri). Buenos Aires, Clacso, 2002.
- CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 2, p. 43-51, 1980.
- CASTRO, Manuel Manrique. De apóstoles a agentes de cambio. El trabajo social en la historia latinoamericana. Lima: Celats, 1982.
- . História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 1984.
- IAMAMOTO, M. V. et al. Encuentro Nacional de Capacitación Continuada. Revista Acción Crítica, Lima, Peru, CELATS/ALAETS, n. 6, dez. 1979, p. 32-37.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relaciones Sociales y Servicio Social.

Lima, Peru: Celats, 1979.

. Relaciones sociales e Serviço Social. 15. ed. Lima, Peru: Celats; São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CASTRO, Manuel Manrique. Hacia el estudio de la historia del Trabajo Social en América Latina. Acción Crítica, Lima, Celats/Alaets, n. 5, p. 53-73, 1979.

JAMESON, F. Marxismo e pós-modernismo. In: Espaço e imagem. Teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.

LARCO, Alejandro Maguina, Desarrollo capitalista y Trabajo Social, Peru, 1896-1976. Lima: Celats, 1979.

LUKÁCS, G. La theórie du roman. Genebra: Gonthier, 1963.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL

Potyara A. Pereira*

Fundamentos da conceituação

Questão social, como diz Castel (1998), é um desafio que interroga, que põe em questão a capacidade de uma sociedade (ou nação) existir como um conjunto ligado por relações de interdependência, isto é, por relações de integração. É, mais exatamente, uma ameaça de rompimento desse conjunto de relações, que se manifesta por meio de conflitos de interesses. Esta é a percepção corrente de questão social encontrada também em autores como Rosanvallon (1998) e outros, mais antigos, que se tornaram clássicos, como Karl Polanyi (1980).

Contudo, poucos salientam o fato de que o desafio que constitui uma ameaça de ruptura tem dois elementos fundamentais na sua composição: um, estrutural, e, outro, histórico. Ou melhor, de um lado, a questão social é constituída de fatores estruturais, que independem da ação política de sujeitos em dadas circunstâncias; e, de outro, contém ações deliberadas e conscientes de sujeitos que querem mudar a sua história. Donde se conclui que, isoladamente, nenhum desses dois elementos é capaz de suscitar a questão social. A questão social é produto e expressão da relação contraditória entre esses dois elementos, ou sucintamente, é produto e expressão da contradição fundamental entre capital e trabalho historicamente problematizada.

Com efeito, a questão social assim qualificada foi suscitada no início do século XIX não só pela existência efetiva, real, de condições desumanas de vida e de trabalho do proletariado emergente no bojo do moderno processo de industrialização, mas também pela tomada de consciência e reação dessa classe contra essas condições. É por isso que Castel, em uma passagem pouco aprofundada de seu livro "As metamorfoses da questão social" (1988), diz que a classe trabalhadora industrial, submetida a um degradante estado de pauperização pela burguesia (Polanyi, 1980), foi ao mesmo tempo vítima dessa situação e agente de sua problematização.

Portanto, vale a pena insistir: A questão social articula ao mesmo tempo estrutura e sujeitos históricos tanto na sua origem quanto no seu processamento. Isso quer dizer que, para a sua constituição e desenvolvimento, não bastam mudanças estruturais impulsionadas pelo avanço de forças produtivas, que, por sua vez, vão forçar a superação de antigas relações de produção jurídicas, culturais, etc. É preciso ainda que:

- a) sujeitos sociais conscientes e estrategicamente situados como forças políticas, aproveitem as contradições engendradas pelas mudanças estruturais para problematizar e desnaturalizar iniquidades sociais prevalentes;
- b) tais sujeitos inscrevam no pensamento e no discurso dos dominantes, bem como na agenda dos governos, as suas problematizações referentes a fatos reais, regulares no tempo, que estão a exigir respostas políticas.

Surgimento e conceituação aproximada da questão social

Como já insinuado, o surgimento da questão social, ocorreu no bojo do processo selvagem de industrialização capitalista no século XIX, na Grã-Bretanha. Esse surgimento está associado aos pleitos da classe trabalhadora de então por algum tipo de proteção social e legal, dada a consciência da miséria a que estava submetida. Tal fato marcou profunda inflexão na concepção e no trato da pobreza e da proteção social pública, porque, pela primeira vez, a naturalização da miséria foi politicamente contestada. Como diz Castro Gomes (1979, p. 31), naquela época, a pobreza não era considerada um "problema", ou um "fenômeno disfuncional" para a vida das sociedades, capaz de merecer algum tipo de consideração política e científica com vista ao seu enfrentamento. Pelo contrário, conforme Bendix (1996), desde o mercantilismo, no século XIV, predominava o senso comum de que a pobreza era útil ao enriquecimento dos Estados-Nação e, por isso, deveria ser cultivada. Esse cultivo era condição necessária para transformar os pobres em classe laboriosa, sempre a serviço da acumulação de riquezas nacionais. Tais concepções contribuíram enormemente para a formação de ideologias empresariais, como a doutrina da utilidade da pobreza, a qual, segundo Bendix (ibidem), preconizava a reprodução dos pobres, dada a sua utilidade econômica, e encarava o trabalho estafante por eles realizado como "terapia" ou "pedagogia", impeditivas de revoltas contra o sistema e de exteriorizações de suas "más qualidades" (vícios, preguiça, falta de ambição). Os pobres, portanto, eram "homens comuns", toscos, brutos, colocados utilitariamente a serviço de "homens de qualidade".

Essa situação perdurou até 1830 quando, no rastro da moderna Revolução Industrial, o pauperismo se expandiu de tal forma que se confundiu, segundo Rosanvallon (1998), com o próprio processo de industrialização. Tal fato, representou uma "subversão de perspectivas", exigindo reconsiderações inéditas a respeito da propriedade privada e do trabalho, porque, nem por um instante, se imaginava que:

- a) "um trabalhador empregado pudesse ter um nível de renda tão baixo que quase fosse possível considerá-lo um indigente" (Rosanvallon, id., p. 35);
- b) a pobreza não mais decorresse da escassez, mas da abundância, isto é, "crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas". Ou seja, "tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB.

serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente" (Netto, 2001, p. 42).

Daí a "perplexidade dos liberais" e a compreensão, tanto da burguesia quanto das autoridades públicas e, principalmente, do proletariado ascendente e dos críticos do sistema, de que a condição social da classe trabalhadora não poderia ser tratada com mais trabalho e nem com caridade. Tal condição questionava os próprios fundamentos da nova organização econômico-social instituída e ameaçava as suas relações de interdependência ou de "coesão social". E, mais, punha em relevo as condições objetivas e subjetivas para o surgimento da questão social, a saber:

Condições objetivas

- a) surgimento de "novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano e dos direitos sociais que daí advieram no final do século XIX" (Castro Gomes, id., p. 31);
- b) aparecimento de duas grandes classes sociais diretamente contrapostas: burguesia e proletariado. "Daí Marx qualificar a Revolução Industrial como a fase prévia da luta de classes e como a gestora de novas condições de opressão dada à imposição, desde então, da burguesia como classe dominante" (Pereira-Pereira, 2001, p. 60);
- c) introdução de uma nova forma de exploração que, diferente das explorações escravistas e feudais (levadas a efeito de modo direto e óbvio), escamoteava sob o discurso da liberdade na esfera ruidosa da circulação, a mais cruel opressão no recôndito silencioso da produção (Gough; 1982; Urry, 1982);
- d) a pauperização crescente da classe trabalhadora determinada pela tendência capitalista de aumentar a taxa de exploração do trabalho independentemente da produtividade desta.

Donde se conclui que é a peculiar forma de exploração capitalista, sobre a qual se assenta a estrutura social desse modo de produção, que engendra e aprofunda a pobreza, determinando, em última instância, o surgimento da questão social. Mas, para tanto, a ação de sujeitos estrategicamente situados e com poder de pressão, também precisa se fazer presente para que essa questão se explicita como tal.

Condições subjetivas

- a) consciência da classe trabalhadora de sua situação de exploração, permitindo que esta passasse de uma "classe em si" a uma classe "para si". Foi essa consciência que caracterizou o pertencimento de classe do proletariado, pois não bastava que ele objetivamente fosse uma classe; era preciso que tivesse consciência disso para impor, "em seu próprio nome", os seus interesses;

- b) solidariedade de classe, isto é, a organização dos trabalhadores guiada pelos princípios da cooperação e do apoio mútuo, em torno de um objetivo comum: a melhoria de suas condições sociais. Isso colocou em rota de colisão dois conjuntos diferenciados de interesses: o da burguesia, em sua busca incessante por maior rentabilidade econômica privada, e o do proletariado, em seu intento de encontrar respostas condignas às suas legítimas necessidades sociais;
- c) inscrição das demandas dos trabalhadores no pensamento e no discurso da classe dominante, bem como na agenda política dos governos, como uma questão que ameaçava a "coesão social". Tanto foi assim que o termo questão social não foi cunhado pelo proletariado, mas pelos críticos do sistema e, posteriormente, pela própria burguesia;
- d) reconhecimento de que o pauperismo não era um "estado de coisa" natural, mas um fato histórico, produzido e reproduzido socialmente, e, por isso, passível de enfrentamento e superação. Para tanto, foram de grande valia pesquisas sobre a pobreza, realizadas na Grã-Bretanha nos fins do século XIX (como as de Rowntree e Booth), as quais concluíram que o pauperismo era um problema social sério e extenso produzido pelo próprio sistema (Alcock, 1992);
- e) pressão dos trabalhadores para a instituição de um lugar a ser ocupado pela dimensão social a partir "do hiato existente entre a organização política e o sistema econômico" (Castel). Este social, por não obedecer nem à lógica estritamente econômica e nem à jurisdição estritamente política, deveria, como de fato ocorreu, consistir num sistema de regulação não mercantil, baseado na cidadania, que colocasse barreiras ao despotismo do capital.

Diante do exposto, e articulando as condições objetivas e subjetivas mencionadas, pode-se chegar, em primeira aproximação, à seguinte concepção do conteúdo complexo da questão social originada no século XIX: É um desafio histórico-estrutural, que resulta das contradições concretas entre capital e trabalho, a partir do moderno processo de industrialização capitalista, tendo como determinantes indissociáveis: (a) o empobrecimento agudo da classe trabalhadora (produzido pelo peculiar modo de exploração burguesa); (b) a consciência dessa classe de sua condição de exploração; (c) a luta política desencadeada por essa classe contra os seus opressores a partir dessa consciência.

Fica claro, com base nessa concepção, que a industrialização, acompanhada da urbanização, constituiu o processo desencadeador da questão social, no qual as relações sociais e econômicas pré-industriais foram substancialmente desmanteladas pelo avanço das forças produtivas, que respondem, primariamente, pelas mudanças estruturais. A pobreza resultante desse processo não constituiu em si a questão social, como é comumente entendido, e nem constituirá em nenhum outro momento histórico. Ela foi (e é) a pré-condição estrutural da questão social que, para ser explicitada como tal,

precisou ser politicamente problematizada por atores sociais dotados de poder de pressão e capacidade de ameaçar a coesão do sistema. Sem essa problematização, a pobreza, o desemprego, a "exclusão social", mesmo produzindo efeitos deletérios e devastadores sobre a humanidade, não constituirão a questão social na sua inteireza.

Mas, se a questão social só surgiu no século XIX, que nome deve ser dado aos desafios e às ameaças de ruptura do tecido social ocorridos antes desse século? E o que vem a ser a chamada nova questão social instaurada, na opinião de vários autores, nos fins dos anos 70 do século XX e agravada nos dias atuais?

Para efeitos didáticos, falemos primeiramente do antes, para, a seguir, discutirmos o depois.

A questão social antes do século XIX

Dos autores que admitem existência de um esboço de questão social nas sociedades pré-capitalistas, Castel (1998) é o que apresenta reflexões mais sistematizadas.

Para ele, as sociedades pré-capitalistas, isto é, "o período histórico que, no Ocidente cristão, vai da metade do século XIV às profundas transformações ocorridas no fim do século XVIII" (p. 43), já apresentavam desafios sociais relacionados à pobreza. Esses desafios, embora estivessem desfalcados do pleito por direitos, também já exigiam dos poderes públicos sistemáticas regulações. Isto significa que, antes da "invenção do social" como espaço paulatinamente ocupado pela cidadania desde fins do século XIX, já existia um social que se incumbia do controle dos pobres, não só com medidas assistenciais, mas também com repressão. É o caso de múltiplas formas institucionais, de natureza não mercantil, como a assistência aos pobres promovida pelas Poor Law inglesas; a repressão governamental aos "vagabundos", que podiam trabalhar, mas eram alvos da instabilidade dos empregos e vagavam em busca de ocupações sempre incertas; a obrigação do trabalho e a disciplina draconiana nos asilos, albergues e casas de trabalho forçado (workhouses), tão bem descritos por escritores como Charles Dickens; e o controle da circulação da mão-de-obra.

Essas regulações ocorriam, diz Castel (ibidem), porque já despontavam desafios nas sociedades pré-industriais da Europa Ocidental, ameaçando a integração social em torno do trabalho, considerado, desde aquela época, o eixo da questão social. Assim, na base de todos esses controles sobre os pobres e os vagabundos, estava o interesse dissimulado de facilitar o livre acesso ao trabalho que sofreu redefinições sob o impulso de novas forças produtivas.

É por isso que, não obstante a sua pseudoconformação antes do século XIX, a questão social só vai, de fato, ocorrer entre a primeira metade desse século e os anos 60 do século XX, com o processo moderno de industrialização capitalista, cuja peculiaridade

pode ser identificada nos seguintes fenômenos antes inexistentes:

A) a pobreza, já mencionada (Netto, ibidem), passou a ter "uma dinâmica radicalmente nova". Assim, na primeira metade do século XIX, "se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais" (p. 42) e a resistência dos oprimidos, a pobreza era diferente e inédita. Pela primeira vez ela passou a ser encarada como problema e não como solução. Seu caráter utilitário foi desmistificado. E a sua associação com a ausência de desenvolvimento econômico e a ociosidade caiu por terra. Agora, parafraseando Netto, ela se produzia pela mesma lógica que propiciava as condições para a sua superação;

b) a exploração, também já mencionada, e que, apesar de ser igualmente antiga, passou a ter uma inédita e diferente conotação. Efetivamente, o conceito de exploração capitalista difere radicalmente da exploração nos modos de produção pré-capitalistas, porque envolve classes sociais, organização do processo de trabalho, formas de apropriação do excedente e relações de produção diferentes. No modo de produção escravista, "a atividade produtiva básica era levada a efeito por uma classe sem direitos e liberdade, cujos corpos inclusive eram propriedade do patrão. No modo de produção feudal, em troca de obrigações específicas do senhor, o servo devia dar a este um número específico de dias de trabalho (ou o seu equivalente em dinheiro ou espécie). Em ambos, a extração do excedente de trabalho era direta e óbvia" (Gough, 1982, p. 73), diferente do que acontece no capitalismo que se vale de intermediações e subterfúgios (fetiches). Sob o capitalismo, apesar da "liberdade" dos trabalhadores para vender a sua força de trabalho, e da "igualdade" do mercado onde cada bem e serviço é trocado pelo seu equivalente, a coerção é patente na esfera da produção, porque, uma vez empregado, o trabalhador fica sob o mando do empregador. Por isso, três são as características definidoras da sociedade industrial capitalista, que estão ausentes nas sociedades pré-capitalistas: (1) a separação dos produtores diretos, que vendem sua força de trabalho como mercadoria, dos meios de produção; (2) a instituição da propriedade privada na forma de muitas unidades que competem entre si e (3) o controle capitalista do processo de produção (ou processo de trabalho) e, portanto, sobre as forças da tecnologia (Gough, ibidem);

c) as classes sociais básicas (burguesia e proletariado), igualmente novas e em permanente conflito em torno de uma mercadoria especial - a força de trabalho - antes não considerada como tal.

A questão social depois dos anos 70 do século XX

Quanto à nova questão social, vários autores, ou interessados no tema, admitem a sua existência, constituindo exceção os que não a reconhecem como tal, isto

é, nem como nova e nem como questão. Há, porém, um pequeno grupo que a considera como questão, mas não como nova. Seus argumentos são, no meu ponto de vista, instigantes e, neles, encontrei fecundas contribuições. Contudo, levando em conta a ausência de decisivas prolematizações políticas dos ingentes desafios atuais, não consigo perceber a presença de uma explícita questão social, e muito menos de uma nova questão. Mas, antes de expor meus argumentos, vejamos o que vem sendo denominado de nova questão social.

Trata-se, segundo Rosanvallon (1998), do crescimento do desemprego e do surgimento de novas formas de pobreza, acompanhados de novos tipos de insegurança social, causados por mudanças estruturais e políticas desencadeadas a partir do final dos anos 70 do século XX. Tudo isso, conforme Castel (1998), propiciou o aparecimento de um novo conceito que, embora indiferenciado, é o único capaz de recobrir "todas as situações infelizes sem tornar inteligível seu pertencimento a um gênero comum". Isto é, um conceito capaz de recobrir "pessoas e grupos que não têm nem o mesmo passado, nem o mesmo futuro, nem as mesmas vivências e valores [...]. E, inclusive, superclasses". Tal conceito é o de exclusão social, que, embora genérico, não está, segundo Rosanvallon (ibidem), desenquadrado das antigas categorias de exploração do homem.

Só que essa exploração se dá pelo negativo, revelando uma situação verdadeiramente inexistente na época da questão social original, em que, mesmo o trabalhador pior qualificado e desprotegido socialmente, era indispensável ao sistema. O novo dessa situação, portanto, é a redundância para o processo produtivo de consideráveis parcelas da população do planeta e a impossibilidade de tratá-la pelos antigos métodos de gestão social próprios do Estado Social, ora em reestruturação.

Em vista disso, tem-se o seguinte quadro:

A relação entre pobreza e direitos transformou-se com a mudança de percepção desses fenômenos. Assim, se entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 1970, a pobreza era considerada um risco que contava com compensações temporárias do Estado, hoje ela não se equipara a um risco, mas a uma situação estável de exclusão social. Em vista disso, o Estado não pode mais oferecer compensações, pois elas tornam-se iam permanentes. Isso implica considerar o social e as suas formas de regulação de modo diferente, agora dissociado do reconhecimento dos direitos. E, rompida a garantia de direitos, a pobreza contemporânea fica sem salvaguardas.

Esta é, sinteticamente, a situação que se apresenta como uma nova questão social, embora desfalcada de problematizações de atores estratégicos e com poder de pressão. O próprio Castel (ibidem) reconhece que é difícil ver como os excluídos sociais poderão representar uma "força de pressão", um "potencial de luta", se eles "não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social", embora isso, na sua opinião, possa constituir um paradoxo, porque os excluídos continuam fazendo parte e ameaçando o sistema que os engendra. Mas, pelo que se sabe, esta ameaça decorre das

contradições estruturais do fenômeno e não (ainda) de problematizações da parte de forças políticas estratégicas. Ou, em outros termos, a mola estrutural está armada, falta o seu acionamento político.

Eis porque não considero a existência, hoje em dia, de uma questão social por inteiro. Considero sim que os graves desafios atuais são produtos da mesma contradição entre capital e trabalho que gerou a questão social no século XIX, mas que, contemporaneamente, assumiram enormes proporções e não foram suficientemente problematizados. O próprio conceito de exclusão social contribui para esta indefinição política, pois, além de ele ser indiferenciado, oculta o conceito de classe social, que está na base da questão social, e o de status, que sempre fez parte do repertório dos direitos de cidadania. Isso coloca um problema político e teórico sério, pois, como falar de questão social com ausência de classes e sem a perspectiva de direitos?

Não é à toa o retorno de concepções arcaicas e equivocadas de proteção social como resposta a esses desafios. Delas faz parte a revalorização de princípios e critérios de gestão social, que visam prioritariamente reintegrar os que se acham à margem de um sistema que não tem capacidade de integrá-los. E, ao assim fazerem, acabam contribuindo para retardar a explicitação da questão social na sua inteireza.

Em vista disso, convém ficar a par do processo político de transformação de "problemas" (ou de "estados de coisa" naturalizados) em "questões" que exigem resoluções públicas, porque, a meu ver, é este processo que exige do Serviço Social como profissão decisivo entendimento e participação.

A importância da questão social para a política pública

Ampliando o arco de relações da questão social, pode-se dizer que "questões" estratégicas e socialmente produzidas estão na base tanto da política como estratégia de ação, quanto da teoria. Isso quer dizer que, sem a existência de uma questão de partida, não há resolução política e teórica. Mas, seria correto afirmar que a política e a teoria são formas de resolução? Diria que sim, ressaltando as suas diferenças e não encarando, no caso da política, essa resolução uma resposta invariavelmente positiva.

A política tenta resolver uma questão posta na esfera das relações sociais, conferindo, ou não, bens, serviços e direitos reivindicados por uma coletividade.

A teoria tenta resolver uma questão posta na esfera do conhecimento, conferindo explicações a dúvidas relacionadas ao reconhecimento de ignorâncias contidas nessa mesma questão. É por isso que o conhecimento de que não se conhece determinado assunto é o principal ingrediente da pesquisa e o ponto de partida da ciência.

O termo "resolver" tem, portanto, várias conotações. Na maioria das vezes significa dar respostas, que podem ser de diferentes tipos. Diz-se, na maioria das vezes, porque a omissão deliberada, o não dar respostas, também é uma forma de

posicionamento político frente a uma questão.

Na política, que não tem compromissos inarredáveis com a verdade, a resolução pode assumir as seguintes configurações:

- a) atender efetivamente a uma questão;
- b) atender em parte a uma questão;
- c) adiar o atendimento efetivo da questão;
- d) substituir a questão por uma alternativa;
- e) desqualificar a questão, dizendo que ela é uma falsa questão;
- f) negar a inevitabilidade das condições que deram origem à questão;
- g) relegar a questão a um benevolente esquecimento;
- h) reprimir os atores envolvidos na questão.

Na teoria, que tem compromisso com a verdade, a resolução pode assumir as seguintes formas:

- a) problematizar mais ainda a questão posta, com o apoio da pesquisa;
- b) oferecer respostas provisórias e hipotéticas à questão posta;
- c) dar explicações efetivas à questão posta, que nunca são cabais.

O Serviço Social defronta ambos os conjuntos de questões. Porém, o que mais o requisita é o político - enquanto estratégias de ação (policies) porque quase todos os assistentes sociais participam desta arena, seja decidindo, planejando, gerindo ou executando.

Por isso, daqui para frente, vamos nos ater à política, sem esquecer que a análise desta respalda-se em teorias.

Para se analisar a relação entre questão e política, é preciso partir de alguns conceitos-chave, tais como:

- a) problemas (ou questões potenciais, porque constituem a condição prévia para o aparecimento de uma questão): são identificados com necessidades e demandas ainda não suficientemente problematizados tendo, por isso, a sua resolução política constantemente adiada. Assumem, geralmente, a forma de "estados de coisas" naturalizados que, apesar de produzirem efeitos negativos, não mobilizam forças políticas para o seu enfrentamento. Daí serem também considerados "não-questões";
 - b) questões: são necessidades e demandas socialmente problematizadas por atores sociais estratégicos e com poder de pressão, que crêem poder fazer algo para mudar "estados de coisas" prevaletentes e se mobilizam porque possuem condições de promover a incorporação de seus pleitos na agenda pública.
- Só quando um problema se transforma em questão é que as políticas, como estratégias de ação, surgem.

No processo de constituição da questão, muitos atores (classes, frações de classes, grupos e até indivíduos estrategicamente situados) se envolvem a favor ou contra ela. Descobrir esses atores, sua natureza, suas intenções, objetivos, interesses, recursos,

capacidade de mobilização, alianças e conflitos é um passo importante na análise de políticas públicas. Nessa análise a qual pode contribuir para a elaboração de teorias deve-se, segundo Oszlak e O'Donnell (1976), procurar saber:

- a) quem e como problematizou necessidades e demandas?
- b) quem, como e quando converteu o problema em questão?
- c) com que recursos, estratégias e alianças? Com que oposição?
- d) que forças sociais teve de enfrentar?
- e) qual a definição da questão posta?

Donde se conclui que analisar o lapso entre o prévio surgimento de uma questão e o processo mediante o qual esta questão se constitui como tal, é importante não só para interpretar o significado e o alcance das políticas apresentadas como respostas a essa questão, mas também para melhor se conhecer o caráter do Estado e os padrões de relações que ele mantém com a sociedade. Entretanto, não termina aí a análise.

Uma questão socialmente posta sempre exige resolução política. Já foram vistas as formas que essa resolução pode tomar. Por isso, independentemente da forma assumida, diz-se que uma política voltada para a resolução de uma questão é uma tomada de posição intencional. Em geral, inclui decisões de uma ou várias organizações, simultâneas ou sucessivas, que constituem o modo de intervenção frente à questão.

Daí porque a tomada de decisão não é unívoca, homogênea, permanente e nem invariavelmente positiva. A omissão (ou não-ação) e a repressão fazem parte do repertório das resoluções.

Há, ainda, que destacar o caráter negociado ou abertamente conflituoso que freqüentemente assumem as tomadas de posição do Estado frente a uma questão. Isso explica por que a resolução pode provocar outros problemas e questões.

A análise aqui privilegiada da relação da questão com a política, da qual retiram-se informações a respeito das articulações dinâmicas entre Estado e sociedade, difere de esquemas analíticos sistêmicos que privilegiam a fragmentação das demandas (inputs) e produtos (outputs) ou a simples análise de impactos sociais. Por conseguinte, o que está na base da análise em pauta é a relação orgânica entre Estado e sociedade como um todo, que não se caracteriza como uma soma, mas como um processo unitário. Nesse sentido, a política só adquire significação prática e teórica na medida em que for sistematicamente vinculada a uma questão.

Referências

- ALCOCK, Pete. What is social policy? In: et al. The student's companion to social policy. Oxford: Blackwell, 1992.
- BENDIX, Reinhard. Construção nacional e cidadania. São Paulo: EDUSP, 1996.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crítica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A questão social no Brasil: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOUGH, Ian. Economía política del Estado del Bienestar. Madrid: Blume, 1982.

MARX, Karl. O 18 brumário. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

. A questão judaica. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". In: Rev. Temporalis, n. 3, ABEPSS, ano 2, jan./jun. 2001.

OSZLAK, Oscar; O'DONNELL. Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. Documentos CEDES/G.E. CLACSO, n. 4, 1976.

PEREIRA-PEREIRA. Potyara A. questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. In: Rev. Temporalis, n. 3, ABEPSS, ano 2, jan./jun. de 2001.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROSANVANLLON, Pierre. A nova questão social: repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

URRY, John. Anatomia das sociedades capitalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WANDERLEY et al. Desigualdade e questão social. São Paulo: EDUC, 2000.

PLANEJAMENTO DA PESQUISA SOCIAL

Jane Cruz Prates*

Naquilo com que um espírito se satisfaz,
mede-se a grandeza de sua perda. (Hegel)

A produção de uma síntese teórica que sirva de fundamento à realização de uma Oficina, proposta pela ABEPSS, sobre o tema Metodologia de Pesquisa, constitui-se num grande desafio. Em primeiro lugar, pelo significado construído com o conjunto da categoria, pela Associação, que atribui à pesquisa uma importância fundamental no âmbito da formação e da competência profissional; em segundo lugar, pela complexidade do tema.

Nossa proposta é tematizar, sob a forma de uma síntese didática, o processo de planejamento de pesquisa, desde a escolha do tema à análise dos dados, à luz da teoria crítica. Para iniciar o movimento de reflexão, precisamos nos questionar sobre por que pesquisamos? Investigamos para responder a indagações que nos são postas pela realidade. Logo, uma pesquisa deve responder sempre a um problema, seja teórico ou prático. Em se tratando do referencial dialético crítico, pelo qual nos orientamos, no entanto, sempre será teórico-prático porque tem a transformação do real como finalidade, o que só pode ser realizado a partir dessa unidade necessária.

Pesquisamos, cotidianamente, preços, alternativas, interesses, etc.; mas o que diferencia uma pesquisa realizada a partir do senso comum, orientada pela imediatez e pelo bom senso, de uma pesquisa científica é a profundidade com que tratamos o tema em estudo, o uso de critérios de cientificidade, a apropriação e utilização de métodos científicos. Para tanto, é de fundamental importância o planejamento da pesquisa que se materializa, ou toma forma no projeto de pesquisa. No caso do paradigma dialético crítico, fundamentado pelo materialismo histórico, trabalha-se com a idéia, segundo Frigotto (1994, p. 73) de "monismo materialista em contraposição à concepção de pluralismo e ecletismo metodológicos [...]". Este método, conforme o autor, se caracteriza pela ruptura entre as análises pseudoconcretas, metafísicas de diferentes matrizes e a ciência da história ou do humano-social, epistemologicamente radical (que vai à raiz), atingindo as leis fundamentais da organização, desenvolvimento e transformação dos fatos e problemas histórico-sociais (Frigotto, 1994, p. 72).

Com perspectiva teleológica, o método dialético crítico contempla, no processo

* Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS, Professora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Pesquisadora do Laboratório Internacional de Estudos Sociais - Labinter, autora de artigos e livro sobre pesquisa, Coordenadora de projetos da Secretaria de Captação de Recursos e Cooperação Internacional do Município de Porto Alegre.

¹² Apud Lefebvre, 1991, p. 241.

investigativo, o equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade.

Conforme Lefebvre (1991, p. 249), "o método é a consciência da forma do movimento interno do seu conteúdo".

E, por fim, complementa Lefebvre (1991, p. 241) dizendo que "o método dialético desse modo, revelar-se-á ao mesmo tempo rigoroso e o mais fecundo".

Na verdade, o que mais nos encanta na teoria e no método marxiano é exatamente a profundidade da pesquisa intrinsecamente relacionada e direcionada para a realidade social e para as ações concretas com vistas à sua transformação, a superação dos estudos contemplativos por investigações compromissadas com os temas e sujeitos envolvidos no estudo. O pesquisador, que se coloca consciente diante de uma realidade da qual faz parte e pela qual é necessariamente influenciado, tem a sensação do ponto no universo, pequeno diante da complexidade do real e grande diante da possibilidade de seu desvendamento (Prates, 2003b).

Mas, retomando a argumentação sobre os indicadores que demarcam um estudo como científico, podemos considerar, tomando por base as contribuições de Demo (1995, p. 20-26) que os critérios de cientificidade podem ser divididos em internos e externos.

Os critérios internos (ou de qualidade formal) são: A coerência ou seja, uma argumentação bem estruturada, lógica, clara, que se constitua em desdobramento de totalizações provisórias sobre o tema, com significados que se esclarecem e aprofundam. Apresentados a partir de um fio condutor lógico, ou seja, com começo, meio e fim; e que não apresente conceitos e/ou posições contraditórias para fundamentar seu argumento.

A consistência profundidade da argumentação, capacidade de resistir a contra-argumentações, atualidade no uso de fontes, diversidade, qualidade e confiabilidade de fontes e dados. A originalidade pesquisa criativa e não repetitiva, reprodutora do já produzido, que inove e acrescente à produção do conhecimento. A objetivação ou seja, a capacidade de explicitar o fenômeno, buscando a maior aproximação possível da fidedignidade, do real, exposição que não se paute por discursos prolixos, redundantes ou deturpados.

Os critérios externos (ou de qualidade política), segundo Demo (1995), são considerados relevantes e/ou científicos apenas por algumas orientações epistemológicas e variam no que concerne à maior ou menor relevância a este ou àquele aspecto, conforme a orientação que fundamenta o estudo. Conforme Demo (1995, p. 21), "o critério externo propriamente dito é a intersubjetividade, significando a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar". Podem ser ainda considerados critérios de qualidade política, a validade contextualizada;

histórica, localizada, ou seja, a relatividade histórica; a explicitação, dos valores que fundamentam a investigação, das opções ético-políticas, da subjetividade que influencia a produção, da intencionalidade, da finalidade.

São também considerados por Demo (1995) critérios de qualidade política o não-dogmatismo e a possibilidade de diálogo entre discursos, mesmo distintos.

Acrescentamos ainda a não dicotomização entre teoria e prática, a relevância para os sujeitos sociais (o estudo de problemas concretos na busca de soluções, qualificações, contribuições) e os interesses de classe. Para o positivismo, por exemplo, que separa fato de valor, muitos dos aspectos mencionados são considerados como matéria que não cabe à ciência, logo não podem constituir-se em critérios de cientificidade.

Mas, retomemos o projeto de pesquisa, como materialização do plano de trabalho a ser realizado durante todo o ciclo de investigação. Organizamos nossas idéias, propostas, estratégias, no plano de trabalho. Não elaboramos um plano de trabalho sem uma apreensão contextualizada do que precisamos enfrentar. Não elaboramos um plano de trabalho sem um conjunto de valores que orientam nossa leitura de realidade, nosso entendimento de trabalho, de ação, e dos processos que ela envolve. Não elaboramos um plano de trabalho sem direção definida, sem finalidade clara, sob pena de nos perdermos no caminho, de não chegarmos a lugar nenhum. Do mesmo modo, e como uma estratégia de leitura e intervenção, a pesquisa também necessita de planejamento.

Como no plano de trabalho, o planejamento da pesquisa deve estar permeado e fundamentado por valores. Deve ter direção definida. A própria escolha do tema, do método, das estratégias dependem de valores, interesses, apropriações e priorizações, que, sem dúvida, são históricas, contextualizadas e, em parte, condicionadas por este contexto. Algumas vezes os temas nos escolhem, mas, se o seu conteúdo não tem significado para nós, dificilmente nos mobilizam.

Por outro lado, se para realizarmos um plano de trabalho precisamos de uma apropriação acerca da realidade sobre a qual nos dispomos a investigar, no planejamento da pesquisa precisamos mergulhar no tema por nós escolhido. Sem isso, não conseguimos sequer formular as questões que desejamos ou precisamos responder.

Deparamo-nos aqui com a primeira grande questão a escolha do tema. Parece simples escolher um tema que nos mobilize, mas não é. Escolher um tema significa uma opção, uma disposição de conviver com ele por algum período, às vezes longo; significa nos aprofundarmos no seu desvendamento, nos dispormos a ressignificá-lo quantas vezes seja necessário, a desestabilizar os conceitos que formulamos sobre ele ao longo do tempo, para posteriormente retomá-lo de forma superada.

Comparando o envolvimento com o tema de pesquisa ao trabalho concreto que realizamos, quando efetivamente nele nos reconhecemos, nos objetivamos, podemos dizer que o tema de pesquisa precisa ser instigador, mobilizador, precisa nos apaixonar,

não no sentido aristotélico de passividade, mas no sentido desafiador da conquista do conhecimento, do encanto pelo processo e pela descoberta, mesmo sabendo-a provisória, para que possamos estar inteiramente comprometidos com ele e para que essa cumplicidade, que exige muitos esforços de nós, seja prazerosa. Logo, precisamos de tempo para refletir e amadurecer a escolha de nosso tema de estudo.

Algumas vezes acreditamos que conhecemos muito sobre um determinado fenômeno ou temática, no entanto, quando nos dedicamos a questioná-los de forma mais aprofundada, nos surpreendemos com o limite dos nossos conhecimentos e com a possibilidade imensa de novas apropriações e, conseqüentemente, de elaboração de novas sínteses provisórias. Estamos diante do segundo passo fundamental para um processo de investigação científica a realização do inventário inicial que nos possibilita fazer reflexões mais aprofundadas sobre este tema, problematizá-lo de forma mais consistente, identificar os aspectos que o permeiam e, a partir da revisão bibliográfica, identificar produções atualizadas que versam sobre o assunto, estudos já realizados e outras produções que ampliem nosso estoque de conhecimentos e alonguem nosso olhar. Aqui parece fundamental fazer alguma referência às fontes para a realização desse inventário. Não só artigos, livros, revistas teóricas, relatórios anteriores de pesquisa ou documentos são fontes de consulta, igualmente são ricos na explicitação do real as expressões da arte, materializadas em músicas, na poesia, na prosa, nos vídeos, nos romances, que podem qualificar nossas fontes, acrescentando ao estudo maior plasticidade.

As possibilidades concretas de investigação, a identificação, a diversificação de fontes existentes e nossa real possibilidade de acesso a elas, bem como o aprofundamento de conceitos básicos são fundamentais nessa etapa de reflexões iniciais sobre o tema em estudo para que melhor possamos delimitá-lo. A partir dessa apropriação mais consistente sobre a temática, vamos afiná-la, com o cuidado de não reduzi-la; para direcionar de forma concreta nossa investigação, ou seja, para efetuar a delimitação do tema.

Se antes era uma escolha mais ampla, nesta etapa, deve assumir uma forma e um conteúdo mais objetivo. Precisamos responder para que aspectos, mais específicos desse tema amplo, vamos dirigir nossa investigação. Precisamos localizá-lo, focá-lo, sem perder de vista as conexões necessárias a sua explicação. Para se delimitar um tema, portanto, é necessário um conhecimento acumulado sobre ele e uma avaliação acerca da viabilidade concreta de investigá-lo, considerando não só nosso interesse, mas as condições objetivas, econômico-estruturais e políticas para a sua realização, assim como a sua relevância, pertinência e legitimidade.

Uma vez delimitado o tema em estudo, precisamos realizar a formulação do problema de pesquisa. Formular o problema é sintetizar o núcleo duro de nossa investigação através de uma grande pergunta que, posteriormente, será desdobrada em

questões norteadoras que lhe são inclusivas e que, articuladas, podem auxiliar a responder o problema. Conforme Marconi e Lakatos (1996, p. 24):

O problema deve ser levantado, formulado, de preferência em forma interrogativa e delimitado com indicações das variáveis que intervêm no estudo de possíveis relações entre si. É um processo contínuo de pensar reflexivo, cuja formulação requer conhecimentos prévios do assunto (materiais informativos), ao lado de uma imaginação criadora.

Ressaltam ainda os autores que a delimitação e a formulação bem realizada do problema de pesquisa simplifica e facilita a maneira de conduzir a investigação e complementam dizendo que a formulação do problema "responde às perguntas O quê? e Como?" (Marconi e Lakatos, 1996, p. 25).

A partir da formulação do problema e da identificação das dimensões que o permeiam e que são prioritárias para o seu desvendamento, vamos formular as questões norteadoras. Podemos chamá-las de problematizações auxiliares que compõem a formulação central. Se a formulação do problema está diretamente relacionada à hipótese que norteia nosso estudo, as questões norteadoras devem sintetizar o conjunto de variáveis que identificamos como fundamentais para explicar nosso problema de pesquisa. Nossa opção parte de uma perspectiva que reconhece a existência de uma hipótese central, mas que, ao invés de apresentá-la no intuito de buscar a sua validação ou refutação, a amplia em termos de possibilidades e processo, formulando apenas questões ao real.

O interesse da investigação não se resume em validar o conhecimento sobre determinado aspecto da realidade, mas problematizá-la, trabalhando processos sociais.

Os resultados são considerados não apenas no que concerne à produção de determinados conhecimentos científicos, mas também, e isto é fundamental, a partir dos movimentos provocados pelo processo de investigação. A possibilidade de desencadear, através da investigação, um processo comprometido com o desenvolvimento de ações organizativas e educativas aqui é tão importante quanto a obtenção de dados que comprovem aspectos sobre determinado fenômeno social. Neste sentido, a investigação assume uma potencialidade interventiva de suma importância, especialmente para profissões, como o Serviço Social, que têm essa característica como parte de sua identidade. Dentro dessa perspectiva as coletas coletivas têm apresentado resultados efetivos. Mas, mesmo instrumentos como questionários ou entrevistas podem provocar reflexões que levem os sujeitos a problematizar seu modo ou sua condição de vida, relacionando-os à diversidade de aspectos que conformam a totalidade concreta.

O questionário de 1880, realizado por Marx, que continha 100 perguntas dirigidas à classe operária francesa, para que os próprios sujeitos descrevessem as condições em que eram explorados, pois segundo Marx, somente eles poderiam convenientemente fazê-lo, traz implícito, conforme Lanzardo (in Thiollent, 1987), o

princípio de um método de trabalho político que se encontra na Crítica da Economia Política. A enquete operária conduzida por Marx, mais do que um instrumento exemplarmente elaborado de investigação social, constituiu-se numa estratégia de conscientização e mobilização, condições necessárias, embora não suficientes, para qualquer processo de transformação social. E Lanzardo (in Thiollent, 1987, p. 244-245), destacando a relevância fundamental do processo destaca:

[...] o fato de a enquete praticamente não ter tido conclusão, pois as repostas que chegaram à Revue Socialiste foram em número de uma centena sobre os vinte e cinco mil exemplares distribuídos em toda a França, só tem afinal uma importância relativa. O essencial era que os questionários, chegando aos operários, lhes dessem novas possibilidades de conhecer a maneira pela qual a exploração capitalista funciona.

A explicitação dos objetivos é o próximo passo do planejamento do estudo. Os objetivos devem responder a pergunta para quê? Para que contribuirá este estudo? O que pretendemos atingir, subsidiar, instigar, qualificar, transformar, e não como vamos fazê-lo. Mencionar simplesmente conhecer as características de determinado grupo de usuários não é suficiente para compor um objetivo. Queremos conhecer para quê? Para propor algo, para subsidiar estratégias de enfrentamento. Portanto, conhecer, desvendar, identificar para..., com vista a, no intuito de..., caso contrário não estaremos respondendo a questão para quê. A descrição e argumentação quanto ao modo como será realizado o estudo deve ser explicitado na etapa do projeto de pesquisa que chamamos de metodologia.

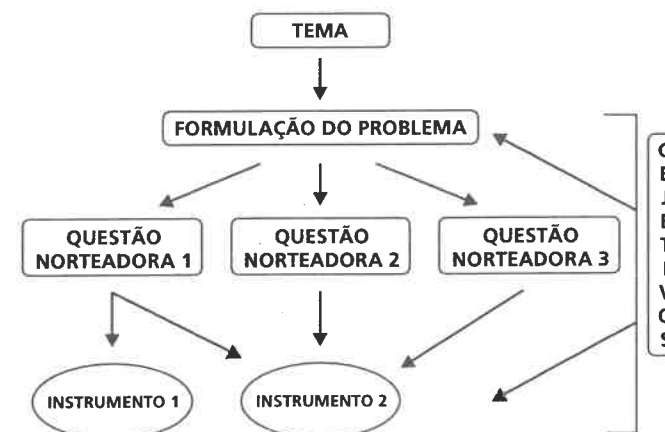
Vejamos alguns exemplos de formulação de objetivos:

Exemplo 1: Ampliar a consciência da equipe sobre a importância de qualificar o trabalho com famílias na instituição.

Exemplo 2: Subsidiar a elaboração de um plano de qualificação profissional na instituição.

Exemplo 3: Subsidiar a formulação de políticas sociais que contemplem os desejos e necessidades das crianças e adolescentes em situação de rua no município (Prates, 2003a).

Apresentaremos, para fins didáticos, um esquema que articula o problema de pesquisa às questões norteadoras e aos objetivos do estudo, freqüentemente mal articulados nos projetos de pesquisa, no que concerne a sua coerência com a formulação do problema/ questões norteadoras.



Como em uma matriz, a formulação do problema, as questões norteadoras, os instrumentos de pesquisa e os objetivos devem estar intimamente relacionados, apresentando uma coerência interna.

Podemos responder questões norteadoras, que articuladas respondem ao problema de pesquisa, utilizando um ou mais instrumentos. Os objetivos a que nos propomos atingir não podem ser maiores nem menores do que os problemas levantados. Freqüentemente encontramos projetos que têm objetivos muito pretensiosos, ou seja, que a investigação proposta, mesmo que levada a cabo integralmente e com sucesso não seria suficiente para contemplá-los. Por exemplo, estamos realizando um estudo sobre as condições de meninos e meninas em situação de rua, que esmolam nas sinaleiras, em determinado bairro da capital e temos por objetivo subsidiar a formulação de políticas sociais para erradicar o trabalho infantil no Estado do RS.

É também comum encontrarmos em projetos, em fase de elaboração, questões norteadoras que devem ser respondidas a partir de análises documentais; mas nos instrumentais apresentados não aparecem roteiros de análise, ou ainda, que a formulação do problema se constitui numa questão que pode ser incluída dentro de uma das questões norteadoras, mais ampla que a questão central. O cuidado com cada etapa da elaboração do estudo é fundamental para corrigi-lo a tempo de não incorrer num processo de coleta inadequado que, seguramente, trará prejuízos à efetividade do resultado final.

É necessário, portanto após a montagem do nosso esboço inicial de estudo, averiguar a coerência interna entre objetivos e problematizações formuladas, se a articulação das questões norteadoras apresentadas efetivamente contribuem para responder ao problema de pesquisa, se os instrumentos propostos para a coleta dos dados são suficientes para dar conta do objeto pesquisado, ou seja, rever de modo invertido nossa matriz, partindo dos instrumentos e retornando ao problema de pesquisa

que a originou. É no instrumental que os detalhes quanto ao questionamento mais fino, seja através de roteiros, dimensões norteadoras, ou questões objetivas, deve ser pormenorizado sempre, reiteramos, de modo articulado e coerente com o problema de pesquisa e suas questões norteadoras e ainda com os objetivos que desejamos alcançar.

O passo seguinte na elaboração do projeto de pesquisa é a definição do universo e amostra com o qual vamos trabalhar em nosso estudo. Universo é a totalidade dos elementos que vamos estudar, representado pela letra N; a amostra é parte representativa dessa totalidade.

Os tipos de amostra utilizados em pesquisa social podem ser classificados, segundo Gil (1995) em amostras probabilísticas e não-probabilísticas. As primeiras rigorosamente fundamentadas em leis estatísticas e as não-probabilísticas baseadas em critérios definidos pelo pesquisador.

Os tipos de amostra mais usuais, que compõem o primeiro grupo, conforme Gil (1995, p. 93-97), são: amostra aleatória simples (sorteio simples), sistemática (sorteio por intervalos iguais), estratificada (contemplando cortes por gênero, faixa, etária, classe...), por conglomerado (representação por bairros, municípios, prédios, famílias) e por etapas (acessibilidade, tipicidade). Esta última, no entanto, também pode ser realizada a partir de uma escolha dirigida que contemple algum destes critérios, o que visualizaremos em um exemplo, logo a seguir.

O segundo grupo, constituído por amostras dirigidas (escolhidas pelo pesquisador) não apresenta fundamentação matemática ou estatística. Conforme Marconi e Lakatos (1996), o tipo mais comum de amostra não-probabilística é a denominada intencional. Nesta, dizem as autoras Marconi e Lakatos (1996, p. 47), o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, nem sempre representativos da mesma, como por exemplo lideranças de uma determinada comunidade. A segunda modalidade de amostra dirigida, apontada pelas autoras, é a por "jûris", que trabalha em profundidade, com parcelas pequenas, mas entendidas como representativas da população. A terceira modalidade apresentada por Marconi e Lakatos (1996) é a amostra por tipicidade, que toma por base segmentos específicos, usuários de drogas, participantes de determinado movimento social, entre outros. E por fim a técnica não-probabilística por quotas, que, segundo as autoras, é a mais utilizada dentre as modalidades de amostragem dirigida e que divide a população por características e realiza a escolha a partir dessas particularidades: cortes por gênero, faixa-etária, bairro de moradia, classe social, níveis de renda, etc.

Exemplo 1: Realizaremos o estudo com a totalidade de idosos abrigados no asilo Padre Cacique, em maio de 2003, quando da realização de nossa coleta.

Exemplo 2: Realizaremos o estudo com os idosos... a partir de uma amostra dirigida, tipificada, contemplando 20% dos abrigados e realizando cortes por gênero.

Exemplo 3: Realizaremos o estudo a partir de amostra aleatória simples com 30% das famílias de pacientes hospitalizados na unidade de adolescentes drogados e 10% dos familiares daqueles que obtiveram alta nos últimos seis meses. Para a coleta junto a pacientes e técnicos, trabalharemos com o universo de profissionais que trabalham na unidade e com a totalidade dos usuários internados no segundo semestre de 2003.

Uma vez delimitado o estudo, formulados o problema e as questões que o permeiam, definidos objetivos e delimitados universo e amostra, passamos à etapa de aprofundamento da metodologia de pesquisa. É verdade que todo o movimento anterior até aqui explicitado, desde a revisão do tema, o inventário bibliográfico e demais etapas para formulações que orientarão o estudo constituem-se como parte da metodologia de pesquisa; no entanto, a etapa do projeto onde argumentamos de forma mais aprofundada sobre procedimentos e técnicas de investigação é a que chamamos de metodologia.

Além de aprofundarmos as questões relativas ao método que fundamenta nossa investigação e discorrermos sobre o tipo de pesquisa que vamos realizar, nossas opções quanto a instrumentais, definindo-os teoricamente e explicitando suas características, precisamos apresentar, da forma mais pormenorizada possível, cada etapa do estudo, desde a elaboração dos instrumentos, roteiros, orientações, testagens, coletas de dados, procedimentos para realizá-las, até a organização, representação e análise dos dados. E, por fim, devemos explicitar como o produto final será sistematizado e como será devolvido ou socializado.

Podemos dizer que esta é a segunda parte mais densa do projeto. Se nas reflexões sobre o tema em estudo discorreremos ou aprofundamos conteúdos sobre o tema que vamos investigar, explicitamos conceitos e estabelecemos as primeiras conexões que forjam nosso tema, aqui vamos aprofundar nossas reflexões sobre teoria de pesquisa, falamos sobre nossas escolhas metodológicas, instrumentais, etc. Nesta etapa devemos responder a questão Como vamos fazer nossa pesquisa? Além de uma simples (ou complexa) descrição de passos, etapas para investigar, vamos articular conteúdos teóricos para qualificar nossa produção.

A definição de procedimentos e técnicas é nossa próxima etapa. Ao definirmos que vamos iniciar por uma análise documental, além de explicitarmos o tipo de fontes das quais vamos nos valer, o tipo de documentos, devemos mencionar a utilização de roteiros de análise, ou de categorias teóricas que nos auxiliarão na avaliação do conteúdo destacado das fontes para a posterior realização de inferências. Segundo Ludke e André (1986, p. 38) são considerados documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano". Poderão ser leis, regulamentos, pareceres, prontuários, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, arquivos, etc.

Caso optemos por realizar uma observação, por exemplo, vamos dizer de que tipo e definir teoricamente em que consiste o tipo de observação escolhida por nós. Explicitar se será sistemática (com roteiro pré-definido) ou assistemática (livre registro), se participante ou não-participante. É bom destacar que observar não é um simples olhar, mas destacar de um conjunto aquilo que é específico, prestando atenção em suas características é abstrair do contexto dimensões singulares (Prates, 2002).

Ao definirmos se vamos enviar questionários a um determinado segmento populacional ou aplicar formulários através de entrevistas, devemos definir se trabalharemos com questões fechadas ou abertas, se as entrevistas serão estruturadas (previamente elaboradas), semi-estruturadas (com algumas questões orientadoras e a possibilidade de inclusão de novas formulações durante a realização da coleta) ou livre (quando apenas o tema é apresentado e o entrevistado fala livremente sobre o tema sem uma condução mais direta do entrevistador). Não nos deteremos na explicitação dos procedimentos relativos à entrevista ou mesmo à elaboração do questionário ou formulário, pois há vastas contribuições disponíveis sobre esse tema na bibliografia de pesquisa, nos deteremos mais na exposição de técnicas de coleta coletiva e de alternativas que não são encontradas facilmente nessa literatura.

Além do uso da observação, da entrevista, do questionário ou formulário, técnicas e instrumentos comumente mais utilizados nas investigações sociais, especialmente as de grande porte, podemos nos valer de uma diversidade de outras técnicas para qualificar nossa investigação, entre as quais a história oral, a história de vida, as técnicas coletivas, as técnicas alternativas.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), História de vida é uma técnica utilizada por profissionais de áreas humano-sociais para obter informações relativas à experiência íntima dos sujeitos, razão pela qual é também chamada de documentos íntimos, pessoais ou humanos.

Através desta técnica, busca-se captar reações espontâneas do entrevistado sobre certos acontecimentos fundamentais de sua vida. O entrevistado relata a sua própria história e o entrevistador, a partir de uma série de entrevistas, busca reconstituir a vida deste indivíduo, tentando evidenciar aquilo sobre o que está mais interessado. Além das fontes orais, esta técnica pode ser complementada por diários, autobiografias, cartas pessoais e outros documentos que possam revelar a personalidade daqueles que o escreveram.

Chizzotti (1995) ressalta que a técnica relacionada à história de vida privilegia a coleta de dados acerca da vida pessoal de um ou vários informantes, podendo ter a forma biográfica do tipo memórias ou feitos vividos pela pessoa, ou autobiográfica, valorizando sentimentos e acontecimentos ocorridos ao longo da trajetória de vida. Além do discurso livre que privilegia percepções subjetivas e representações, pode se valer de documentos para fundamentar afirmações. No processo de evolução, há maior valorização da

oralidade, dos testemunhos de épocas ou períodos históricos, como também uma superação da biografia modelar por trajetos pessoais, contextualizados no âmbito de relações pessoais, com ênfase nas relações sociais.

A história oral, segundo Ferreira (1994), consiste numa técnica que explora as relações entre história e memória. Enquanto a história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica, através de uma exposição lógica de acontecimentos e experiências do passado, a memória, que também é construção do passado, se pauta em emoções e vivências, portanto, é mais flexível, na medida em que os eventos são lembrados à luz das experiências subseqüentes e das necessidades do presente.

Há duas linhas de trabalho chamadas de história oral que muitas vezes se entrecruzam, embora sejam distintas, mas não excludentes. A primeira trabalha prioritariamente com depoimentos como instrumentos para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas. Esta abordagem volta-se para o estudo das elites, das políticas públicas e da recuperação da trajetória de grupos excluídos (ênfase no resgate ou na reconstituição da história).

Uma segunda abordagem privilegia o campo das representações. Atribui, portanto, uma ênfase especial à relação história e memória, buscando discutir os usos políticos do passado. Nesta vertente, a subjetividade e as deformações ou distorções do depoimento oral não são vistas como negativas, pois se revelam como mais um recurso para a análise das representações, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central. Seu objetivo principal é compreender o imaginário político ou para o estudo das representações de camadas populares.

Segundo Rojas (1994), os relatos orais são o não explícito das vivências dos indivíduos que vivem em um determinado meio social. É o conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos.

Estes conteúdos permitem a identificação dos sujeitos em um determinado meio, contexto e período de tempo. Segundo a autora, este procedimento objetiva pôr em palavras as emoções e ações próprias ou alheias vivenciadas por uma pessoa, que conta suas vivências e experiências como as tem sentido, relata a sua cotidianidade na forma por ela vivenciada ou o legado de antepassados como os entendeu. Finalmente, Rojas aponta duas formas de história oral: a história de vida e os depoimentos. A primeira é uma etapa da pesquisa, não a pesquisa em sua totalidade.

Portanto, por uma história de vida não é lícito fazer generalizações ou concluir acerca da totalidade. Nesta modalidade "o pesquisador permite que o narrador decida sobre os fatos a contar, interferindo o mínimo possível, o que faz com que as entrevistas em geral sejam longas". Na segunda (depoimentos), o pesquisador dirige a entrevista de acordo com seus interesses, distinguindo o essencial do supérfluo e, geralmente, as entrevistas são curtas.

Como roteiro metodológico para a realização da história de vida, Rojas propõe as seguintes etapas: descrição, análise, levantamento de inferências, compreensão e explicação.

Os processos de coleta coletiva se constituem em estratégias para a obtenção de dados a partir da realização simultaneamente com muitos elementos do mesmo universo. Como vantagens apresenta a redução do período de coleta, a possibilidade de construções e reflexões grupais, o desenvolvimento de processos sociais durante a coleta (Prates, 2002).

Como exemplo podemos citar uma entrevista coletiva, com elementos de um grupo, com alunos de um curso, com empregados de um setor ou com técnicos de uma equipe. O uso do método Metaplan, que articula reflexão e construção coletiva, realizada com o auxílio da visualização, tem sido bastante efetivo na realização de coletas coletivas, especialmente quando temos como prioridade o desenvolvimento de processos de conscientização, utilizando a investigação como instrumento interventivo.

O chamado Método Metaplan, na verdade, se constitui numa técnica que compõem o

Método Zopp de Planejamento Alemão e que consiste basicamente numa reflexão conjunta, sistematizada a partir de registro em tarjetas de cartolina, que são afixadas em uma folha de papel pardo com alfinetes e passam pela avaliação coletiva do grupo. Ao final do processo, o grupo seleciona as idéias que melhor representam a sua posição coletiva, complementando construções e elaborações que são deslocadas do painel inicial e afixadas na construção da síntese grupal. Além de facilitar a apreensão dos diversos elementos do grupo, através do processo de visualização, a sistematização fica registrada imediatamente e utiliza-se o registro fotográfico dos painéis para documentar o processo (Prates, 2002).

Outra estratégia de coleta e intervenção que podemos considerar como alternativa é a técnica de seminário utilizada na pesquisa-ação, que se conforma a partir da reunião de um conjunto de elementos representativos da população pesquisada e técnicos que, de forma integrada, planejam, decidem, criam, aplicam, analisam e propõem sobre todo o processo de estudo.

Dentre as estratégias alternativas de coleta temos as técnicas de dramatização e grafia. O Teatro Experimental, por exemplo, trabalha a partir da criação de personagens e cenas do cotidiano que são registradas e analisadas. É possível congelar cenas e pedir a explicitação dos participantes ou, após a encenação, discutir sobre cenas e personagens, buscando sentidos, significados, explicitações, reflexões coletivas.

O Grafodrama, que articula o desenho e a dramatização, trabalha a partir da criação de desenhos representativos aos quais se dá vida aos personagens. Da mesma forma que o teatro experimental, o desenho é o elemento provocador da expressão do pesquisado, a partir do qual buscar-se-á significados, vivências, sentimentos que serão descritos a partir da vida atribuída aos personagens. O Registro gráfico ou desenho

também é bastante efetivo para registrar a representação de espaços, para identificação de instituições mais significativas numa comunidade, para apreender através da grafia a imagem ou organização de determinados espaços (Prates, 2002).

A Sociometria é uma técnica quantitativa que procura explicar as relações pessoais entre indivíduos de um grupo. Criada por Moreno para estudar grupos familiares, de trabalho e escolares. Revela a estrutura grupal, indicando posições de cada indivíduo em relação aos demais. Por votação escrita, a técnica permite observar atrações, repulsas ou indiferenças. Por votação escrita pede-se ao grupo que identifique três pessoas com as quais gostaria de trabalhar. Para construir o sociograma, os indivíduos são representados por números ou letras. Os mais votados recebem o nome de estrelas, os menos votados de solitários. É possível verificar também as chamadas "panelinhas" ou subgrupos.

Ex.: Um grupo de adolescentes de uma instituição Y formado por 10 elementos:

<i>Quem escolhe</i>	<i>Escolhidos</i>									
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>
<i>1</i>		x	X	X						
<i>2</i>	X		X	X						
<i>3</i>	X	x		X						
<i>4</i>	X	x	X							
<i>5</i>	X	x				x				
<i>6</i>			X		X			x		
<i>7</i>		x			X	x				
<i>8</i>			X						x	x
<i>9</i>			X					x		x
<i>10</i>		x						x	x	

O gráfico é montado utilizando-se linha simples para escolha simples e linha dupla para mútua escolha. Observe-se que os números 2 e 3 são estrelas, o número 7 é solitário e existem 2 subgrupos: o primeiro formado pelos números 1, 2, 3 e 4 e o segundo pelos números 8, 9 e 10. Verifica-se, também, pela concentração de escolhas, que o primeiro subgrupo tem características de liderança, pois soma 19 escolhas de um total de 30 (mais de 50%).

Uma vez escolhidos os instrumentos, realizados os processos de testagem e as demais providências para iniciar a pesquisa de campo, incluindo a apreciação dos comitês éticos que felizmente têm avaliado na maioria das instituições os procedimentos que

envolvem a interação com sujeitos, podemos iniciar a Coleta dos dados.

Esta etapa é de extrema relevância, pois vamos aplicar na prática o plano de pesquisa que elaboramos. Vamos estabelecer relações, observar e escutar sujeitos e articular suas expressões, aos seus contextos, suas histórias e aos conhecimentos que acumulamos ao longo das etapas anteriores de nosso estudo. Vamos buscar apreender a vida, o movimento da realidade. A qualidade das relações e dos vínculos que conseguirmos estabelecer, a postura, o modo como nos aproximamos, a linguagem que utilizamos, o modo como nos apresentamos e dirigimos nosso olhar são elementos essenciais para o sucesso das abordagens que vamos realizar.

Minayo (1999, p. 123) destaca a importância desta etapa e a atenção que deve ser atribuída ao estabelecimento da relação inicial e a todo o desenvolvimento da interação entre os sujeitos investigador / investigado. Diz a autora: "[...] as camadas da realidade não são estanques. Elas interagem e reagem dinamicamente e é nesse movimento que podem ser apreendidas". Para Martinelli (1994, p. 14), os dados "ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem".

Conforme a autora, muito mais do que descrever objetos, a pesquisa qualitativa busca conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que pressupõe uma disponibilidade e real interesse de parte do pesquisador em vivenciar a experiência de pesquisa. Para tanto privilegiamos instrumentos que superam o questionário, o formulário e que irão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Pois se queremos conhecer modo de vida temos que conhecer as pessoas (Martinelli, 1994, p. 14).

Mas, valorizar modo de vida, a expressão dos sujeitos, torna a quantificação secundária? Absolutamente, quantificar é fundamental. Se não contarmos quantos meninos e meninas habitam as ruas da cidade, como poderemos planejar, orçar, mensurar os recursos necessários para uma política de enfrentamento da problemática? Mas é preciso que reconheçamos que os números não são suficientes, precisam ser complementados por conteúdos qualitativos, expressões dos sujeitos, opiniões, sentimentos, sugestões, desejos, expectativas. Para se propor uma política de enfrentamento, precisamos mensurar, mas também conhecer condições e modos de vida (Prates, 2003b).

É exatamente na etapa do campo que vamos ter o contato direto com as expressões das condições e do modo de vida dos sujeitos, seja através da observação de sua atividade concreta, ou através das suas representações sobre ela. Uma diversidade de autores que se dedicaram a produções sobre pesquisa qualitativa ressaltam os cuidados, os procedimentos, as atitudes que devem ser observadas durante o processo de coleta. Destacamos aqui alguns dos aspectos importantes a serem contemplados durante o processo de abordagem.

O início do diálogo deve ter a preocupação de estabelecer a interação, criar um

ambiente de confiança. A expressão e posição física do entrevistador de aproximação, superação de sentimentos de repulsa, medo, insegurança, preconceito por uma expressão de acolhimento e interesse é fundamental. Da apresentação do entrevistador e a explicitação dos objetivos, da importância do estudo, da relevância da colaboração do entrevistado, tudo é fundamental.

O respeito pelo direito do entrevistado de negar-se a responder, deve ser sempre observado, bem como o cuidado com a utilização da linguagem, que deve ser simples, clara, objetiva para estabelecer uma comunicação efetiva.

Uma postura compreensiva, aberta à exposição do sujeito, buscando direcionar o diálogo para os temas centrais orientados pelo formulário ou pelo roteiro norteador, que contém as questões que se deseja conhecer, sem, no entanto, limitar ou restringir a expressão do entrevistado, é fundamental, como é pertinente uma postura atenta a significados atribuídos, devendo ser estimulados tanto o registro como a explicitação, de forma descritiva. (Cuidado com respostas evasivas, uso de expressões peculiares sobre as quais não se conhece o sentido).

É preciso que o pesquisador não se contente com as primeiras expressões; deve investigar processualmente as questões mais significativas, buscando o aprofundamento, por sucessivas aproximações.

O registro das informações deve ser tratado com cuidado e atenção. As respostas precisam ser anotadas no momento da entrevista, caso não seja gravada, com as mesmas palavras que o entrevistado usar, evitando-se resumi-las para maior fidelidade e veracidade das informações. Por outro lado, o uso do gravador não suprime a necessidade de o pesquisador efetivar seus registros, observações, impressões, sentimentos.

É importante manter o entrevistado atento em relação a erros, devendo-se conferir as respostas sempre que possível, o que não significa corrigir as respostas aportando conteúdos novos, mas esclarecê-las. Outro aspecto que deve ser ressaltado é a preparação do entrevistador para manejar situações difíceis, tais como sedução, agressividade, explicitando novamente os objetivos do estudo, procurando tranquilizar o entrevistado, ou mesmo interrompendo a entrevista, se necessário. Por fim o entrevistador deve ter a clareza de que a entrevista não tem por objetivo prestar atendimento ou realizar encaminhamentos, podendo, no entanto, constituir-se em espaço para veicular informações sobre serviços ou esclarecimentos e mesmo provocar processos de reflexão. Quanto ao término da entrevista, deve realizar-se como iniciou, em ambiente de cordialidade.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), os requisitos importantes que devem ser observados nas respostas são: validade, relevância, especificidade e clareza, cobertura de área, profundidade e extensão.

Uma vez coletados os dados, passamos à etapa de organização, momento em

que serão agrupados, registrados em planilhas, transcritos e sistematizados em grades de análise, somados (dados quantitativos) e dimensionadas as frequências absoluta e relativa. Após organizarmos os dados coletados, passamos a definir os modos de representação. No caso dos dados quantitativos, podemos utilizar tabelas, gráficos, quadros, semitabelas. Alguns dados qualitativos, trabalhados a partir de análise frequencial, também podem ser representados graficamente.

A etapa seguinte é a análise. No que concerne aos dados quantitativos, é comum verificarmos apenas a sua representação gráfica e uma descrição que apenas repete o que está representado graficamente, o que na verdade é um empobrecimento do processo de análise. Os dados precisam ser interpretados e não simplesmente expostos. Podemos analisar qualitativamente os dados quantitativos a partir da mediação de conteúdos teóricos que ampliam a leitura do seu significado. Em alguns estudos, inclusive, subsidiando aspectos que podem ser aprofundados a partir de estudos qualitativos complementares.

É necessário, para esta etapa mergulhar nos dados, retomar a revisão bibliográfica, complementá-la, se novas dimensões foram desvendadas através da abordagem, para somente depois estabelecer conexões, desvendar contradições, buscar na exposição que analisa e explica o fenômeno estudado, realizar uma síntese. Por fim, vamos realizar a exposição, contar todo o processo e apresentar os resultados no relatório.

Para Marx (1989), o método de exposição significa mais do que uma apresentação, trata-se de um método de explicitação, de desenvolvimento. Deve ter um início necessário que contém em embrião a estrutura da obra. Diferente do desenvolvimento evolucionista, é desdobramento, manifestação e complicação das antíteses. Orientada por um fio condutor lógico e utilizando a história como contraprova, a exposição dialética interpreta o movimento da realidade (Prates, 2003b).

Mas, retomemos o movimento de análise. A principal técnica utilizada para análise documental e qualitativa é a análise de conteúdo.

A Análise de Conteúdo consiste, segundo Berelson "numa técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação" (Berelson, apud Marconi e Lakatos, 1996).

A partir deste procedimento de pesquisa, conforme Marconi e Lakatos (1996), o conteúdo das comunicações é analisado por meio de categorias previamente determinadas que levam a resultados quantitativos, possibilitando a testagem de hipóteses sobre o conteúdo de publicações, alterações culturais, mudanças de atitudes, propagandas, etc. Volta-se para os produtos da ação humana, explicitado através das idéias e não das palavras em si.

Entende-se por categorias os "elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a

complexos cada vez mais abrangentes em sentido tanto extensivo como intensivo" (Marx, 1993).

Berelson, referindo-se aos objetivos do uso desta técnica, ressalta como principais: a verificação de características do conteúdo, análise dos motivos do conteúdo e, por fim, os efeitos do conteúdo (Berelson apud Marconi e Lakatos, 1996).

No entanto, alguns teóricos problematizam a rigidez do método implícita na definição de Berelson e apontam a sua superação por uma análise chamada análise de dimensão ampliada e inter-relacional, a partir da qual há uma articulação entre dados quantitativos e qualitativos, além de contemplar a análise das circunstâncias e do contexto nos quais o conteúdo foi produzido (Setubal in Martinelli, 1994).

Bardin (1977) diz que a análise de conteúdo abarca dois tipos de comunicação: a instrumental e a representacional. Na primeira a ênfase central é atribuída ao contexto e às circunstâncias em que a mensagem foi produzida; na segunda a centralidade está no uso das palavras.

Setubal (in Martinelli, 1994) ressalta a importância de articular os dois tipos de comunicação para uma interpretação que contemple a complexidade do fenômeno. Segundo a autora a análise de conteúdo entendida como técnica de compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação (escrita, oral ou icônica) tem como objetivos: ultrapassar as evidências imediatas, a medida que busca a certeza da fidedignidade das mensagens socializadas e a validade de sua generalidade; aprofundar, por meio de leituras sistemáticas e sistematizadas, a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens.

Para Bardin (1977), as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três pólos cronológicos, quais sejam: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise consiste basicamente na realização da leitura flutuante (deixar-se invadir pelas impressões e orientações do texto), organização e preparação do material a ser analisado, na escolha dos documentos, formulação de hipóteses, dos objetivos e de indicadores que fundamentem a interpretação final.

Para a escolha dos documentos que constituirão o corpus para análise, Bardin (1977) diz que existem algumas regras, entre as quais destaca as que considera principais: a exaustividade, a representatividade, homogeneidade e pertinência.

A preparação do material consiste nos procedimentos a serem realizados com o corpus. Esses procedimentos possibilitam a realização da análise, tais como recorte de reportagens, transcrição de fitas, fichamentos, etc., que posteriormente, na etapa chamada por Bardin de "exploração do material" serão codificados, enumerados, de acordo com regras previamente formuladas pelo pesquisador.

A descrição analítica inicia já na pré-análise, mas nesta etapa o corpus é submetido a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos.

Segundo Triviños (1987), os procedimentos de codificação, classificação e categorização são básicos nesta instância do estudo. Daí surgirão os quadros de referência que servirão de base para a realização das inferências.

Por fim, a fase de interpretação inferencial se constitui na análise, interpretação e explicação dos conteúdos manifestos e latentes, realizada a partir da mediação entre o conteúdo descrito e a teoria que orienta o pesquisador para a realização das inferências.

Exemplo de grade de análise:

<i>Expressão do pesquisado</i>	<i>Instr</i>	<i>Categoria teórica</i>	<i>Categoria empírica</i>	<i>Observações</i>
Bloco 1 Questão 2, item 1 Relações com amigos de rua				
<i>É boa, a gente divide a comida, o cobertor a cachaca, mas as vezes dá briga feia, tem uns que roubam os outros.</i>	03	<i>Violência</i> <i>Contradição</i> <i>Solidariedade</i>	<i>Violência</i> <i>Solidariedade</i>	
Na rua a gente se ajuda porque não tem mais ninguém, os amigos são a nossa família, uns fazem biscate outros a comida, uns cuidam das crianças.	04	<i>Solidariedade</i>	<i>Solidariedade</i> <i>Divisão de tarefas</i>	<i>Grande grupo</i>

Apresentamos a seguir um roteiro básico para realização da análise documental.

1. Selecionar as fontes a partir de critérios compostos de acordo com limites e possibilidades das fontes, mas estabelecidos antes do processo de coleta e claramente explicitados para o pesquisador de acordo com o projeto/objeto de estudo.
2. Reconstruir os fatos principais elementos que me permitem avaliar o material em estudo (os documentos) a partir de uma visão de totalidade (história, contexto, elementos e fatores externos).
3. Elencar as dimensões ou cortes que me interessam aprofundar/buscar no documento de acordo com o objeto de estudo.
4. Identificar as categorias teóricas que orientarão minha análise conceitualizá-las, delimitá-las a partir de critérios referenciais teóricos.
5. Organizar dados quantitativos em mapas e representá-los, calculando frequência absoluta e relativa e representando-os através de gráficos, quadros ou tabelas.
6. Fazer a leitura flutuante e identificar categorias empíricas (para dados qualitativos).
7. Definição teórica das categorias empíricas (complementando as teóricas, caso não sejam iguais).

8. Realizar a análise freqüencial.
9. Realizar a análise por quantas dimensões haja previsão metodológica no estudo e disponibilidade de material tipo análise histórica, identificação de figuras de retórica, análise de enunciação (condições em que o discurso acontece complementado por registros do diário de campo, observações, filmagens, fotos etc.), análise da expressão (sentimentos, maneirismos, lapsos, silêncios, manifestações físicas).
10. Ilustrar com estratos de falas, expressões, pequenas sínteses de situações singulares.
11. Relacionar os cortes com o contexto global a partir de pequenas totalizações sínteses parciais (buscando as contradições internas e as conexões). Para finalizar as reflexões sobre metodologia de pesquisa, é pertinente fazer breves referências à pesquisa participante e, em especial, à pesquisa-ação. Partindo da definição de Thiollent (1985, p. 14), pesquisa-ação:

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para o autor, uma das especificidades deste tipo de pesquisa é a articulação entre o que chama de "objetivo prático" e "objetivo de conhecimento".

O objetivo prático consiste na possibilidade de a pesquisa contribuir para um melhor equacionamento do problema e o levantamento de propostas de ação para auxiliar os atores na sua atividade transformadora da situação. O objetivo de conhecimento, diz Thiollent (1985, p. 23), "é obter informações de difícil acesso por meio de outros procedimentos, aumentando nosso conhecimento de determinadas situações". Segundo o autor, três aspectos podem constituir-se como objetivos da pesquisa-ação: resolução de problemas, tomada de consciência ou produção de conhecimento.

O autor (Thiollent, 1985) divide as etapas para operacionalização do processo em fase exploratória e colocação dos problemas. Na primeira é realizado o levantamento sobre a instituição ou comunidade, bem como a identificação dos problemas prioritários e eventuais ações. Na segunda, é realizada a análise e delimitação da situação inicial, a delimitação da situação final, em função de critérios de desejabilidade e de factibilidade, a identificação de todos os problemas a serem resolvidos para a passagem de a para b, o planejamento das ações correspondentes e, por fim, a execução e avaliação das ações.

A principal técnica a ser utilizada é o seminário, que reúne os membros da equipe técnica e os principais membros dos grupos implicados na investigação/ação. O seminário tem como principais atribuições, conforme Thiollent (1985), examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação; centralizar as informações

coletadas; discutir as interpretações, a definição de diretrizes de ação, acompanhamento e avaliação; socializar o conhecimento através da divulgação de resultados.

Mas, o aspecto fundamental a ser ressaltado no processo de pesquisa-ação é seu caráter pedagógico. Conforme Thiollent, "as ações investigadas envolvem produção e circulação de informações, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes".

Apesar de profundamente criticada, a pesquisa-ação, uma vez trabalhada a partir de um planejamento criterioso, sem dúvida, consiste em importante instrumento interventivo, na medida em que tem o processo como preocupação central e, pautada por práticas pedagógicas e organizativas, pode contribuir sobremaneira para o desenvolvimento de processos sociais (Prates, 1995).

Referências

- ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.
- ABRAHÃO, Maria Helena (org.). História e histórias de vida. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.
- BAPTISTA, Miryam Veras. A investigação da prática e na prática do Assistente Social. São Paulo, 1993. (mimeo)
- BARDIN, Laurence. L'analyse de contenu. Paris: Presses Universitaires, 1977.
- BARROS, Aidil; LEHFELD, Neide. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BRANDÃO, Helena H. N. Introdução à análise do discurso. 7. ed. São Paulo, Unicamp, 2001.
- BRUYNE, Paul de et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais; os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sócias. São Paulo, Cortez, 1991.
- DEMO, Pedro. Introdução à metodologia da ciência. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- . Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.
- . Pesquisa: Princípio científico e educativo. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1996.
- ENGERS, Maria Emília Amaral. Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FERREIRA, Marieta de M. et al. Entre-vistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, 1994.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. São Paulo: Atlas,

1995a.

- . Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1995b.
- HAGUETTE, Teresa M. Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LEFEBVRE, Lógica formal/lógica dialética. 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Técnicas de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINELLI M. L. (coord.). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. NEPI Caderno n. 1. São Paulo: PUCSP, 1994.
- MARX, K. O capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Livro I, v. 1.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MENGA, Ludke; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.
- MINAYO, Maria C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- . O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- PRATES, Jane Cruz. Polígrafo da disciplina de Pesquisa II. Porto Alegre: PUCRS, 2002.
- . Roteiro para elaboração do projeto de pesquisa. Disciplina de Pesquisa I. Porto Alegre, PUCRS, 2003a. (mimeo)
- . Possibilidades de Mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2003b.
- . Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1995.
- . Oficina de Formação de Pesquisadores: Material didático sobre metodologia de pesquisa. Porto Alegre: NESPRua, 2001. (mimeo)
- PRATES, Jane; REIS, C. N.; ABREU, Paulo. Metodologia de pesquisa para populações de rua: alternativas de enfrentamento pelo poder local. [s.l., s.n., s.d.]
- ROJAS, Juana. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI (coord.). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. 2. ed. São Paulo: PUCSP, 1994. (NEP 1)
- SETUBAL, Aglair Alencar. Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, Maria Ozanira Silva e. Refletindo a pesquisa participante. São Paulo: Cortez, 1986.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.
- . Metodologia da pesquisa-ação. 5. ed. São Paulo, Cortez, 1992.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

BALANÇO CRÍTICO GESTÃO 2001-2002

Maria Aparecida Tardin Cassab
Presidente ABEPSS Gestão 2001-2002

Escrever um balanço crítico sobre um trabalho coletivo é tarefa de grande dificuldade. Movida pelo desejo de registrar a memória desta entidade, patrimônio de inestimável valor para o Serviço Social brasileiro, assumo esse desafio de registrar o trabalho de um conjunto bastante significativo de pessoas que deram seu tempo e sua inteligência para levar a frente durante esse período a ABEPSS.

Falo em desafio pela complexidade da tarefa e pela multiplicidade de visões que cada caminho escolhido pode suscitar. Ofereço, portanto, esta memória na perspectiva daquilo que Benjamin diz: além de um plano, em uma escavação é igualmente indispensável o golpe sensível e experimental da pá na terra escura e perde o melhor quem só conserva no registro escrito o inventário de seus achados e não a obscura felicidade do local encontrado. Procurar em vão é tão importante quanto ter a sorte de encontrar (Crônica berlinense).

Este relato está baseado naquele aprovado na Assembléia Geral de novembro de 2002. Neste texto manter-se-á a mesma organização apresentada, acrescida apenas de algumas considerações. O texto tem como ponto de partida as propostas apresentadas pela executiva ao ser eleita. Para cada uma das metas e ações são explicitados os princípios a partir dos quais foi operada aquela política. Dessa forma, espero que este balanço registre, mais do que atividades, a presença real do coletivo de pessoas que assumiram esse trabalho.

A partir do programa de ação proposto, a executiva nacional e as vice-presidentes regionais se reuniram e definiram as prioridades de ação da entidade nos dois anos consecutivos. O programa de ação, em linhas gerais, propunha: o fortalecimento da entidade; o fortalecimento do ensino público; o aprofundamento do processo de implantação das diretrizes curriculares; a continuidade da linha editorial; a continuidade da estruturação legal e do financiamento da ABEPSS já iniciada anteriormente.

Tais tarefas não podem ser pensadas fora de duas conjunturas que marcam profundamente a formação profissional ao final dos anos 90: a implantação dos processos avaliativos do ensino superior e o crescimento em proporção geométrica das matrículas nos cursos privados. Essas duas tendências, que na realidade convergem no sentido da privatização do ensino superior, vão ter um impacto importante no Serviço Social e na própria dinâmica e demandas feitas a nossa entidade.

Com essa compreensão e com a tarefa de levar adiante o processo de implantação das diretrizes curriculares que se havia iniciado na gestão anterior, foram definidas algumas linhas de ação prioritárias:

1 Aprofundamento do processo de implantação das diretrizes curriculares

Nesta linha algumas formas de intervenção foram privilegiadas a partir do entendimento que qualquer política de assessoramento às unidades de ensino em suas tarefas de implantação da revisão curricular, precisava levar em conta as condições da conjuntura do ensino superior, as condições efetivas do trabalho docente nas unidades de ensino no contexto da crescente privatização.

Para isso, definimos como princípios norteadores do acompanhamento e assessoria às unidades de ensino para implantação das diretrizes curriculares:

1. enraizamento do projeto de formação profissional;
2. incorporação das bases teóricas e da lógica de construção das diretrizes;
3. atendimento às condições objetivas do trabalho docente e discente no processo de implantação;
4. viabilização da implantação dos componentes curriculares.

Na realização desses princípios, as estratégias adotadas foram:

1. debate dos princípios, dos fundamentos e da lógica das diretrizes curriculares;
2. valorização das questões e dificuldades apresentadas pelas unidades de ensino, identificando-se os elementos centrais a serem aprofundados;
3. política acadêmica de consolidação do projeto de formação construído coletivamente, centrada na busca de uma crescente adesão e da incorporação de seus conteúdos pelos discentes.

As ações desenvolvidas dentro desta estratégia foram:

1. oficinas regionais e oficina nacional organizadas em torno dos conteúdos programáticos, disciplinas e componentes curriculares relacionados principalmente ao Núcleo de Fundamentação do Trabalho Profissional;
2. publicação de suplemento da Temporalis com os relatórios da oficina nacional e das regionais;
3. acompanhamento e assessoria direta às unidades de ensino através da circulação de material e presença em debates sobre a reforma curricular;
4. participação da presidente ou da coordenadora nacional de graduação em todas as oficinas regionais;
5. socialização e divulgação dos projetos pedagógicos de algumas unidades de ensino;
6. resolução sobre estágio que indicava a posição da entidade sobre carga horária mínima e supervisão de alunos, bem como a circulação nas unidades de ensino de documentação referente às recentes normatizações sobre a regulamentação de estágio;
7. resolução sobre integralização da carga horária da graduação, enviada a todas as unidades de ensino, que reafirmava o total de horas para integralização do curso discriminadas em horas teóricas, de estágio e atividades acadêmicas complementares, tal

como previsto nas diretrizes construídas;

8. participação da presidente nos encontros nacionais da ENESSO, com intervenções sobre formação profissional, diretrizes curriculares, política de estágio e sistema nacional de avaliação do ensino superior.

Em relação às diretrizes curriculares, é importante registrar que, em sua aprovação pelo MEC, componentes consideráveis e politicamente fundamentais do texto original foram suprimidos como parte de uma política mais geral do CNE que, no intuito de "objetivar" e "padronizar" as diretrizes curriculares, esvaziou o texto que havia sido encaminhado pela Comissão de Especialistas. É importante ressaltar também que a própria Comissão, bastante ativa no período anterior, foi inteiramente esvaziada de suas funções, não tendo qualquer apoio para realização de reuniões nem acesso às informações necessárias para realização de seu trabalho.

Essa foi uma dificuldade significativa no encaminhamento desta meta. Seu enfrentamento se deu através do recurso ao fortalecimento de nossas diretrizes no texto da Comissão e no provimento e circulação de informações diretamente à base da Entidade, as escolas. No esforço de explicitar essa posição, vale transcrever um documento enviado às unidades de ensino sobre essa questão:

As diretrizes curriculares que estamos em processo de implantação nos cursos de Serviço Social hoje são o resultado de um longo processo coletivo de formulação. Elas expressam o amadurecimento de nossa compreensão teórico-prática do trabalho do assistente social. Não fizemos essas diretrizes por exigências da LDB, mas pelos avanços que construímos ao longo dos anos 90. As diretrizes curriculares, referendadas pela Comissão de Especialistas no MEC em 1999, foram homologadas em agosto de 2001 e regulamentadas através de resoluções específicas em 2002.

O MEC ao publicar o texto da homologação retira alguns conteúdos fundamentais na composição dos projetos pedagógicos das unidades de ensino. Ao fazê-lo fere os conteúdos das dimensões teórico-metodológica e ético-política do projeto de formação e exercício profissional.

Retira-os como parte de uma política que pretende submeter a educação e a universidade em particular às regras do mercado, tanto como campo privilegiado da acumulação quanto como no intento de fazer da universidade, esvaziada de seu papel de produtora de conhecimento, uma emissora de certificados.

Retira-os com o discurso fácil da autonomia, bandeira tomada dos setores mais democráticos das universidades, quando na realidade representa uma tentativa de quebrar os processos coletivos de produção que se dão em vários campos de conhecimento.

Não aceitamos isso. Nossa estratégia é defender a educação como locus de produção de uma formação crítica e integradora que possibilite ao indivíduo estabelecer seus vínculos com a sua realidade de trabalhador brasileiro, produzindo, desenvolvendo e

socializando conhecimento sintonizado às demandas sociais.

O projeto de educação que defendemos compartilha com os movimentos dos trabalhadores da educação superior este norte estratégico, pois entende que o trabalho referencia-se na criatividade humana para a satisfação de suas necessidades e precisa assegurar a todos a liberdade de viver com dignidade, sob a égide da democracia.

Por consequência, as diretrizes curriculares para nós não são princípios abstratos que defendemos genericamente. Elas existem como a via necessária para a formação em nossos alunos do perfil profissional que coletivamente definimos. Esse perfil é o de um assistente social com capacidade crítica de análise que se expressa também em uma capacidade de ação inovadora e não reiterativa, referenciada no patrimônio teórico e ético que partilhamos no Serviço Social.

Por essa compreensão das diretrizes como um projeto de formação e conhecimento do Serviço Social, entendemos que a afirmação das diretrizes para além daquela formulada no texto legal, é a ação política mais consistente na direção de sua efetiva realização, que se concretiza nos projetos pedagógicos nas unidades de ensino.

2 Interferência nos parâmetros e processos de avaliação institucional dos cursos de Serviço Social

Essa meta foi intensamente trabalhada durante todo o período da gestão e foi objeto de intenso trabalho de formulação, pois representou um novo desafio à entidade, não só em relação à questão da própria avaliação, mas de um pensar acerca das novas condições em que se dá a formação do assistente social hoje. Algumas questões se apresentavam com particular relevância.

A primeira delas é a referente à questão da qualidade da formação em razão das novas condições que se apresentam. Qualquer discussão acerca de qualidade precisa necessariamente partir da questão "para que, para quem", pois a idéia da qualidade sempre remete ao padrão necessário de comparação, seja em relação aos processos de realização, seja em relação aos resultados obtidos. Desse modo, quando se fala em qualidade no ensino do Serviço Social, é preciso referenciar-se ao projeto coletivo de formação que está expresso nas Diretrizes Curriculares.

Nesse projeto de formação encontra-se a definição da qualidade que queremos, a partir da definição (1) do perfil de assistente social que queremos formar; (2) das capacidades teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que ele necessita ter para realizar esse perfil; e, principalmente, (3) a formação de uma capacidade crítica de análise que se expressa também em uma capacidade de ação inovadora e não reiterativa. Em última instância, está a questão da compreensão de que projeto societário orienta nossas ações de formação dos assistentes sociais.

Além das formulações que o projeto apresenta, é preciso ainda considerar no exame da qualidade no processo de formação profissional as condições objetivas nas

quais ela se realiza. Nesse aspecto, a qualidade precisa ser considerada em três ângulos que são determinantes nesse exame: (1) as condições de trabalho docente; (2) as condições de vida dos discentes e (3) a capacitação dos professores a realizarem esse projeto. Em cada uma desses ângulos poder-se-ia desdobrar múltiplos indicadores daquilo que se pode identificar como intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, e não menos importante, na avaliação da qualidade na formação é preciso considerar que ela se realiza em uma relação mediada pelo conhecimento. Isso supõe o domínio de um campo teórico, a capacidade de transmissão desse acervo. A relação pedagógica apresenta assim algumas requisições para que ela possa se realizar com qualidade: capacidade de transmissão, desenvolvimento da capacidade crítica e da capacidade de realizar avaliações éticas referenciadas no patrimônio comum que partilhamos no Serviço Social.

A relação pedagógica se realiza nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que só poderão ser qualificadas se circunscritas a todo o conjunto que compõe sua concepção, daí ser impossível falar em qualidade como autonomizada e quantificada em resultados isolados.

Desse modo, procurou-se politizar o debate sobre a avaliação institucional para que, nas condições reais nas quais se dá o trabalho docente e discente na formação profissional, se pudesse reconhecer as imensas dificuldades que essas condições apresentam hoje. Elas vão desde aquelas mais amplas da política para o ensino superior, em sua visão de flexibilização de conteúdos e da avaliação produtivista, até a desqualificação do trabalho docente pelo aviltamento dos salários e condições de trabalho. A partir desses elementos, estabelecemos como princípios na ação:

1. debate e posicionamento crítico em torno da política de ensino superior, em seus desdobramentos para a área do Serviço Social;
2. avanço na formulação de uma política acadêmica para o Serviço Social, orientada pela avaliação da própria área e por suas necessidades e interesses, pautada no acúmulo e na maturidade intelectual alcançada;
3. inclusão de novos interlocutores no debate da política de ensino superior, tanto do Serviço Social quanto de outras áreas de conhecimento;

Na realização desses princípios o trabalho desenvolvido foi:

1. instauração e ampliação da discussão sobre o sistema nacional de avaliação do ensino superior com a realização do Fórum Nacional sobre Avaliação Institucional, envolvendo vários sujeitos: INEP-MEC, Comissão de Especialistas, Sindicato Nacional-ANDES, ENESSO, ABEPSS, além de outros analistas e interlocutores críticos;
2. publicação do Suplemento da Temporalis sobre Avaliação Institucional (out. 2001);
3. indicação da inclusão de novos aspectos e elementos ao documento Padrões de

Qualidade para Autorização e Reconhecimento de Cursos de Graduação em Serviço Social enviadas ao INEP-MEC;

4. acompanhamento e relação com a Comissão de Avaliadores (INEP-MEC) na formulação do manual de avaliação das condições de ensino e reconhecimento;
5. mobilização, organização, formulação de critérios e indicação de nomes para o cadastro de avaliadores do INEP-MEC;
6. introdução da discussão sobre Avaliação nas Oficinas Regionais;
7. posicionamento quanto ao processo de indicação do Comitê de Assessores da Área de Serviço Social através de carta aberta assinada em conjunto com CFESS e ENESSO dirigida ao secretário da SESu-MEC;
8. debate das experiências de avaliação já realizadas, na Assembléia Geral.

3 Aprofundamento da pauta de debates

A terceira meta refere-se à necessária sustentação teórica no processo de implantação das diretrizes a partir da ampliação dos interlocutores nessa discussão, do estímulo a produção teórica que trate de questões presentes na formação profissional e no desvelamento e problematização das condições em que essa formação se realiza.

Foram estabelecidos como princípios nessa ação:

1. capacitação dos docentes através do debate crítico em torno do campo teórico das diretrizes;
 2. ampliação dos circuitos e dos interlocutores no debate;
 3. criação de espaços e meios de veiculação do debate acadêmico;
 4. estímulo ao estabelecimento de processos e formas de intercâmbio entre pesquisadores e grupos de pesquisa em âmbito nacional;
 5. politização do processo de produção de conhecimento tanto em relação às condições objetivas em que se realiza quanto em seus vínculos com a realidade brasileira.
- Tais princípios se realizaram através das seguintes estratégias e instrumentos: (1) estabelecimento de uma política editorial com publicações qualificadas e de interesse geral na formação; (2) organização do 8º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social; (3) comunicação com unidades de ensino; (4) fortalecimento das regionais.
- (1) Estabelecimento de uma política editorial com publicações qualificadas e de interesse geral na formação

Nesse sentido a publicação da Temporalis tornou-se uma ação privilegiada da entidade. Tal relevância sustentou-se na compreensão de que a revista da ABEPSS, ainda que com dificuldades de distribuição, pois o esquema é inteiramente artesanal e baseado na capilaridade da entidade nas unidades de ensino, é instrumento privilegiado de circulação dos temas que estão sendo discutidos e problematizados pelos grupos de pesquisa nas universidades. Nesse sentido, estabelecemos uma política editorial para torná-la uma publicação nacional e com qualidade, inclusive certificada no Qualis como

periódico nível A em Serviço Social.

Para isso estabelecemos que a linha de publicações da ABEPSS seria objeto de intervenção privilegiada da executiva e atuamos no sentido de:

(1.1) Fortalecimento da revista Temporalis e da linha editorial da ABEPSS como veículo de divulgação de produção no Serviço Social, o que significou:

- a transformação da revista em uma publicação seriada, que permitiu a publicação dos suplementos;
- política editorial de convites aos grupos de pesquisa para organizarem números com sua produção;
- circulação da Temporalis através das vices-presidentes regionais e representação discente na entidade;
- publicação dos suplementos da Temporalis com temáticas de interesse das unidades de ensino.

Foram publicados quatro números da Temporalis, mantendo-se sua periodicidade semestral implantada na gestão da professora Ivanete Boschetti. A de número 3 trouxe o debate sobre questão social, a de número 4, o debate sobre o trabalho do assistente social, com o registro entre outros artigos das discussões realizadas no I Encontro Regional de pesquisadores do Nordeste, promovido pela vice-presidência regional Nordeste. O número 5 inicia a política de editoração associada a grupos de pesquisa, que nesse número foi assumida pelo Grupo de Estudos da Ética UFPE. Na de número 6 merece destaque a discussão sobre trabalho com a coordenação da professora Nobuco Kameyama da UFRJ.

Os debates diretamente ligados à formação profissional foram publicados em dois suplementos anuais. O primeiro, inteiramente dedicado à Avaliação Institucional, registra o Fórum sobre Avaliação Institucional; o segundo, é referente ao estado de implantação das diretrizes curriculares com o debate feito nas oficinas regionais e nacional sobre a questão e análise de conjuntura sobre a política de ensino superior no período.

(1.2) O lançamento da Fortuna Crítica em comemoração aos 20 anos do livro Relações sociais e Serviço Social no Brasil.

Na Oficina Regional realizou-se uma atividade que marcou a passagem pelos 20 anos do lançamento do livro Relações sociais no Brasil. A conferência realizada pelas professoras Marilda Iamamoto e Maria Rosângela Batistoni está registrada no Suplemento de 2002. Na ocasião, foi lançada uma "fortuna crítica" sobre o livro, na qual diversos autores e pessoas de algum modo ligados à trajetória dessa obra publicam comentários sobre o livro.

(1.3) Ainda dentro do fortalecimento da política de publicações da entidade providenciamos o registro junto a Biblioteca Nacional o registro da ABEPSS como Casa Editorial, isso na prática significa que a entidade passa ter direito de publicação e propriedade sobre toda sua produção.

(1.4) Publicação em CD dos Anais do 8º ENPSS.

A definição por esse tipo de mídia deu-se em razão do grande volume de trabalhos e conseqüente custo proibitivo para impressão em papel. O CD inclui os trabalhos selecionados em todas as seções e, por sugestão da professora Mariângela Belfiore, os resumos das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em 2001-2002.

Todas essas iniciativas, como dito acima, procuraram ampliar os espaços já existentes de circulação do debate profissional.

(2) Organização do 8º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

Na organização do encontro procurou-se privilegiar o debate e a construção de canais de interlocução entre os pesquisadores. Nesse sentido, foram distinguidos três tipos de participação no Encontro e publicação nos anais dos trabalhos. A primeira é dos pesquisadores individuais, que foram agrupados em áreas temáticas e mesas, de acordo com a temática abordada no trabalho. A segunda foi a dos grupos institucionais de pesquisa que se apresentaram coletivamente em mesas com os pesquisadores participantes. Foi estabelecida uma sessão específica para a Iniciação Científica, que obedeceu aos mesmos critérios e organização das outras seções.

Para a seleção dos trabalhos foi ampliada a comissão científica dado o volume de trabalhos recebidos, 518 no total, sendo 427 aceitos e apresentados nas várias mesas temáticas, de grupos de pesquisa e sessão de Iniciação Científica.

(3) Comunicação com unidades de ensino

A comunicação com as unidades de ensino foi outro campo privilegiado de investimento do trabalho da executiva. Isso está dentro da perspectiva política da necessidade de capilaridade da ABEPSS nas unidades de ensino fundamental, inclusive, para sua própria reprodução e manutenção de sua presença no espaço do Serviço Social. Esse desafio é mais agudo hoje frente às mudanças da base material na qual se realiza a formação profissional, pois, como já dito acima, não se pode perder de vista a mudança significativa da composição de seus associados na relação entre unidades de ensino públicas e privadas.

Alguns instrumentos foram utilizados para isso. Entre outros, destacam-se as cartas enviadas a todas unidades de ensino, 17 no total. Através delas foi feita a divulgação de eventos, a circulação do debate e das linhas de ação da entidade.

Outra forma de comunicação utilizada intensamente foi a página na Internet, já iniciada na gestão anterior. Através dela foram disponibilizados documentos, informações sobre eventos, divulgação da Temporalis, dos eventos realizados. O endereço eletrônico foi intensamente utilizado por professores e alunos em busca de variadas informações. Dentro do possível, procurou-se responder a todas as mensagens.

(4) Fortalecimento das regionais

O fortalecimento das regionais como ação estratégica segue a mesma linha

política anteriormente mencionada de capilaridade da presença da ABEPSS. É a ação na regional que propicia muitas vezes a presença concreta da entidade no cotidiano das escolas.

Cabe aqui registrar, portanto, os relatórios de cada região publicados no Suplemento de 2002 e as várias atividades desenvolvidas pelas regionais como um todo: realização de Oficinas Regionais; contatos/visitas às Unidades de Ensino; divulgação e distribuição da revista Temporalis; participação em eventos estudantis regionais e algumas iniciativas específicas de cada região:

EVENTOS ORGANIZADOS

Nordeste

Eventos apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL):

- Encontro Regional de Pesquisa em Serviço Social/Nordeste.
- Colóquio Regional O trabalho do Assistente Social na sociedade contemporânea.

Leste

- Conversando sobre as Diretrizes Curriculares.

EVENTOS LOCAIS NAS UNIDADES DE ENSINO

Nordeste

- Discussão Das Diretrizes Curriculares: UFRN, UFPB, UEPB, UFAL, UFS, UNIT, UCSal, IFAN.
- Discussão sobre Avaliação Institucional: UFPB, UEPB, UFPE, UFAL, UNIT, UCSal.

Leste

- UFF, UCB, UVA, Encontro das Escolas de Minas.

RELAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES/INSTITUIÇÕES

Nordeste

- CFESS, CRESS 3a, 4a, 5a, 13a, 14a, 16a, 18a Regiões, ENESSO Regiões 2 e 3.

Leste

- Encontro Descentralizado CFESS/CRESS região Sudeste
- ENESSO, CRESS 7a Região, Fórum de Supervisores do Rio de Janeiro, Secretaria Saúde de Duque de Caxias

Sul

- Encontro Descentralizado CFESS/CRESS região Sul
- Conselho Estadual de Educação do Paraná

- Comitê Mercosul

PUBLICAÇÕES REGIONAIS

Nordeste

- O processo de implantação das Diretrizes Curriculares nas Unidades de Ensino de Serviço Social do Nordeste: Subsídios para a discussão. Documento-base para a Oficina Regional da ABEPSS/Nordeste, dezembro de 2001.
- Programa e Resumos do Encontro Regional de Pesquisa em Serviço Social/Nordeste. Maceió, dezembro de 2001.
- Relatório da Oficina Regional da ABEPSS/Nordeste. Maceió, maio de 2002. A formação profissional do assistente social na contemporaneidade: a contribuição do regional ABEPSS/Nordeste para o debate. Maceió, junho de 2002. Texto base para a participação do regional na Mesa de abertura da Oficina Regional da ABEPSS.
- A formação profissional do assistente social na contemporaneidade: a regional ABEPSS/Nordeste no debate. Suplemento Temporalis Oficina Nacional da ABEPSS.
- Serviço Social: temas em debate. Maceió: EDUFAL, 2002. Publicação dos textos do Encontro Regional de Pesquisa.

- 4 Aprofundamento da relação com as diferentes instâncias de formulação da política acadêmica para o Serviço Social

Nesta meta foi desenvolvida uma relação de respeito a autonomia das várias organizações que congregam aqueles que, através de suas diferentes inserções partilham a construção do Serviço Social como campo profissional e área de conhecimento. Os princípios definidos que orientaram essas relações foram:

1. Qualificar no debate e a partir de suas indicações, a natureza da inserção da ABEPSS na relação com outras entidades nacionais e internacionais;
2. Consolidar as relações entre as três entidades nacionais da categoria, baseadas na radicalidade da igualdade na diferença, a partir da convergência de valores ético-políticos que pautam a inserção da profissão na sociedade brasileira.

Para isso foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. participação em reunião do Comitê de Serviço Social na CAPES com os Coordenadores dos Programas de pós-graduação;
2. participação de representante da área de Serviço Social no CNPq em reunião da Executiva Nacional;
3. contatos com membros da extinta Comissão de Especialistas (MEC);
4. trabalho conjunto com a Comissão de Avaliadores INEP-MEC;
5. debate da política de pós-graduação e pesquisa para área do Serviço Social no 8º Enpess, feito por nossos representantes e coordenadores de área nos organismos de fomento, CAPES e CNPq.
6. participação nos eventos do CFESS e da ENESSO para os quais a entidade foi convidada, debatendo as posições em torno do projeto de formação profissional;
7. participação na Comissão Organizadora do 10º CBAS, inclusive com o envio e

aprovação de projeto de financiamento junto ao CNPq.

8. qualificação da participação da ABEPSS na ALAETS, através da socialização de informações, da politização do debate e da criação de fóruns democráticos para a decisão, seja em Assembléia Extraordinária, na Assembléia Geral e ENPESS, seja ainda pela ampla circulação junto às escolas de material produzido sobre a questão. A preocupação com a divulgação do debate sobre a ALAETS deve-se à compreensão de que houve nos anos 90 uma mudança importante e significativa dos quadros que são responsáveis pela formação profissional e não necessariamente o debate sobre a América Latina é domínio de todos. Na mesma perspectiva política de ampliação dos interlocutores no debate profissional foi traçada a ação em torno da questão da presença institucional da ABEPSS na ALAETS.

5 Fortalecimento do ensino público

Essa é uma ação histórica da ABEPSS que vem ao longo do tempo posicionando-se em defesa do ensino público em todos os níveis e por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Esse horizonte de luta política na sociedade não desconhece a presença cada vez mais ampla do ensino privado. Não desconhece que o conjunto de seus associados é hoje composto por número significativo de unidades de ensino dessa natureza e que apresentam algumas características que devem ser consideradas. Em primeiro lugar, que, apesar de seu compromisso com a universidade pública, a ABEPSS precisa ser o espaço de todos, e os companheiros docentes das unidades de ensino não podem ser confundidos com suas mantenedoras. Isso é fundamental para que a entidade possa agregar em sua ação e debate a consideração das diferenciadas condições de trabalho a que estão submetidos os docentes, as condições de vida dos alunos e as diferentes inserções das unidades de ensino nas realidades locais, através dos estágios e no âmbito mais geral da própria política de ensino superior.

A ação da executiva nesse sentido foi buscar incluir as demandas provenientes das unidades de ensino privadas em suas especificidades e presença no cenário nacional. Como ação de fortalecimento do ensino público, a presidente e a coordenadora nacional de graduação apresentaram proposta de implantação de graduação em Serviço Social na Universidade de São Paulo USP, publicado o projeto no Suplemento 2002, que tramita nas comissões e conselhos superiores com vista a sua abertura no Campus Butantã em 2005.

6 Fortalecimento organizacional da ABEPSS

Por fim, porém não menos importante a ABEPSS nesse período trabalhou ativamente para o fortalecimento de suas condições de funcionamento. Isso orientado por uma compreensão política da necessidade de autonomia financeira e organizacional

da entidade na constituição de sua presença e autonomia no debate.

Para tal, a atuação deu-se em três linhas principais: (1) política de filiação de sócios institucionais com contatos em escolas não filiadas; (2) fortalecimento e organização da tesouraria da entidade e (3) continuidade do processo de reconhecimento legal da ABEPSS.

Em relação à campanha de filiação, 11 novas unidades de ensino filiaram-se à ABEPSS nesses dois anos. Filiaram-se 15 novos sócios individuais. Além do aumento da base de composição da entidade, as filiações significam que a presença da ABEPSS e que seu poder de articulação no campo da formação profissional se amplia, contribuindo para sua multiplicação ao longo do tempo e no espaço.

Sobre a organização da tesouraria e identificação das fontes de arrecadação da entidade, um grande avanço alcançado foi a utilização do bloqueto bancário para a cobrança das anuidades. Essa foi uma difícil negociação junto ao banco, pois o volume de recursos depositado não é prioritário para a instituição financeira, daí seu desinteresse em manter esse serviço. Apesar disso, e ressalve-se, graças à insistência da tesoureira, o banco concordou em emitir os bloquetes. Tal providência possibilitou a organização da contabilidade da ABEPSS e a construção de um quadro preciso sobre a situação de cada filiado, seja unidade de ensino ou sócio individual.

Com isso a ABEPSS terminou essa gestão com superávit e manteve-se com:

- seus recursos próprios;
- a colaboração da Universidade Federal Fluminense, através da utilização do espaço, do pagamento do bolsista durante o primeiro ano da gestão, do apoio através de passagem e hospedagem dos conferencistas na organização do Fórum sobre Avaliação Institucional;
- os recursos provenientes da CAPES e CNPq, seja através de projetos de financiamento das atividades, já mencionados, seja através do custeio de conferencistas nos eventos;
- o apoio decisivo da Universidade Federal de Juiz de Fora na infra-estrutura para realização do 8º ENPESS;
- o apoio das universidades e organismos de pesquisa nas diversas regiões que contribuíram na realização dos eventos regionais;
- os recursos provenientes das vendas de publicações, sendo a Temporalis repassada integralmente para as regionais, e das vendas nos eventos promovidos pela entidade. A linha de publicações foi integralmente auto-sustentada.

Outra ação importante foi o trabalho no sentido de atendimento das exigências do cartório para legalização da entidade já iniciada na gestão anterior. Para isso, foram digitalizadas todas as atas de Assembléia dos anos 90, com o recolhimento das assinaturas das presidentes e secretárias, o que fez circular essa documentação por todo

país mediante grande esforço e colaboração de todos. Foram ainda pesquisados outros documentos no acervo documental da ABEPSS. Todo esse material foi entregue no cartório para providenciar o registro. Ao término da gestão ainda se negociavam algumas outras exigências para o registro definitivo.

Em relação ao acervo documental, foi desenvolvido um trabalho inicial para sua organização. Esses documentos encontravam-se em sala cedida pelo CFESS em Brasília, pela qual pagávamos apenas o condomínio e manutenção de serviços públicos. Orientada por técnicas em documentação, foi iniciada a primeira organização desse material, que consiste na separação por ano de emissão do documento e separação pela natureza de seu conteúdo. Durante quase dois anos a ABEPSS pagou uma bolsista para realização desse trabalho.

Ao final do período, o CFESS solicitou a devolução da sala por necessidades de expansão de seu espaço. Em razão disso, e pela compreensão de que a organização desse acervo é de grande importância para pesquisadores que se debruçam sobre a formação profissional, foi feita uma articulação com o Centro de Documentação e Informação Científica "Prof Casemiro dos Reis Filho" Cedec da PUCSP, que aceitou acolher e dar tratamento aos documentos. Desse modo, todo o acervo foi transferido para a PUCSP e deverá ser aberto logo que os técnicos do Cedec concluírem seu tratamento.

Como afirmado no início desse balanço, a tarefa de registrar um trabalho coletivo é um grande desafio. Benjamin genialmente mostra a extensão dele quando lembra das escavações que se faz a esmo, levadas a efeito no tempo cotidiano e que são as que possibilitam os achados. Se achados foram feitos, deverão ser creditados a muitos. Por isso a necessidade de registro das pessoas que mais diretamente estiveram nesse trabalho: Maria Rosângela Batistoni Coordenadora nacional de graduação; Maria Inês Bravo Coordenadora nacional de pós graduação; Kátia Regina de Souza Lima Secretária; Maria Lídia Souza da Silveira Tesoureira; Marina Barbosa Pinto e Marilene Sansão Suplentes da executiva nacional; Andréa Carla S. Everton Representante estudantil de graduação; Marcela Reis Suplente; Elisabete Amorim Leandro Representante estudantil da pós-graduação; Ângela Santana Amaral Suplente. E as Vice-Presidentes Regionais: Rosa Lucia Predes Trindade Nordeste; Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha Norte; Erivã Garcia Velasco Centro-Oeste; Sheila de Souza Backx Leste; Tânia Maria Ramos de Godói Diniz Sul I; Esther Luiza Lemos Hein Sul II.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Temporalis aceita proposta de artigos que serão submetidos ao comitê editorial, a quem cabe a decisão final sobre a sua publicação.

Os originais, de no máximo 30 laudas, devem ser enviados a ABEPSS, obedecendo aos seguintes procedimentos:

suporte: em disquete de 3.5, junto com duas vias impressas;

formato: em word 6.0 ou superior for windows, com a seguinte configuração: fonte Times New Roman 12, papel tamanho A-4, espaço interlinear de 1,5 cm, com todas as seguintes margens: superior 3 cm; inferior 2 cm; esquerda 3 cm; direita 2 cm;

normalização: obedecer a seguinte seqüência:

título do artigo em português;

nome completo do(s) autor(es); suas credenciais e local de atividade, incluindo endereço, telefone, fax do trabalho e residencial, e e-mail para contato;

o texto principal não deve exceder 25 linhas, incluindo ilustrações (desenhos, figuras, tabelas, fotos) cujos locais de inserção devem vir indicados no texto;

figuras, desenhos, tabelas e fotos deverão ser entregues no original, com cabeçalho (se for o caso), créditos e legendas. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicada,

mencionar a fonte e a permissão para reprodução;

anexos, somente quando contiverem detalhamento imprescindível para a compreensão de alguma seção do texto;

citações e referências bibliográficas conforme a NB-10520, de 1998 e NB-6023, de 1989 da ABNT, respectivamente.

O parecer sobre a aceitação ou não dos originais será comunicado ao autor, ou ao primeiro quando forem mais de um, não se obrigando a revista Temporalis a devolver os originais a ela enviados.

Todo o trabalho aceito será submetido a revisão; caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor para que ele mesmo as faça.

A revista Temporalis não remunera os autores que tenham seus artigos nela editados, porém lhe envia um exemplar da edição onde seu(s) texto(s) for(em) publicado(s).

A revista Temporalis está aberta para colaborações, mais reserva-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente à redação. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores. Composição da Diretoria da ABEPSS Gestão 2003-2004 "Quem é de luta... avança!"

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

Presidente: Jussara Maria Rosa Mendes PUCRS
 Secretária: Miriam Thaís Guterres Dias UNISINOS
 Tesoureira: Alzira Maria Baptista Lewgoy PUCRS
 Coordenador Nacional de Graduação: Vera Maria Ribeiro Nogueira UFSC
 Coordenador Nacional da Pós-Graduação: Regina Célia Tamaso Mioto UFSC
 Representante Discente da Graduação: Luiza Aparecida Barros PUCSP
 Suplente Discente da Graduação: Erica Carla Melo e Silva UERN
 Representante Discente da Pós-Graduação: Helenara Silveira Fagundes UNISINOS
 Suplente: Berenice Rojas Couto PUCRS
 Suplente: Maria Aparecida Marquês da Rocha UNISINOS
 Suplente: Marilene Maia UNISINOS

DIRETORIAS REGIONAIS**Regional Norte**

Vice-Presidente: Simone Eneida Baçal de Oliveira UFAM
 Coordenação de Graduação: Lucia Cristina dos Santos Rosa UFRI
 Coordenador de Pós-Graduação: Maria do Rosário de Fátima e Silva UFPI

Representantes Discentes:

Graduação: Liciane Costa Nascimento UFPI
 Pós-Graduação: Maria de Nazaré Machado - UFPA
 Supervisor de Campo: Josélia Macedo de Carvalho UFPI
 Suplente: Cristiane Bonfim UFAM
 Suplente: Maria Elvira Rocha de Sá UFPA
 Suplente: Celso Henrique Saraiva Costa UNAMA
 Suplente: Vera Suely Moraes Ferreira UFPA

Regional Nordeste

Vice-Presidente: Maria de Fátima Leite Gomes UFPB
 Coordenação de Graduação: Maria do Socorro de Souza Vieira UFPB
 Coordenação de Pós-Graduação: Maria Aparecida Ramos de Menezes UFPB

Representantes Discentes:

Graduação: Dulce Carolina Fonseca Marinho UCSal
 Pós-Graduação: Adrianycy Angélica S. de Souza UFPB
 Supervisor de Campo: Maria do Socorro Carneiro da Costa UFPB
 Suplente: Maria de Fátima Melo do Nascimento UFPB
 Suplente: Maria de Lourdes Soares UFPB

Suplente: Auricely Lopes Alvino da Silva UFPB
 Suplente: Danielle Viana Lugo Pereira UFPB

Regional Sul I

Vice presidente: Alfredo Aparecido Batista UNIOESTE
 Coordenação de Graduação: Jaime Hillesheim FURB
 Coordenação de Pós-graduação: Maria Ângela Silveira Paulilo UEL

Representantes Discentes:

Graduação: Cleverton C. Maciel ULBRA
 Pós-graduação: Cristina Kologenski Fraga PUCRS
 Suplente: Dunia Comerlato UNOCHAPECÓ
 Suplente: Elaine Martins Moreira UNIOESTE
 Supervisor de Campo: não indicada
 Suplente: Márcia do Roccio UFSC
 Suplente: Vini Labassa da Silva UCPel

Regional Sul II

Vice presidente: Maria Beatriz Costa Abramides PUCSP
 Coordenação de Graduação: Eliza Maria Andrade Brizola UNITAU
 Coordenação de Pós-Graduação: Mario José Filho UNESP

Representantes Discentes:

Graduação: Ariane Cristina Brughnora UNESP
 Pós-graduação: Jandira Miranda de Barros PUCSP
 Supervisor de Campo: não indicada
 Suplente: Cirlene Aparecida Hilário da Silva UNESP
 Suplente: Regina Giffoni PUCSP
 Suplente: Edna Aparecida de Carvalho Pacheco UNESP

Regional Leste

Vice presidente: Vânia Maria Manfrói UFES
 Coordenação de Graduação: Necilda de Moura Santana FASESC
 Coordenador de Pós-Graduação: Nobuco Kameyama UFRJ

Representantes Discentes:

Graduação: Caroline da Silva de Abreu UFF
 Pós-graduação: Flávio Rego Fernandes UFRJ
 Suplente: Simone Carletti UNIVALE

Suplente: Maristela Dal Moro UNIVALE
Suplente: Solange da Silva Moreira UFRJ
Supervisor de Campo: não indicada

Regional Centro-Oeste

Vice presidente: Sandra de Faria UCG
Coordenação de Graduação: Percy Coelho Souza UNB
Coordenação de Pós-graduação: Arlete Benedita de Oliveira UFMT

Representantes Discentes:

Graduação: Fabiana Borges dos Santos UNB
Pós-graduação: não indicada
Supervisor de campo: não indicada
Suplente: Liliâne Capité Charbel Novaes UFMT
Suplente: Ana Paula Fernandes Elias UCG
Suplente: Terezinha Nunes UCG

CONSELHO FISCAL

Marilene Aparecida Coelho UCG
Marina Maciel UFMA
Maria Rosângela Batistoni PUCSP